Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 60**

II Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 11 de setembro de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Cecília Estácio (substituída pela Deputada Nídia Inácio no decorrer da sessão) e Deputado Lubélio Mendonça (substituído pela Deputada Isabel Teixeira no decorrer da sessão)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 4 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— **Voto de Congratulação a José Ribeiro Pinto**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pela Deputada Nídia Inácio (PSD), usaram da palavra os Deputados José Miguel Toste (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos da AAIT - Associação Agrícola da Ilha Terceira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Após a apresentação pelo Deputado José Miguel Toste (PS) e as intervenções dos Deputados Paulo Chaves

(PSD), Francisco Lima (CH) e Pedro Pinto (CDS-PP), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Associação Agrícola de São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pela Deputada Olivéria Santos (CH) e a intervenção do Deputado Jaime Vieira (PSD).

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Associação Agrícola de São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Deputada Patrícia Miranda (PS) e usado da palavra os Deputados José Pacheco (CH) e Pedro Pinto (CDS-PP), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona pelos títulos de campeões nacionais de judo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Após a apresentação pelo Deputado Rúben Cabral (PSD), seguiram-se intervenções das Deputadas Cristina Calisto (PS) e Olivéria Santos (CH). Submetido a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da RTP Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Feita a apresentação pela Deputado Jorge Paiva (CDS-PP), usaram da palavra os Deputados Pedro Neves (PAN), Berto Messias (PS), Paulo Simões (PSD) e José Pacheco (CH). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos da RTP Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pelo Deputado José Pacheco (CH).

— **Voto de Congratulação pela subida do Clube Desportivo Escolar do Corvo à Série Açores**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Após a apresentação pelo Deputado João Mendonça (PPM) e as intervenções dos Deputados Lubélio Mendonça (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelos 25 Anos da Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pela Deputada Salomé Matos (PSD) e a intervenção da Deputada Inês Sá (PS).

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pelo Deputado Marco Martins (PS) e usado da palavra o Deputado Paulo Gomes (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro, da Esquadra 752 «Fénix» da Força Aérea Portuguesa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Feita a apresentação pela Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), usaram da palavra os Deputados Marco Martins (PS) e Luís Soares (PSD). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação a Terry Costa pelas distinções internacionais recebidas pelo «Arts & Letters Club of Toronto» e pelos «Iberian Festival Awards»**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado Carlos Freitas (PSD) e usado da palavra a Deputada Marta Matos (PS), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico foi a vencedora da Fase Regional da 11.ª Edição do Apps for Good 2025**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pelo Deputado Mário Tome (PS) e a intervenção do Deputado Carlos Freitas (PSD).

— **Voto de Congratulação a Ana Pereira pela Medalha de Ouro nas Olimpíadas Internacionais de Geografia**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. Feita a apresentação pela Deputada Hélia Cardoso (CH), seguiram-se intervenções dos Deputados Paulo Chaves (PSD) e Berto Messias (PS). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação ao mariense Lourenço Moura pela conquista de campeão nacional de sub-15 na modalidade de Downhill**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pela Deputada Joana Pombo Tavares (PS) e a intervenção do Deputado Carlos Rodrigues (PSD).

— **Voto de Congratulação A Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis pelos resultados nacionais e internacionais em ginástica aeróbica**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado Rúben Cabral (PSD), usaram da palavra as Deputadas Olivéria Santos (CH) e Cistina Calisto (PS). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Grupo Desportivo das Fontinhas**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Após a apresentação pelo Deputado Marco Martins (PS) e as intervenções dos Deputados Paulo Gomes (PSD) e Francisco Lima (CH), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário da Ermida de Nossa Senhora de Fátima - Pontas Negras**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após a apresentação pela Deputada Ana Jorge (PSD) e a intervenção do Deputado Mário Tomé (PS).

— **Voto de Congratulação pelos 25 Anos do Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, L.da**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado Paulo Silveira (PSD), seguiram-se intervenções dos Deputados Isabel Teixeira (PS) e Jorge Paiva (CDS-PP). Colocado a votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Protesto contra o aumento das propinas no Ensino Superior Público**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE. Feita a apresentação pelo Deputado António Lima (BE), usou da palavra a Deputada Hélia Cardoso (CH). Colocado a votação, o referido voto foi rejeitado.

— **Voto de Protesto contra o descongelamento das propinas no Ensino Superior**,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Após a apresentação pelo Deputado Russell Sousa (PS), seguiram-se intervenções dos Deputados Luís Raposo (PSD), Francisco Lima (CH) e António Lima (BE). Colocado a votação, o referido voto foi rejeitado.

No período da tarde, deu-se continuidade aos trabalhos, com o ponto 22 da agenda, **Apresentação em plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XIII – "Reconversão de veículos de tração animal" (PAN)**, que coube ao Deputado Pedro Neves (PAN).

Seguiu-se a discussão do ponto 23, **Apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 52/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação de uma estratégia integrada para reforçar a eficácia da administração pública, garantir a sustentabilidade do sector empresarial público e assegurar uma gestão responsável dos recursos regionais" (CH)**. O referido ponto foi apresentado pelo Deputado Francisco Lima (CH).

Os trabalhos prosseguiram com o ponto 9 da agenda, **Projeto de Resolução n.º 47/XIII – "Recomenda a criação das condições necessárias para a formação em medicina desportiva de, pelo menos, um médico por unidade de saúde de ilha, da Região Autónoma dos Açores" (PS)**. Após a intervenção inicial do Deputado Lúcio Rodrigues (PS), intervieram, no debate, as Deputadas Hélia Cardoso (CH), Salomé Matos (PSD) bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). Submetido a votação, o projeto de resolução foi rejeitado. Proferiram declarações de voto os Deputados Lúcio Rodrigues (PS) e Nuno Barata (IL).

Os pontos 10 e 11 da agenda foram discutidos em conjunto, sendo o ponto 10 - **Projeto de Resolução n.º 28/XIII – "Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)" (PAN)**, apresentado pelo Deputado Pedro Neves (PAN), e o ponto 11 - **Projeto de Resolução n.º 33/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia/ginecologia dos Hospitais da Região para que o acesso à IVG não seja prejudicado pelo exercício**

de objeção de consciência" (BE), apresentado pelo Deputado António Lima (BE). O debate prosseguiu com as intervenções dos Deputados Olivéria Santos (CH), José Miguel Toste (PS), Salomé Matos (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), José Pacheco (CH), Andreia Cardoso (PS), João Bruto da Costa (PSD), Hélia Cardoso (CH), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). Submetidos a votação, ambos os projetos de resolução foram rejeitados.

No ponto 12 da agenda, procedeu-se à apresentação e discussão da **Petição n.º 20/XIII – "Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC"**, cujo relatório foi apresentado pela Deputada Isabel Teixeira. Usaram da palavra os Deputados Olivéria Santos (CH), Jorge Paiva (CDS-PP), António Lima (BE) e Sabrina Furtado (PSD).

Dando continuidade aos trabalhos, a Mesa da ALRAA apresentou a **Proposta de Resolução n.º 11/XIII – "Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2026"**, seguindo-se uma intervenção do Deputado José Pacheco (CH). Submetida a votação, a proposta de resolução foi aprovada por maioria.

Seguiram-se os pontos 14 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 49/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que preserve a utilização pública do Complexo Desportivo do Lajedo" (CH)** e 18 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 51/XIII – "Complexo Desportivo do Lajedo deve permanecer público" (PS)**, apresentados pelos Deputados José Pacheco (CH) e Cristina Calisto (PS), respetivamente. Usaram da palavra os Deputados Joaquim Machado (PSD), Nuno Barata (IL) e Pedro Neves (PAN), tendo ambos sido aprovados por maioria.

Os trabalhos prosseguiram com o início da discussão conjunta dos pontos 15 - **Projeto de Resolução n.º 49/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que preserve a utilização pública do Complexo Desportivo do Lajedo" (CH)**,

apresentada pelo Deputado José Pacheco (CH) e 19 - **Projeto de Resolução n.º 51/XIII – "Complexo Desportivo do Lajedo deve permanecer público" (PS)**, apresentado pela Deputada Cristina Calisto (PS). Intervieram no debate os Deputados Joaquim Machado (PSD) e Nuno Barata (IL).

Após uma interpelação do Deputado José Pacheco (CH), o Presidente encerrou os trabalhos às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.
Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Esta manhã, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, está reservado ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos iniciar pelo um conjunto alargado de votos que deram entrada na Mesa. Vamos iniciar pelos votos de congratulação.
O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a José Ribeiro Pinto. Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio, para a sua apresentação.
Deputada Nídia Inácio (PSD): Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
a José Ribeiro Pinto

Nascido a 10 de novembro de 1948, na cidade da Horta, José Ribeiro Pinto tem 76 anos.
Formado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, manteve durante anos uma carreira nessa área, tendo-se destacado como um dos mais importantes gestores portuários nos Açores, até à sua aposentação. Mas a sua principal atuação pública passou sempre pela cultura, através de uma dedicação ininterrupta de várias décadas de divulgação do Jazz.

Tal dedicação ganhou expressão não só no domínio radiofónico da estação pública, mas também no trabalho associativo, editorial e pedagógico. José Ribeiro Pinto é considerado um divulgador incansável e, mais do que transmitir música, promove o conhecimento, o gosto e o espírito crítico em torno do Jazz. O seu testemunho e exemplo inspiraram sucessivas gerações de ouvintes, músicos e agentes culturais.

No âmbito das celebrações do Dia Internacional do Jazz, promovidas sob a égide da UNESCO, José Ribeiro Pinto foi distinguido com uma carta de agradecimento assinada por Herbie Hancock, lendário músico e embaixador do Jazz, em nome da própria UNESCO. Tal gesto, de elevado significado, vem reconhecer um percurso de dedicação e paixão contagiantes, de impacto transgeracional, que conferiu aos Açores projeção internacional no universo do Jazz.

A distinção recebida representa não apenas uma validação pessoal, mas também um elogio ao esforço coletivo de valorização cultural açoriana, colocando a Região no mapa mundial do Jazz e incentivando futuras gerações a abraçar aquela linguagem universal.

Desde fevereiro de 1992, José Ribeiro Pinto tem sido autor e apresentador do programa radiofónico "Os Sabores do Jazz", emitido semanalmente pela Antena 1/Açores. Com quase 34 anos de existência, este espaço tornou-se referência e arquivo vivo da história do Jazz, incentivando o gosto e o conhecimento musical.

José Ribeiro Pinto imprimiu-lhe uma assinatura singular, marcada por rigor, sensibilidade e profunda contextualização histórica, promovendo tanto os clássicos como os talentos emergentes, e cultivando o espírito crítico entre os ouvintes açorianos.

A obra de José Ribeiro Pinto ultrapassa o domínio radiofónico, revelando-se na cofundação e direção da Associação Cultural Angrajazz desde 1999. Sob sua coliderança, o Festival Internacional Angrajazz tornou-se palco de encontro e intercâmbio cultural, atraindo artistas de renome e contribuindo para a formação de novas gerações de músicos açorianos. O festival promovido pela Associação Cultural Angrajazz recebeu vários reconhecimentos importantes pelo seu impacto social,

económico e turístico. Em 2019, foi distinguido com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico, no Dia da Região Autónoma dos Açores. Mais recentemente, em setembro de 2024, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou, por unanimidade, um voto de congratulação pelos 25 anos do festival. Todos esses prémios e distinções refletem o reconhecimento do valor e da contribuição do Angrajazz para a Região.

Em 2009, José Ribeiro Pinto foi homenageado com a Medalha de Mérito Cultural atribuída pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Ao longo de décadas, José Ribeiro Pinto tem sido defensor incansável do Jazz como património comum, celebrando a sua importância enquanto expressão artística e veículo de liberdade, criatividade e diálogo. Assim, tem inspirado agentes culturais, ouvintes e músicos, consolidando a presença do Jazz nos Açores e promovendo o arquipélago como referência de inovação e diversidade cultural. Que o seu exemplo inspire outros a continuar essa missão de divulgação cultural, valorizando o diálogo, a liberdade e a criatividade.

Os Açores congratulam-se com o percurso de José Ribeiro Pinto, celebrando, em cada nota de Jazz, uma renovada porta para o mundo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação a José Ribeiro Pinto.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio, à Associação Cultural AngraJazz, à Direção Regional da Cultura e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado a José Ribeiro Pinto pelo, no fundo, aquele que foi o reconhecimento feito pela UNESCO no Dia Internacional do Jazz.

O mérito cívico de José Ribeiro Pinto já está reconhecido em diversos níveis, regional e municipal, e, portanto, nunca será demais destacar o trabalho que José Ribeiro Pinto tem tido na divulgação do jazz na Região, mas também a nível nacional.

Eventos como o AngraJazz, que projetam o nome dos Açores além fronteiras, têm a sua marca identitária e têm, neste festival, uma demonstração do papel que José Ribeiro Pinto teve e tem na Região Autónoma dos Açores, na divulgação do Jazz.

Manifestações como a Orquestra AngraJazz são também elas fruto do trabalho de José Ribeiro Pinto e, portanto, nunca é demais evidenciar o mérito daqueles que entre nós se destacam na área cultural e que, com esforço, com dedicação e dando muito do seu tempo, levam avante iniciativas e continuam a levar avante as associações culturais.

Disse, agradecendo a José Ribeiro Pinto publicamente.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos a este voto de felicitação ao Sr. Engenheiro José Ribeiro Pinto.

É um voto merecido pelo reconhecimento do seu empenho cívico na divulgação cultural da música, nomeadamente do género musical do jazz. É uma figura marcante, não só nos Açores, mas também, como bem atesta este recente reconhecimento internacional, no campo da música ao nível internacional e, portanto, é uma figura que

honra os Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio que não existem mais intervenções. Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a José Ribeiro Pinto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos 50 anos da Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
pelos 50 Anos da AAIT - Associação Agrícola da Ilha Terceira

Desde a sua fundação, em 1975, a Associação Agrícola da Ilha Terceira tem-se afirmado como uma instituição de referência, quer no apoio direto aos agricultores, quer na promoção de uma agricultura sustentável e na valorização dos produtos locais. Ao longo de 50 anos de atividade, a Associação soube conciliar tradição e inovação, defendendo os interesses dos agricultores, apoiando a modernização das explorações, promovendo a competitividade do setor agropecuário açoriano e oferecendo apoio técnico especializado, fundamental para o acesso a financiamento, a criação de novos projetos e a renovação das práticas agrícolas.

A visão, dedicação e capacidade de diálogo dos seus dirigentes ao longo destes 50 anos, foram determinantes para o seu fortalecimento, para a modernização das suas estruturas e para a implementação de iniciativas estratégicas, que consolidaram a Associação

Agrícola da Ilha Terceira como motor de inovação, sustentabilidade e formação, com especial relevo no apoio aos jovens agricultores e na renovação geracional do setor.
É de destacar a liderança e o trabalho dos seus Presidentes: José Azevedo, Paulo Ferreira, Carlos Barcelos, António Ventura…

Risos dos Deputados da bancada do PSD.

Caetano Ferreira, Paulo Araújo, Francisco Pereira, José Toste, bem como o contributo de todos os demais dirigentes, associados e colaboradores que, ao longo destas cinco décadas, contribuíram para a credibilidade, estabilidade e impacto positivo da Associação Agrícola da Ilha Terceira, na vida da comunidade agrícola terceirense.
Entre as iniciativas mais relevantes, sobressaem a Feira AGROTER, que tem congregado produtores, empresas e instituições, promovendo a inovação e a divulgação dos produtos locais e o Dia do Sócio, que reforça a coesão interna e o sentimento de pertença dos associados.
A Associação Agrícola da Ilha Terceira tem-se revelado, assim, uma verdadeira alavanca de desenvolvimento económico, social e ambiental da ilha Terceira, contribuindo para a preservação do património rural, para a sustentabilidade agrícola e para o fortalecimento da identidade cultural e económica da Região. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se, por isso, com o percurso notável da Associação Agrícola da Ilha Terceira, valorizando o seu compromisso contínuo com a agricultura, a inovação e o futuro do setor, e endereça votos de prosperidade, sucesso e realização de novos projetos, certos de que continuará a desempenhar um papel central no fortalecimento da agricultura terceirense e açoriana.
Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação, pelos 50 anos da Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção da Associação Agrícola da Ilha Terceira, ao Conselho de Ilha da Terceira e à Federação Agrícola dos Açores. Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É com muita honra que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se a este voto pelos 50 anos da Associação Agrícola da Ilha Terceira, uma associação fundamental para os seus associados.

No dia-a-dia, auxilia os seus associados naquilo que é fundamental na questão do contraste de leite ou na questão de contabilidade, aquelas que estão simples, primárias, mas muito básicas no setor.

Só tenho é pena que o Partido Socialista, neste voto de congratulação, não tenha feito uma referência aos mais de 15 milhões de euros que o Governo da República transferiu, de forma direta, para os agricultores açorianos…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: por forma dos cortes do rateio do POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade).

Neste caso, em concreto, também gostava de salientar o nosso Secretário Regional da Agricultura, que também ele foi Presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira. Portanto, como é óbvio, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CHEGA associa-se a esse voto de congratulação e quer destacar aqui um ponto: são 50 anos. Esta associação não é daquelas associações que nasce como tem nascido, como cogumelos, algumas associações só para receber subsídios. Durante 50 anos, sustentou-se. Porquê? Porque era útil. E como é útil, os agricultores apoiaram e arranjou meios de andar para a frente. É esse tipo de associação que nós devemos apoiar, uma associação que é sustentável, que na altura que o Governo Regional e o *staff* técnico dos serviços eram muito exíguos, na altura, eles davam um contributo fundamental aos agricultores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Davam e dão.

O Orador: Aliás, a Associação Agrícola da Ilha Terceira e a própria ilha Terceira, durante muitos anos, em termos de rácios, eram as que tinham mais acesso a fundos, porque apresentavam projetos, porque estava junto dos agricultores.

Portanto, teve um contributo enorme e continua a ter e esperemos que venha a ter. Esses 50 anos dizem exatamente, aquilo que nós temos destacado ao longo das nossas intervenções neste plenário que é: temos de nos focar em menos associações e melhores associações; associações que são autossustentáveis e não apoiar associações que nasceram apenas para receber subsídios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação à Associação Agrícola da Ilha Terceira e felicitamos todos os seus fundadores, sócios e dirigentes, os passados e os presentes, por este percurso exemplar de 50 anos na promoção e na dinamização da agricultura na ilha Terceira e nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos da Associação Agrícola da Ilha Terceira foi aprovado por unanimidade

Presidente: O próximo do voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, à Associação Agrícola de São Miguel.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
pelos 50 Anos da Associação Agrícola de São Miguel

Numa altura conturbada que se viveu na Região, e no país, depois do 25 de Abril de 1974, quando era necessário dar voz a um setor de grande importância para a Região, foi formalizada a Associação Agrícola de São Miguel a 12 de março de 1975.

Com o objetivo de reivindicar o rendimento dos agricultores, salvaguardando os

direitos de todos os seus associados e agricultores em geral, a Associação Agrícola de São Miguel faz parte da história da própria autonomia dos Açores.

Ao longo de cinco décadas, a Associação Agrícola de São Miguel tem sido uma voz firme dos agricultores micaelenses, destacando-se não apenas como representante, mas também como parceira ativa na formulação e execução de soluções para o setor agrícola dos Açores.

Primando pela isenção e independência, a Associação Agrícola de São Miguel — situada em Santana, Rabo de Peixe — tem vindo a ser consistente na reivindicação dos agricultores, seja no setor leiteiro, na produção de carne e nas culturas tradicionais.

Este modelo de associativismo reflete precisamente os valores que os Açores enaltecem, quer seja através da partilha de recursos, da ampliação de oportunidades, da defesa da dignidade e dos interesses socioeconómicos dos agricultores.

A Associação Agrícola de São Miguel tem-se afirmado como uma das mais relevantes instituições representativas do setor agrícola nacional, proporcionando vários serviços aos seus associados, e primando pela valorização da produção local, modernização das explorações e a dignificação do trabalho agrícola. Destacou-se ainda pela sua capacidade de articulação com políticas públicas e programas de desenvolvimento rural.

Com uma aposta num conjunto diversificado de serviços que vão desde a melhoria da qualidade do leite, o melhoramento animal e a saúde animal, a Associação Agrícola de São Miguel tem diversificado a sua carteira comercial, nomeadamente, através da Fábrica de Rações Santana, mas também ao nível da restauração, sendo já um símbolo para os locais e para o turismo.

A Associação Agrícola de São Miguel tem contribuído também para a formação e capacitação de profissionais e para a promoção de boas práticas que garantam a sustentabilidade económica e ambiental da agricultura nos Açores.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto

de congratulação pelos 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel, o qual deve ser dado conhecimento à Direção da Associação Agrícola de São Miguel, à Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, à Federação Agrícola dos Açores, à Confederação dos Agricultores de Portugal, bem como à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. A Mesa já tem inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sra. e Sr. Membro do Governo:

Logicamente, em primeiro lugar, o PSD associa-se a esse voto pelos 50 anos de aniversário da Associação Agrícola de São Miguel, pois trata-se de uma associação e de um grupo de agricultores que, ao longo dos tempos, tem sabido fazer aquilo que é preciso ser feito para que a agricultura continue a ser um setor determinante na economia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um cumprimento especial, logicamente, para os seus fundadores, aqueles que, há 50 anos, tiveram essa visão, bem como para aqueles que souberem dar continuidade ao muito trabalho feito de qualidade em defesa dos agricultores.

A Associação Agrícola, ao longo dos tempos, foi ganhando uma importância vital e determinante na defesa da agricultura e na defesa dos agricultores.

Sediada em Rabo de Peixe, no Concelho da Ribeira Grande, essa associação ganhou também respeito a nível nacional.

E é preciso relembrar que, ainda recentemente, no caso dos incêndios no continente, prontamente, a Associação Agrícola disponibilizou-se para prestar solidariedade àqueles que mais necessitavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi um gesto nobre de uma associação nobre constituído por grupo de agricultores de uma grande nobreza também.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, o que também garante o sucesso de uma associação ou de uma instituição é a independência que a mesma tem com as diversas cores partidárias e essa independência permite, ao longo dos tempos, marcar a sua posição em defesa dos interesses dos agricultores. O que interessa para a Associação Agrícola são os seus agricultores. Tudo o resto acaba por não ter relevância.

Neste sentido, termino dizendo, um bem-haja à Associação Agrícola, aos seus dirigentes e aos agricultores que compõem essa mesma associação.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dou agora a palavra à Sra. Deputada Patrícia Miranda, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a apresentação também de um voto pelos 50 anos da Associação Agrícola da Ilha de São Miguel.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
pelos 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel

Cada geração de agricultores constrói, com as suas mãos e com a sua coragem, o alimento e o futuro da nossa terra. Foi assim há 50 anos, quando nasceu a Associação Agrícola de São Miguel, e continua hoje, a ser assim.

Assinalamos meio século de vida de uma instituição que nasceu em 1975, num tempo de grandes mudanças para o país e para a Região, e que desde então se tornou o pilar central da nossa agricultura e da nossa sociedade.

A sua fundação não aconteceu por acaso. Foi fruto da visão e da coragem de um grupo de agricultores que, sentindo na pele as dificuldades da lavoura, compreenderam que só unidos teriam força para defender a sua profissão, para conquistar dignidade e para garantir o rendimento das suas famílias. Eram homens de trabalho, de sacrifício, de fé na terra. Homens que não fundaram apenas uma associação: fundaram uma casa para todos os agricultores, um espaço de união e de representação, uma voz firme em defesa de quem trabalha de sol a sol para garantir alimento, sustento e futuro.

Hoje, passados 50 anos, essa herança está viva.

A Associação Agrícola de São Miguel transformou-se numa das mais fortes e respeitadas instituições do setor agrícola, com um percurso de conquistas e de lutas que marcaram o desenvolvimento económico e social da nossa ilha e da nossa Região.

Mas este marco é muito mais do que uma data histórica. É um momento de memória, de reconhecimento, de inspiração e de homenagem. Memória para não esquecermos os

seus fundadores, que em circunstâncias difíceis souberam acreditar. Reconhecimento para os dirigentes, colaboradores e funcionários que, ao longo dos anos, deram e continuam a dar corpo à missão da Associação. Inspiração para os nossos jovens, para que encontrem na agricultura o seu futuro, digno e rentável. E homenagem, sobretudo, aos agricultores, porque é deles que tudo nasce, é por eles que tudo faz sentido.

A agricultura é, muitas vezes, feita de solidão, de luta contra os desafios, contra os mercados e contra a incerteza. Mas é também feita de resiliência, de orgulho e de esperança. E a Associação Agrícola de São Miguel tem sido, ao longo destas cinco décadas, a companheira de jornada dos nossos agricultores: a sua voz, o seu apoio, o seu ponto de referência. E que assim prossiga, firme e ativa na defesa intransigente da agricultura e dos seus agricultores.

Ao celebrarmos os 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel, celebramos também um lema que permanece intemporal e profundamente atual: "Dignidade e rendimento". É esta a bandeira que une a agricultura, é este o compromisso que precisamos de honrar e renovar, hoje e sempre.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro, aprove este voto de congratulação.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação Agrícola de São Miguel, à Federação Agrícola dos Açores, à Confederação dos Agricultores de Portugal.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme também já aqui apresentámos e foi aprovado um voto de igual teor, reforçar esta ideia de que as associações também podem ter um papel importante e esta tem um papel fundamental. Se não tivesse, também não sobrevivia 50 anos.

Também referir aqui uma coisa que é a diversidade nós temos. Uns dos restaurantes mais conhecidos do país está precisamente na Associação Agrícola de São Miguel, fruto de iniciativa deles. Ou seja, nós não podemos ter vistas curtas. Temos de saber abrir horizontes. Também dou os parabéns por isso e um bem haja pelo trabalho, não à associação, especialmente a todos os lavradores de São Miguel e dos Açores todos, porque custa muito ser lavrador ou agricultor na nossa terra.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação e felicitamos todos os fundadores, os associados e as direções sejam as passadas, sejam os dirigentes presentes, por este exemplar percurso de 50 anos na promoção e na divulgação da agricultura e dinamização da agricultura na ilha de São Miguel e nos Açores. Este é um importante setor da nossa economia, que tem também uma relevância muito importante do ponto de vista social e ambiental, no nosso território e por isso, obviamente que é merecedor de uma congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Há mais alguma intervenção?

Vamos, então, passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona, é apresentado pelo Sr. Deputado Rúben Cabral.

Deputado Rúben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona pelos títulos de campeões nacionais de judo

Maria Inês Melo Vidinha, jovem lagoense de 20 anos de idade e judoca há 14 anos, foi recentemente Campeã Nacional de Judo no escalão sub-23, categoria de -70kg.

Segundo diz a Maria, o judo é, sem dúvida, uma das maiores paixões da sua vida — uma paixão que começou ainda muito nova e além de atleta, é, também, treinadora de judo, o que lhe permite partilhar os conhecimentos e valores que tem vindo a adquirir ao longo dos anos e, ainda, retribuir tudo o que o judo lhe deu — e continua a dar.

Mais recentemente, Matias Sanfona sagrou-se Campeão Nacional de Judo no escalão de juvenis na categoria -42Kg. Matias Sanfona é mais um jovem lagoense, talentoso e ambicioso, que encontra no judo uma fonte de disciplina, força de vontade, resiliência e sonhos.

Maria Vidinha e Matias Sanfona são ambos atletas do Judolag, um clube que tem vindo a levar a Lagoa e os Açores a patamares internacionais, que nos faz sonhar em ver um atleta lagoense a representar o nosso país nos Jogos Olímpicos, e que, acima de tudo,

é um agente ativo na formação de jovens que nos dão a esperança de que o nosso futuro será risonho.

Face ao exposto, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo do mês de setembro de 2025, a aprovação deste Voto de Congratulação aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona pelo sucesso que têm alcançado ao longo do tempo.

Deste voto deve ser dado conhecimento a Maria Vidinha, a Matias Sanfona, ao Judolag, à Junta e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona, pelos prémios, pelas conquistas alcançadas e pela aposta que têm tido na sua formação nesta área desportiva.

Mas isso remete também para a importância que o clube Judolag tem tido no Concelho da Lagoa, criado em dezembro de 2012. São 13 anos de muito trabalho, de uma direção empenhada na formação de muitos jovens lagoenses e o reflexo desse trabalho, desta aposta numa modalidade desportiva tem sido distinguida com os vários prémios regionais, nacionais e internacionais que têm alcançado e que tem também dado notoriedade quer ao desporto açoriano, quer também ao Concelho de Lagoa.

Portanto, os parabéns da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo sucesso alcançado por estes dois atletas, a Maria Vidinha e o Matias Sanfona.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Naturalmente, e com tudo o orgulho, o CHEGA também se associa a este voto a estes atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona. De facto, são um orgulho para o Concelho da Lagoa, mas não só, para toda a ilha de São Miguel e para todo o arquipélago dos Açores. Eles, com muita persistência, com muito trabalho, têm conseguido alcançar feitos notáveis.

Também não posso deixar de referir a aposta do Judolag, que também tem sido um clube que muito tem trabalhado em prol da Juventude e do desporto da Lagoa. Uma palavra também de saudação e de parabéns a este clube por tudo o que tem feito no Concelho da Lagoa, que depois se estende naturalmente ao resto da ilha e ao arquipélago, porque os bons resultados dos atletas de um determinado concelho também são os bons resultados de todos os açorianos.

Uma palavra também de apreço a todos os jovens atletas, não só os que são medalhados, mas todos os outros que todos os dias se empenham e se aplicam nestas modalidades e às suas famílias que apoiam estes jovens e que todos os dias dão de si para que pratiquem desporto. Assim, ao praticarem desporto, também já sabemos que estão a criar condições para não seguirem por caminhos desviantes.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio não existir. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos atletas Maria Vidinha e Matias Sanfona pelos títulos de campeões nacionais de judo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelo 50.º aniversário da RTP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Pelo 50.º aniversário da RTP Açores

A RTP Açores celebra, este ano, 50 anos de existência, assinalando meio século de serviço público prestado com dedicação e proximidade ao povo açoriano. Desde 1975, esta estação regional tem sido um pilar essencial da comunicação social na Região, desempenhando um papel de relevo na informação, na cultura e na afirmação da identidade açoriana.

Ao longo da sua história, a RTP Açores foi mais do que um canal televisivo: foi a voz de um povo disperso por nove ilhas e pelas comunidades emigrantes espalhadas pelo mundo. Foi e continua a ser espaço de partilha, de preservação das tradições e de valorização da nossa herança cultural, aproximando gerações e promovendo a coesão entre açorianos, independentemente da sua localização.

É também justo reconhecer o papel insubstituível que a RTP Açores tem desempenhado em situações de crise e adversidade, como sismos, tempestades e outras catástrofes naturais. Nesses momentos, a RTP Açores soube estar à altura da sua responsabilidade, transmitindo informação clara, rigorosa e em tempo útil, muitas vezes indispensável para a proteção e segurança da nossa população.

Importa ainda destacar a relevância da divulgação da nossa cultura e tradições, do nosso desporto, da nossa gastronomia e da autenticidade das nossas vivências.

Uma palavra também para a decisão pioneira de transmitir, em direto e na íntegra, os trabalhos parlamentares, aproximando a política dos cidadãos e reforçando a transparência democrática, num serviço público de comunicação que só a RTP Açores, pela sua missão e alcance, pode garantir.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 50.º aniversário da RTP Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da RTP Açores.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a este voto e congratula esta instituição que faz serviço público para os Açores demasiado importante para esquecermos e acharmos à partida, que não merece tanto o nosso apoio moral, bem como também o nosso apoio institucional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se este voto apresentado pelo CDS-PP. Aliás, já tivemos oportunidade de discutir um voto de igual teor no passado mês de junho, apresentado pelo PPM. Saudamos a RTP Açores, saudamos os seus

profissionais, os seus dirigentes.

A RTP Açores é uma marca incontornável da vida e da história recente da nossa Região. É impossível falar dos Açores dos últimos 50 anos sem falar também da RTP Açores e daquilo que ela representa para todos nós, enquanto açorianos, e pela forma como ela aproxima todos nós, nas nossas ilhas, tendo em conta a nossa dimensão e características arquipelágicas.

Dizer também que, nos 50 anos da RTP Açores, cabe-nos também a todos, enquanto agentes do sistema político açoriano, trabalhar e envidar todos os esforços para preservar a RTP Açores e também, se possível, reforçar os seus meios, os seus meios humanos, melhorar as suas infraestruturas e os seus equipamentos, porque temos tido alguns sinais que não devem deixar de nos preocupar.

Recordo aquilo que foi a intenção do Governo da República de acabar com a publicidade, gradualmente, na RTP nacional, o que poderia ter impactos diretos nas receitas desta instituição e, posteriormente, também impactos nas suas delegações regionais. Isso foi bloqueado pela Assembleia da República, mas convém que todos estejamos atentos. Há a medida mais recente anunciada de acabar com as receções e serviços de segurança nas delegações quer da ilha Terceira, quer aqui também do Faial, o que não são bons sinais.

Eu não tenho a mínima dúvida que todos nós gostamos e queremos preservar e reforçar a importância que tem a RTP para uma região como a nossa e, tendo em conta estas medidas, devemos continuar atentos e diligentes para que não se leve a cabo o esvaziamento da RTP na nossa Região.

Parabéns à RTP, longa vida à RTP.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação pelos 50 anos da RTP Açores e permitam-me esta memória: eu sou daqueles que nesta Casa e dos muitos que nos estão a ver que me recordo perfeitamente do primeiro dia de emissão da RTP Açores.

Não será exagero dizer que as ruas ficaram desertas. Muitas casas ainda não tinham televisão, mas quem não tinha ia para a casa dos vizinhos para assistir a essa emissão e a todas as outras que se foram seguindo. Lembro que, por exemplo, o meu pai mudou os seus hábitos porque o Telejornal era um momento de silêncio obrigatório lá em casa. E acontecia transversalmente na Região.

A importância da RTP Açores, contudo, não se esgota no jornalismo que é feito. A importância da RTP pessoas tem a ver com toda a produção que é feita e que contribuiu de forma inequívoca para a coesão cultural, social, política, territorial destas nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi e é a RTP Açores que mantém os açorianos mais próximos uns dos outros.

Dito isto, é importante que a RTP Açores mantenha um rumo editorialmente isento dos poderes económicos, políticos ou outros quaisquer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos exigem da RTP Açores que não se confunda o serviço público com prestação de favores a quem quer que seja.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açores e os açorianos precisam da RTP, precisam que seja feito investimento na RTP Açores com mais e melhores meios materiais e humanos para que possa prestar o melhor serviço à Região, sempre com total independência dos poderes instituídos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
O CHEGA, naturalmente, associa-se a este voto e tem um de igual teor a ser apresentado.
Queria lamentar o estrangulamento que a RTP Açores está a receber da parte da República, quando eles não compreendem a importância que a RTP Açores tem para os Açores.
Daquilo que dizia o Sr. Deputado Paulo Simões, também me recordo, não sei se era o primeiro dia, mas os primeiros dias, pela mão do meu pai a ver isto e a importância que teve para juntar as comunidades. A primeira vez que eu ouvi falar do Corvo foi na RTP Açores. A primeira vez que eu ouvi falar de "Ilhas da Minha Terra" foi na RTP Açores. Eu aprendi a gostar de jazz e até de touradas na RTP Açores.
Ou seja, a importância que tem para a minha formação pessoal, que tem para a formação pessoal de muita gente.
Ao contrário do que muitos pensam, a RTP não é redundante e o CHEGA já deu este exemplo em orçamentos ao inscrever verbas para que a RTP pudesse ter os equipamentos necessários, mas a isso vamos daqui a pouco.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 50.º aniversário da RTP Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao próximo voto de congratulação, que também é pelos 50 anos da RTP Açores e é apresentado pelo CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Pelos 50 anos da RTP Açores

O CHEGA também aqui traz um voto de congratulação pelos 50 anos da RTP Açores, pela importância que a RTP Açores tem para a unificação de todo o arquipélago.

Estes 50 anos fizeram-se com homens e mulheres, com pessoas dedicadas.

Concordemos ou não com algumas coisas que, muitas vezes, nos são transmitidas, mas é assim que funciona a democracia.

Gostaria de endereçar este voto a todos os açorianos quer residam nos Açores, quer estejam na diáspora ou outras paragens que vão conhecendo pelo mundo fora, porque nós, açorianos, temos esta capacidade de nos integrar e chegar mais além.

A televisão é fundamental e nunca será redundante. Diziam isto dos livros e está mais que provado que os livros voltaram e estão de boa saúde. Também diziam isto até de alguns suportes musicais.

É natural que a televisão terá sempre uma importância tão grande no contexto da democracia e da autonomia dos Açores.

Endereço aqui um forte abraço aos nossos colegas que aqui estão a transmitir para que vocês em casa possam ver o trabalho da democracia nos Açores, que é o Parlamento dos Açores. Se a RTP não fosse importante, nós não estaríamos e vocês não estariam a receber isto, independentemente de toda a internet que possa existir. Nem toda a gente tem acesso à internet, nem toda a gente sabe mexer na internet.
A RTP Açores tem sido a cola de todas as ilhas; a RTP Açores tem feito aquilo que nós precisamos: unir os Açores e não dividir os Açores.
Agora, está na hora, 50 anos depois, de nós dizermos à RTP Açores: estamos aqui para vos ajudar a fazer um melhor trabalho.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Voto entregue na Mesa.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Pelos 50 anos da RTP Açores

A 10 de Agosto de 1975 acontecia, nos Açores, a primeira emissão do serviço público de rádio e televisão, pela voz do então Presidente da Junta Governativa dos Açores, General Altino Pinto de Magalhães.
Nesse dia histórico, com apenas seis horas de emissão, iniciou-se uma nova era de proximidade, encurtando distâncias e estreitando laços entre as nove ilhas do arquipélago.
Ao longo de meio século de existência, a RTP Açores afirmou-se como pilar da coesão e da identidade açoriana, ligando entre si as nove ilhas e a diáspora, valorizando a cultura, preservando a memória coletiva e garantindo informação plural e de proximidade, missão que procura ainda hoje reafirmar.

Numa longa vida de conexão entre as ilhas, foram muitos os acontecimentos marcantes da vida regional – mas também nacional – que entraram pelos lares açorianos e foram mostrando o dia-a-dia de todas as ilhas.

A RTP Açores tem sido uma referência estratégica do serviço público no arquipélago e continua a ser um fator de unidade regional.

Quando tanto proliferam as notícias falsas e fenómenos de desinformação, torna-se ainda mais evidente a importância da televisão pública regional como veículo credível, isento e esclarecedor, capaz de servir os cidadãos e fortalecer a Democracia.

Desde 1975, muitos foram os profissionais que, com dedicação e talento, fizeram da RTP Açores uma referência regional e nacional, merecendo todos eles também o nosso agradecimento.

Desde a primeira emissão, em 1975, a evolução tecnológica também incorporou a RTP Açores que, atualmente, consegue melhor servir os cidadãos e chegar efetivamente a todas as ilhas e diáspora.

Com visão editorial e capacidade informativa, apesar das dificuldades, a RTP Açores tem seguido o seu caminho com admirável sucesso.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos da RTP Açores, o qual deve ser dado conhecimento à própria RTP Açores, à Direção da RTP e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há alguma inscrição.

Creio não existir. Vamos, então, passar à votação do voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos da RTP Açores foi aprovado por

unanimidade.

Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira (PS) substituiu o Deputado Lubélio Mendonça na Mesa.

Presidente: O próximo voto de congratulação pela subida do Clube Desportivo Escolar do Corvo à Série Açores é apresentado pelo PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela subida do Clube Desportivo Escolar do Corvo à Série Açores

A Representação Parlamentar do PPM felicita e saúda o Clube Desportivo Escolar do Corvo (CDEC) pela sua promoção ao Campeonato Nacional da 3.ª Divisão – Série Açores de Futsal. Esta conquista representa não apenas o resultado de um desempenho desportivo de excelência, mas também o reconhecimento do esforço, dedicação e espírito de equipa que têm caracterizado o clube ao longo dos anos.

Ao longo da última temporada, o CDEC destacou-se pela sua notável consistência competitiva, espelhando a qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus atletas e pela sua direção, e afirmando-se como prova inequívoca do mérito desportivo e da excelência da sua capacidade.

A Federação Portuguesa de Futebol distinguiu o clube como entidade formadora de duas estrelas, destacando a excelência da formação e da estrutura organizativa do clube, habilitando-o a participar nos campeonatos nacionais. Para além do mérito desportivo, o clube recebeu também o convite para disputar a Taça de Portugal Placard, em virtude da classificação obtida em maio, consolidando a sua relevância no panorama do futsal

nacional.

É igualmente essencial destacar e felicitar a direção, os atletas e todos os que, de forma voluntária e entusiástica, contribuem para o sucesso do clube, bem como os adeptos e simpatizantes que acompanham a equipa com dedicação e espírito de fair play, sendo um exemplo inspirador de envolvimento comunitário e paixão pelo desporto.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propomos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Clube Desportivo Escolar do Corvo pela sua subida ao Campeonato Nacional da 3.ª Divisão – Série Açores. Deste voto deve ser dado conhecimento ao Clube Desportivo Escolar do Corvo, à Câmara Municipal do Corvo, à Associação de Futebol da Horta e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores associa-se ao voto aqui apresentado pela subida do Clube Desportivo Escolar do Corvo à Série Açores de Futsal.

É com muita honra que, em nome pessoal também, felicito o clube pelo qual fui atleta e, mais tarde, dirigente e do qual continuo a ser adepto.

Este feito conseguido pela segunda vez na história do nosso clube, orgulha toda a comunidade corvina e demonstra, mais uma vez, que, com trabalho e muita resiliência, se consegue conquistar sempre os objetivos pretendidos.

Quero terminar deixando uma palavra de agradecimento ao Presidente do Clube, Hugo Cardoso e restante direção, bem como ao nosso treinador, João Estêvão e equipa técnica, e também ao nosso capitão de equipa, Bruno Rodrigues e restantes atletas,

desejando as maiores felicidades e conquistas para a época desportiva que se inicia no próximo mês de outubro e na qual estou certo de que muitas alegrias trarão à ilha do Corvo e aos corvinos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação ao Clube Desportivo Escolar do Corvo pela sua promoção ao Campeonato Nacional da 3.ª Divisão.

Isto significa que o ser humano consegue superar as fronteiras que lhe são impostas pela geografia e que, por isso, este resultado tem ainda mais relevância. É um resultado desportivo que hoje enaltecemos e felicitamos os fundadores, os sócios, os dirigentes e todos os atletas e os entusiastas associados que, ao longo destes anos, mantiveram este clube vivo e que levou a este resultado que hoje aqui celebramos.

Portanto, estão de parabéns. As nossas felicitações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A única coisa que me entristece é a Câmara Municipal do Corvo, como voltei a dizer ontem aqui, não apoiar financeiramente o clube para a época 2025-2026.
Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é para a Assembleia Municipal.

Protestos dos Deputados das bancadas do PS, CH e da Representação Parlamentar do BE.

O Orador: Mas, de uma coisa, os dirigentes, os sócios do clube ou os corvinos podem ter a certeza: com a eleição do Dr. Paulo Margato para a Presidência da Câmara Municipal…
Presidente: Ó Sr. Deputado, não é possível.

O microfone do orador foi desligado.

Presidente: Sr. Deputado João Mendonça, não estamos propriamente nem na Assembleia do Corvo, nem em período de campanha eleitoral, aqui dentro. Peço desculpa, há limites.
Vamos passar à votação do voto de congratulação.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O voto de congratulação pela subida do Clube Desportivo Escolar do Corvo à Série Açores foi aprovado por unanimidade.
Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 25 anos da Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para o apresentar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Neste momento, o Deputado Lubélio Mendonça (PS) ocupou o seu lugar na Mesa.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 Anos da Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico

A Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico (ABIFP) é uma associação sem fins lucrativos, fundada a 23 de março de 2000 fruto da nobre iniciativa de um grupo de antigos dirigentes, jogadores e aficionados da modalidade.

Reconhecida como associação de utilidade pública em fevereiro de 2007, a Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico, ao longo da sua existência, tem perseguido o objetivo de promover e coordenar a prática do basquetebol nas ilhas do Faial e do Pico, bem como a organização de competições desportivas e de outras provas, locais, regionais, nacionais ou internacionais, que visem a promoção e desenvolvimento da modalidade e a formação de agentes desportivos.

Sediada no Centro Associativo Manuel Arriaga, e apesar de registar atualmente atividade apenas na ilha do Faial, esta associação tem como área de incidência as ilhas do Faial e Pico e os seus quatro concelhos.

A Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico conta essencialmente com o trabalho voluntário dos dirigentes e alguns colaboradores sendo responsável pelos jogos da atividade local, jogos da atividade regional (campeonatos de clube e torneios de seleções), por Seleções da ABIFP de sub-14 e sub-16, masculinas e femininas, uma seleção Açores, por época, de sub-14 ou sub-16, masculina e feminina (2022/2023 - Açores sub-14 Masculino, 2023/2024 - Açores sub-16 Masculino, 2024/2025 – Açores sub-14 Feminino), Organização de Cursos de Juízes e Organização de Cursos de Treinadores de Grau I.

Foi também responsável, durante 2 anos civis, em 2023 e 2024, pelo Centro de Treino Regional dos Açores de Basquetebol, que organizou vários estágios de observação das 4 seleções Açores, sub-14 e sub-16, masculinas e femininas, em Ovar, Figueira da Foz

e dois na ilha da Madeira, com vista à participação das seleções na Festa do Basquetebol Juvenil - Campeonatos Nacionais Interdistritais, em Albufeira e pelas duas Seleções Açores de Mini 12, masculina e feminina, que participaram na Festa do Minibasquete - Campeonatos Nacionais de Mini 12, em Paços de Ferreira.

À semelhança de 2017, a ABIFP organizou, no ano que completa o seu vigésimo quinto aniversário, o Torneio Nacional de Minibasquete de 2025, com a participação de dez clubes, do Porto, São Miguel, Santa Maria, Terceira e Faial, com 20 equipas, divididos por quatro grupos, Mini 10 Mistos, Mini 12 Mistos, Mini 12 Femininos e Mini 12 Masculinos. Estiveram envolvidos neste evento cerca de 280 pessoas, 200 atletas, 50 treinadores, 30 juízes e voluntários.

A Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico tem investido em material diverso, nomeadamente numa máquina de lançamentos, investimento considerável, demonstrando o seu compromisso com a evolução da modalidade.

Até aos dias de hoje, esta associação contou com cinco presidentes: José Alexandre da Silva Júnior (2000-2001), Vítor Fernando da Silveira Daniel (2001-2005), Lubélia Neves Azevedo (2005-2011), César Lopes Azevedo (2011-2016) e o atual Bruno Eduardo Fortunato Amaro (2016-2023 e 2023-2027).

Apesar de todas as dificuldades, de entre as quais se destaca a falta de recursos humanos, a Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico, em articulação com as escolas por intermédio de projetos promovidos pelo Governo Regional, tem honrado o seu propósito sendo merecedora do reconhecimento da comunidade e do Município da Horta através da recente atribuição da Medalha de Mérito Municipal Prateada.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico reconhecendo e agradecendo a todos os treinadores, juízes, dirigentes e atletas a sua contribuição no crescimento desta Associação em particular e do desporto açoriano no geral.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à própria associação, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, à Câmara Municipal da Madalena, à Camara Municipal das Lajes e à Camara Municipal de São Roque, à Assembleia Municipal da Madalena, à Assembleia Municipal das Lajes, à Assembleia Municipal de São Roque e à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto, congratulando a Associação de Basquetebol das Ilhas do Pico e do Faial pelo seu 25.º aniversário.

Não podíamos, naturalmente, deixar de enaltecer o contributo que esta associação tem dado para o desenvolvimento da modalidade na nossa Região, na promoção do desporto junto dos nossos jovens, cuja importância ainda ontem, nesta Casa, foi também revelada, na dinamização que a mesma tem na comunidade, especialmente na nossa ilha de Faial, e de agradecer, por isso, a todos os treinadores, juízes, dirigentes, atletas. Enquanto mãe de uma atleta que participa nesta associação, sou testemunha viva da entrega abnegada e voluntária, *pro bono*, de toda a equipa que está por trás da dinamização de toda esta associação.

De facto, enfrenta, como várias outras, algumas dificuldades, nomeadamente logísticas, pela falta também de algum equipamento para os treinos e espaços livres, para que consigam realizar os seus treinos. A entrega de tempo que tanto dirigentes como treinadores, como encarregados de educação dão a esta modalidade merece, de facto, o agradecimento de toda a nossa comunidade, de todos nós, em prol dos nossos jovens, da saúde dos mesmos e do desporto açoriano.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 Anos da Associação de Basquetebol das Ilhas Faial e Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Martins.

Deputado Marco Martins (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos do Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva

Fundado em junho de 1975, o Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva construiu, ao longo destes 50 anos, um percurso notável no panorama desportivo açoriano, com especial destaque para o futebol, modalidade em que conquistou inúmeros títulos e proporcionou momentos de orgulho e união à comunidade local. Embora a prática do futebol tenha cessado há cerca de uma década, a coletividade soube reinventar-se e manter-se ativa, destacando-se no futsal, modalidade em que alcançou o bicampeonato de ilha nas épocas 2021/2022 e 2022/2023, tendo ainda participado com sucesso no Campeonato dos Açores de Futsal.

Demonstrando um espírito de constante inovação e compromisso com o desporto e a

juventude da freguesia, o Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva iniciou recentemente um projeto de andebol de formação, reforçando a sua capacidade de adaptação e a sua vocação para o desenvolvimento integral da comunidade, contribuindo para a promoção de hábitos de vida saudáveis, do espírito de equipa e da cidadania ativa, entre os mais jovens.

Ao longo de cinco décadas, esta coletividade tem sido um pilar essencial no desenvolvimento desportivo, social e cultural da Agualva, desempenhando um papel determinante na coesão da comunidade, na valorização do associativismo e na promoção do orgulho local. Este meio século de existência é, assim, um momento propício para homenagear todas as gerações de atletas, dirigentes, técnicos, sócios e adeptos que, com dedicação, paixão e abnegação, têm contribuído para o crescimento, prestígio e sustentabilidade do clube.

Neste contexto, importa manifestar a nossa mais elevada estima e congratulação ao Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva, desejando que continue a ser um agente dinamizador do desporto e da vida associativa da Praia da Vitória, perpetuando os valores de solidariedade, esforço e excelência que sempre o caracterizaram.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto.

Nesta minha intervenção, gostaria só de referir aqui dois ou três factos que não foram referidos no voto e que gostaria de salientar. Gostaria de salientar a forma entusiástica com que os adeptos do clube vivem os seus jogos no pavilhão. Só quem já teve a oportunidade de assistir é que pode constatar esse facto. Portanto, é um pavilhão pequeno, mas que rapidamente fica repleto de pessoas e o entusiasmo é muito contagiante.

Também a sede que é muito bem aproveitada pela direção. Muitas são as pessoas de fora da Agualva que vão lá comer as famosas codornizes pelo ambiente que se gera na sede.

Também referir o Campeonato Regional de Juniores A de Futebol conquistado em 2001/2002, em que um grupo de jovens talentos da Agualva e de fora de Agualva foram campeões regionais de Juniores A; foram disputar o nacional, ficaram no grupo do Sporting e tiveram uma excelente prestação. Era uma equipa treinada pelo Mister Paulo Marcelino e, como disse, na altura era uma excelente equipa que deu cartas no futebol açoriano de formação durante aquele período de tempo.

Portanto, um forte abraço a toda a comunidade da Agualva, principalmente os dirigentes e adeptos do clube.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio não existir. Vamos, então, passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 Anos do Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar

do CDS-PP ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro. Faça favor, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro, da Esquadra 752 "Fénix" da Força Aérea Portuguesa

O Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores congratula o Sargento-Chefe Vítor Casimiro, Recuperador-Salvador da Esquadra 752 "Fénix", da Força Aérea Portuguesa, pelo feito histórico de ter sido o primeiro recuperador-salvador da Força Aérea a atingir as 3000 horas de voo em helicópteros EH-101 Merlin.

Este marco extraordinário, alcançado ao longo de 19 anos de serviço, corresponde a uma carreira de excecional dedicação e coragem, traduzida em 538 missões operacionais, 272 evacuações aeromédicas e 105 missões de busca e salvamento. Mais do que números, estas horas de voo representam vidas humanas salvas, famílias apoiadas e esperança devolvida em momentos de extrema vulnerabilidade.

A sua missão, cumprida frequentemente em condições adversas, honra o lema da Esquadra 752, "Para que outros vivam", e traduz de forma exemplar o valor do serviço público e da solidariedade, protagonizado pelos militares da Força Aérea Portuguesa.

A Região Autónoma dos Açores, pela sua condição arquipelágica e pela vasta área de busca e salvamento sob responsabilidade nacional, conhece de perto a importância das tripulações da Força Aérea, que asseguram diariamente evacuações médicas entre ilhas, resgates no mar e missões de segurança e vigilância de cariz estratégico que projetam o nome de Portugal no Atlântico e no mundo.

Ao homenagear o Sargento-Chefe Vítor Casimiro, esta Assembleia reconhece igualmente todos os militares que, na Base Aérea n.º 4-Lajes, cumprem uma missão de alto valor humano, militar e estratégico, que constitui motivo de orgulho para os Açores

e para Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro, da Esquadra 752 "Fénix" da Força Aérea Portuguesa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, ao Comando da Base Aérea n.º 4, ao Comando da Zona Aérea dos Açores, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Ministério da Defesa.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Marco Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Martins** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, obviamente, associa-se a este voto de congratulação ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro da Esquadra 752 da Força Aérea Portuguesa.

Mas importa reconhecer que este voto, mais do que justo, além do carácter individual pelo trabalho feito por este Sargento-Chefe que completou recentemente mais de 3000 horas de voo, simultaneamente, é o momento também importante para se destacar o trabalho dos militares da Força Aérea Portuguesa, sobretudo dessa esquadra, que se encontra sediado na Base Aérea n.º 4 das Lajes, que cumpre uma missão humana e estratégica absolutamente fundamental para a Região Autónoma dos Açores, através da busca e salvamento de evacuações médicas, interilhas e da assistência que presta a toda a população açoriana.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste voto aqui apresentado pelo CDS-PP ao Sargento-Chefe Casimiro, hoje nós todos ficámos a conhecê-lo, porque o Sargento-Chefe Casimiro é uma pessoa que, até hoje, seria provavelmente desconhecida pela maior parte de nós.

O senhor Sargento-Chefe Casimiro é um daqueles heróis de carne e osso, portanto, é um herói vivo, de carne e osso, um herói humano que presta um serviço imprescindível à Região Autónoma dos Açores, nesta esquadra 752 da Força Aérea Portuguesa, assim como como tantos outros.

É bom que se note que ser recuperador-salvador não é uma obrigação, é uma missão, é algo que se abraça e estas pessoas que abraçam estas missões, desta forma tão voluntária, tão abnegada, são efetivamente pessoas que têm de ser alvo do nosso reconhecimento, do nosso louvor constante, do nosso louvor diário.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para intervenções.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Sargento-Chefe Vítor Casimiro, da Esquadra

752 "Fénix" da Força Aérea Portuguesa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a Terry Costa. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Terry Costa pelas distinções internacionais recebidas pelo *Arts & Letters Club of Toronto* e pelos *Iberian Festival Awards*

Terry Costa, fundador e diretor artístico da MiratecArts, filho de emigrantes, nasceu em Oakville, no Canadá, mas cresceu na ilha do Pico e regressou à ilha Montanha na sua vida adulta, onde tem sido um agitador cultural e embaixador da ilha do Pico e dos Açores por todo o mundo.

Com espírito empreendedor e criatividade inolvidável, Terry Costa trouxe para os Açores o Fringe Festival, criou o Encontro Audiovisual Açoriano, promove os projetos SOLO9VIOLA (nomeado para os *Iberian Awards*) e os Sorrisos de Pedra, de Helena Amaral, organiza o AnimaPix, a Música no Forte, o Montanha Pico Festival e o LavaDias (cinema ao ar livre). Além disso, tem vindo a desenvolver um projeto literário singular, que alia a identidade açoriana à literatura infantil, com a coleção Néveda Ent, numa parceria com a ilustradora Vera Bettencourt.

No início do corrente ano de 2025, o *Arts & Letters Club of Toronto*, um clube cuja missão é promover a ligação pessoal e a criatividade de excelência das artes no Canadá e de canadianos, dedicou uma noite de temática portuguesa, pela primeira vez, desde a sua fundação, em 1908.

Este evento dedicado à temática portuguesa teve como orador convidado Terry Costa, na sua fascinante viagem de 50 anos de vida e obra artística, tendo a própria descrição do evento enaltecido que "a vida de Terry Costa é repleta de criatividade ousada e

conexões culturais que ligam vários países", pelas digressões pelo Canadá como artista de performance, como encenador e produtor de teatro, música e outras artes, e ainda a sua mudança para a ilha do Pico, numa caminhada de conexão cultural e de ligação entre vários países, sendo um testemunho inspirador do poder da arte para unir mundo e enriquecer comunidades.

Assim, em reconhecimento de um percurso de vida ligado à arte e cultura, Terry Costa recebeu título de Membro Honorário do *Arts & Letters Club of Toronto*, uma distinção internacional deste picoense, que é um verdadeiro embaixador das artes no e do Pico, nos e dos Açores.

Recentemente, Terry Costa também foi distinguido com o Prémio de Excelência, na 9.ª edição dos *Iberian Festival Awards*, no passado dia 15 de março, no Pavilhão de Multiusos de Almancil, no Algarve.

Estes prémios, organizados pela Aporfest – Associação Portuguesa de Festivais de Música, constitui-se como um espaço de celebração e *networking* para os profissionais do setor da música, tendo sido entregues prémios em 26 categorias, além de dois prémios de excelência, estes atribuídos por nomeação direta da associação, sem candidatura ou votação do público ou do júri.

Assim, o Prémio de Excelência de Personalidade do Ano, entregue a Terry Costa, é resultado do seu impacto e liderança notável na indústria artística, num percurso inspirador e um legado que perdura.

Face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação a Terry Costa pelas distinções internacionais recebidas, pelo *Arts & Letters Club Of Toronto* e pelos *Iberian Festival Awards*.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento a Terry Costa e à MiratecArts, ao *Arts & Letters Club of Toronto*, à Associação Portuguesa de Festivais de Música, à Direção Regional da Cultura e ao Conselho de Ilha do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputados Ana Jorge (PSD) e **Paulo Gomes (PSD):** Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Marta Matos** (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se este voto que congratula as distinções internacionais do Terry Costa, atribuídas pelo *Arts & Letters Club of Toronto* e também o Prémio de Excelência de Personalidade do Ano atribuído no *Iberian Festival Awards*, que distingue os melhores festivais e profissionais da música ao vivo em Portugal e Espanha.

Produtor, encenador, diretor artístico da MiratecArts, como o próprio Terry costuma dizer: "Não importa onde estamos, mas sim aquilo que fazemos." E efetivamente, a partir do lugar da Mirateca, na freguesia da Candelária, na ilha do Pico, o Terry faz cultura para o mundo e tem também trazido o mundo da cultura ao Pico, tendo acolhido já mais de 3000 artistas.

Dedicação e perseverança, paixão e criatividade, uma personalidade carismática, um sorriso constante, uma visão sempre positiva são características do Terry Costa, que procura sempre inovar e fazer a diferença. O Terry tem um verdadeiro amor por aquilo que faz e isso é muito inspirador.

O Festival Fringe, o Encontro Audiovisual Açoriano AnimaPix, o Montanha Pico Festival, Nêveda, o LavaDias — muitos já referidos aquando da apresentação do voto. Não posso deixar de fazer uma referência especial ao Festival Cordas, que é o projeto cultural artístico nos Açores com mais prémios internacionais, são exemplos de muitos dos projetos em que a MiratecArts está envolvida, evidenciando o seu dinamismo e a sua importância.

O Terry não sabe parar. Mesmo com todas as dificuldades que o setor cultural enfrenta,

com os cortes nos apoios à cultura, com os sucessivos e recorrentes atrasos na atribuição e no pagamento dos apoios…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Um bocadinho mal tratado.

A Oradora: … o Terry, assim como muitos dos nossos promotores e associações culturais, não desiste de trabalhar, evidenciando a nossa riqueza cultural e artística e promovendo a nossa identidade.

Para além da congratulação expressa neste voto, ao qual nos associamos, também o nosso justo e merecido agradecimento ao Terry Costa e a todos aqueles que resistem pela cultura nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio não existir. Vamos passar à votação do voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Terry Costa pelas distinções internacionais recebidas foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico foi a vencedora da Fase Regional

da 11.ª Edição do Apps for Good 2025

No passado dia 12 de junho, decorreu no Centro Cultural de Angra do Heroísmo o encontro regional dos Açores da 11.ª edição do programa educativo, "Apps for Good", tendo a equipa representante da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico sido distinguida com o 1.º lugar na categoria do ensino básico.

A equipa composta pelas alunas Filipa Paquete, Laura Tavares, Vitória Vieira e Emília Macedo, sob a coordenação das professoras Maria Machado e Estefânia Silva, apresentaram o projeto Suri: Uma solução tecnológica inovadora, composta por uma pulseira com tecnologia (RFID) e uma aplicação de gestão de grupos, que permite o controlo e segurança em saídas escolares, visitas de estudo, eventos, deslocação de idosos, entre outras situações.

A aplicação oferece funcionalidades como a geolocalização, envio de alertas por SMS e gestão de autorizações, tendo sido amplamente elogiada pelo júri e pelo público presente pela sua originalidade, aplicabilidade e qualidade técnica.

Este reconhecimento não só enaltece o mérito da equipa envolvida, como também valoriza o papel das escolas enquanto espaços de inovação, criatividade e cidadania ativa.

O sucesso alcançado demonstra a capacidade de sonhar, planear e concretizar — valores fundamentais numa sociedade em constante evolução. A equipa da EBS das Lajes do Pico irá agora representar a Região Autónoma dos Açores na fase nacional do concurso, a realizar-se neste mês de setembro, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa.

Este projeto, da "Apps for Good" - fase Regional, recebeu financiamento da Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, e fez parceria com a Câmara Municipal das Lajes do Pico e com as Juntas de Freguesia das Lajes do Pico, das Ribeiras e de São João.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do

Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de setembro, aprove e emita um voto de congratulação aos alunos da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, Filipa Paquete, Laura Tavares, Vitória Vieira e Emília Macedo , sob a coordenação das professoras Maria Machado e Estefânia Silva pelo feito e conquista do primeiro lugar na categoria do básico no evento regional do "Apps for Good" e que dele seja dado conhecimento aos citados alunos e professoras, à EBS das Lajes do Pico, à Assembleia de Escola, à Câmara e Assembleia Municipal das Lajes do Pico e às Juntas de Freguesia parceiras do projeto.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

"Apps for Good" é um programa educativo tecnológico que desafia a alunos e professores a desenvolverem aplicações para *smartphones* ou *tablets*, mostrando o potencial da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades em que se inserem, o que, no Concelho das Lajes do Pico, tem ainda um maior significado. É aqui que a Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico nos brinda, mais uma vez, com um resultado muito positivo, como também tem sido apanágio desta instituição, nos projetos que costuma apresentar.

Este primeiro lugar, na fase regional, na categoria de ensino básico, na 11.ª edição do "Apps for Good" regional de 2025, é exemplo disso mesmo. No ano transato, já tinham também arrecadado o primeiro prémio 10.ª edição, também do ensino básico.

A escola, cada vez mais, assume um papel multifacetado, onde a inovação e a criatividade são também essenciais para promover o desenvolvimento de competências que expandem a imaginação e a capacidade das crianças de gerar novas ideias.

O Grupo Parlamentar do PSD felicita as alunas intervenientes no projeto, nomeadamente a Filipa Paquete, a Laura Tavares, a Vitória Vieira e Emília Macedo, como também às coordenadoras do projeto, as professoras Maria Machado e Estefânia Silva pelo feito alcançado. Deste modo, é com naturalidade que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Não existindo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 4 minutos.

Neste momento, a Deputada Nídia Inácio (PSD) ocupou o seu lugar na Mesa.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com um voto de congratulação apresentado pelo CHEGA a Ana Pereira. Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
A Ana Pereira pela Medalha de Ouro nas Olimpíadas Internacionais de Geografia

No passado mês de julho, a estudante Ana Beatriz Pereira venceu a Medalha de Ouro na edição de 2025 da Olimpíada Internacional de Geografia, realizada em Banguecoque, na Tailândia.

A jovem Ana Beatriz Pereira, aluna da Escola Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, ilha Terceira, foi uma das principais figuras da representação nacional naquela que é a maior competição mundial de Geografia para estudantes do ensino secundário.

A iGeo (International Geography Olympiad) é uma competição internacional dirigida a estudantes do ensino secundário, entre os 16 e os 19 anos, que avalia competências geográficas em provas escritas, multimédia, de trabalho de campo e apresentação de posters. A edição deste ano reuniu mais de 200 participantes, oriundos de cerca de 50 países.

Esse notável feito representa o reconhecimento do empenho, conhecimento e paixão pela disciplina demonstrados pela jovem.

Este feito histórico representa não só uma distinção individual de excelência, fruto de um empenho notável, rigor e dedicação à disciplina de Geografia, mas também um marco de prestígio para o ensino açoriano e para Portugal, traduzindo-se num dos melhores resultados de sempre do nosso país nesta competição internacional.

Ao alcançar o mais alto lugar do pódio, Ana Beatriz Pereira projetou, a nível internacional, o seu talento e a capacidade, constituindo-se como exemplo inspirador para toda a comunidade escolar, revelando que a educação, quando apoiada no esforço e no mérito, é motor de oportunidades e de afirmação da Região no mundo.

A presença de Portugal no evento contou com a coordenação da Associação de Professores de Geografia e da Associação Portuguesa de Geógrafos, que reforçaram a qualidade e o rigor do ensino da Geografia no país.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à aluna Ana Beatriz Pereira, do qual deve ser dado conhecimento à Escola Secundária Vitorino Nemésio, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Professores de Geografia, à Associação Portuguesa de Geógrafos bem como à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se, como é óbvio, ao voto de congratulação do CHEGA à jovem estudante Ana Pereira, natural da Praia da Vitória da ilha Terceira, pela Medalha de Ouro nas Olimpíadas Internacionais de Geografia. Revela, como é óbvio, um esforço por parte da jovem, da sociedade comitiva, neste

caso, escolar da Praia da Vitória, da Associação de Professores de Geografia e da Associação Portuguesa de Geógrafos, que também acompanharam a estudante além fronteiras. Portanto, é um orgulho para a Praia da Vitória, em particular, para a Terceira e para os Açores, esta conquista desta jovem terceirense.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação ao resultado da Ana Pereira nas Olimpíadas Internacionais de Geografia, conseguindo a medalha de ouro.

Temos ao longo de muitos meses, hoje também, apresentado e aprovado muitos votos por extraordinários resultados na área desportiva. Mas temos também aqui um sucesso internacional numa área diferente, mas que também exige muito esforço e muita dedicação por parte dos nossos jovens, neste caso em concreto, a Ana Pereira. Portanto, saúdo-a, dou lhe os parabéns e não posso deixar de referir que este prémio é o culminar de um percurso escolar da Ana Pereira extraordinário, que terminou este ano o ensino obrigatório. Ana Pereira é a Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Vitorino Nemésio, que termina o seu mandato agora. Ana Pereira foi a diretora do jornal da Escola Vitorino Nemésio que, se bem nos lembramos, ganhou, em 2023, o prémio de melhor jornal escolar do país. Ana Pereira foi vencedora da fase regional do Parlamento de Jovens e representantes dos Açores na fase nacional do Parlamento de Jovens e tem todo este percurso cívico de participação ativa na sua comunidade escolar, sendo também uma aluna de mérito e excelência.

Portanto, fica aqui também uma saudação não só pelo feito nas Olimpíadas de Geografia, mas uma saudação ao seu percurso cívico na Escola Secundária Vitorino Nemésio, que é, de facto, uma inspiração e um exemplo para os nossos jovens.

Parabéns à Ana Pereira. Parabéns à Escola Secundária Vitorino Nemésio, à Praia da Vitória e aos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos, então, votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Ana Pereira pela Medalha de Ouro nas Olimpíadas Internacionais de Geografia foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é com gosto que vos informo que acompanham os nossos trabalhos, nas nossas galerias, um grupo de jovens do Instituto de Apoio à Criança dos Açores. Estão connosco o Angélico, o Afonso, a Beatriz, o Frederico, o Paulo, o Santiago, a Neusa, o Reinaldo, o Marco, que estão acompanhados pelos seus monitores, a Denise, a Tânia, o Luís e o Bruno. Agradeço-vos muito terem aceite o nosso convite para virem assistir aos nossos trabalhos, virem conhecer o nosso Parlamento e queria, em nome desta Assembleia, saudar-vos a todos com uma enorme salva de palmas.

Aplausos da Câmara.

O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao mariense Lourenço Moura. Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, para a sua apresentação.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao mariense Lourenço Moura pela conquista de campeão nacional de sub-15 na modalidade de *downhill*

Lourenço Cabral Moura, nascido a 16 de maio de 2011, é um jovem mariense que pratica BTT desde os seus 9 anos de idade, sendo atleta, desde 2022, da Escola de Ciclismo da AZPEDAL - Associação de BTT e Trilhos de Santa Maria, e que, no passado mês de junho, alcançou o título de Campeão nacional de sub-15 de *downhill*.

Esta modalidade de ciclismo, considerado um desporto radical, é praticado em terrenos de montanha, com todas as dificuldades que isso acarreta. O percurso efetuado, no menor tempo possível, é feito em altas velocidades, superando os obstáculos técnicos que encontra, sendo por isso um desporto que grande exigência física, mas também mental.

Através do seu empenho e dedicação a esta prática desportiva, o atleta Lourenço Moura tem alcançado ao longo dos últimos anos vários títulos. Foi Bicampeão Regional de *downhill* na categoria sub-15 masculinos e, em 2024, alcançou a medalha de bronze no campeonato nacional de *downhill*, e que este ano se superou a si mesmo, alcançando a medalha de ouro na prova realizada em Santiago de Besteiros, nos dias 14 e 15 de junho, integrando o projeto Seleção Açores da Associação de Ciclismo dos Açores.

A AZPEDAL, escola deste atleta, é uma associação criada em 2015, que teve e tem como principal objetivo a prática de BTT e *downhill*, usufruindo dos trilhos já existentes na ilha de Santa Maria, assim como através da criação de novos trilhos, sendo parceiros na criação da rede dos trilhos cicláveis.

Esta é uma associação que tem desempenhado um papel fundamental na atividade física, e consequentemente no bem-estar dos marienses que adotaram este desporto como o seu de eleição. Com empenho e dedicação, dos seus formadores e de todos que os que participam no planeamento e concretização das pistas e das provas locais,

regionais e nacionais que decorrerem em Santa Maria, é transmitido aos atletas, desde tenra idade, não só a importância do desporto, mas acima de tudo o respeito pela natureza e pela atividade que praticam.

Sendo parte integrante de toda a manutenção e preparação da modalidade, estes ensinamentos da AZPEDAL permitem não só transmitir os melhores valores aos seus atletas, assim como os tornam verdadeiros campeões da modalidade, como é o caso do Lourenço Moura, assim como na sua vida, para atingir os seus objetivos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação ao Lourenço Moura, campeão nacional de sub-15 de *downhill*.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao atleta, à família, à Associação AZPEDAL - Associação de BTT e Trilhos de Santa Maria, à Associação de Ciclismos dos Açores, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, à Câmara Municipal de Vila do Porto e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputados João Vasco Costa (PS) e Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que nos associamos, obviamente, a este voto, relevando que o Lourenço é um atleta de excelência, fruto do trabalho dele e dos companheiros, mas também da associação que ele representa, que se chama a AZPEDAL, e que eu tive a oportunidade de ver nascer e acompanhar.

Efetivamente, é daquelas associações que com muito pouco, faz muito. É um exemplo,

talvez a nível regional, porque são os dirigentes e os atletas que preparam as pistas.
São eles que, durante a semana, trabalham arduamente, muitas vezes e às vezes até debaixo de más condições atmosféricas e de muita dificuldade, para preparar as suas provas no fim de semana.
Portanto, acho que é um exemplo a seguir e obviamente não nos podíamos deixar de associar a este voto enviando, também, mais uma vez, os parabéns ao Lourenço.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais alguma inscrição.
Creio não existir. Vamos, então, votar este voto de congratulação.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O voto de congratulação ao mariense Lourenço Moura pela conquista de campeão nacional de sub-15 na modalidade de *downhill* foi aprovado por unanimidade.
Presidente: O próximo voto de congratulação a Matilde Vultão Cordeiro e a Joana Câmara Reis é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Cabral.
Deputado Rúben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
A Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis pelos resultados nacionais e internacionais em ginástica aeróbica

Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis são duas jovens lagoenses, com 16 anos de idade, que praticam Ginástica Aeróbica com distinção a nível mundial.

Desde os seus 7 anos de idade, são praticantes da modalidade de Ginástica Aeróbica no Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, e tem sido na categoria de Aerodance que ambas se têm destacado, ao nível regional, nacional, europeu e até ao nível mundial.

Recentemente, Matilde Cordeiro e Joana Reis reforçaram a certeza de que a Lagoa é um município repleto de talento, ao obterem vários resultados em competições oficiais que orgulham os lagoenses e os açorianos, nomeadamente, em 2024, o 4.º lugar no mundial em Aerodance Júnior e 7.º lugar Aerodance Juvenil.

Já este ano, Matilde Cordeiro obteve 1.º lugar regional em Aerodance e Aerostep Júnior, bem como o 3.º lugar em Júnior Elite; a nível nacional, o 2.º lugar Taça de Portugal em Aerodance e, no Meeting Internacional de Cantanhede, obteve o 2.º lugar em Aerodance Júnior.

Por sua vez, Joana Reis conseguiu, a nível regional, o 1.º lugar em Aerodance e Aerostep Júnior, o 3.º lugar no Trio Júnior e o 2.º lugar no Individual Júnior.

A última prova que aconteceu no dia 17 maio em Vila Franca do Campo foi referente ao Campeonato Nacional, na qual ambas se sagraram campeãs nacionais de Aerostep e Aerodance.

Face ao exposto, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo do mês de setembro de 2025, a aprovação deste Voto de Congratulação a Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis pelos resultados nacionais e internacionais em Ginástica Aeróbica.

Deste voto deve ser dado conhecimento a Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis, ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, à Junta e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Já o disse aqui e volto a repetir: o CHEGA, naturalmente, associa-se a este voto a estas atletas do Concelho de Lagoa, pois realmente importa sempre enaltecer, agraciar e aplaudir todos os esforços desta juventude que ingressa pelo desporto, nesse caso pela ginástica aeróbica.

O CHEGA endereça daqui os parabéns à Matilde Cordeiro e à Joana Reis por estes feitos alcançados, bem como aos clubes onde estão inseridas e também às suas famílias.

É sempre de enaltecer e com muito gosto ver os atletas serem reconhecidos por alcançarem estes bons resultados.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se associa a este voto de congratulação às atletas Matilde Cordeiro e Joana Reis pelos lugares cimeiros que alcançaram numa prova internacional.

Esta duas atletas são um exemplo de empenho, de espírito de superação e disciplina e representam bem aquilo que é o foco do desporto no Concelho da Lagoa, mas também na Região. Sem dúvida que são ambas exemplos de grande talento desportivo e promessas também no âmbito desportivo para a nossa Região.

Estendemos também estas felicitações à Associação de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, porque também se devem a eles o sucesso alcançado…

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem! É justo!

A Oradora: … e também os resultados que têm obtido.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Matilde Vultão Cordeiro e Joana Câmara Reis pelos resultados nacionais e internacionais em ginástica aeróbica foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos 50 anos do Grupo Desportivo das Fontinhas. Sr. Deputado Marco Martins, tem a palavra.

Deputado Marco Martins (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos do Grupo Desportivo das Fontinhas

Fundado a 10 de junho de 1975, o Grupo Desportivo das Fontinhas é, hoje, uma instituição incontornável da freguesia das Fontinhas, do concelho da Praia da Vitória, da ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem.

O Orador: Ao longo de meio século de existência, o clube construiu uma identidade

sólida, marcada pela dedicação, pelo espírito de comunidade e por uma trajetória desportiva de grande relevo. O seu percurso é feito de vitórias e conquistas, mas sobretudo de valores que refletem o melhor do desporto: o esforço, a resiliência, o trabalho coletivo, o *fair play* e o orgulho de representar uma terra e as suas gentes.

Nos primeiros anos da sua atividade competitiva, o Grupo Desportivo das Fontinhas destacou-se nas provas organizadas pela Fundação INATEL, conquistando 12 títulos de campeão de ilha, nove de campeão açoriano e dois títulos de campeão nacional, nas épocas de 1992/1993 e 1996/1997, no escalão sénior masculino de futebol. A partir de 2005/2006, com a integração nas competições organizadas pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, o clube entrou numa nova fase do seu percurso. Essa caminhada culminou com a ascensão, na época 2017/2018, ao Campeonato de Futebol dos Açores, após uma temporada memorável, em que arrecadou todos os troféus em disputa.

O sucesso manteve-se no ano seguinte, quando o Grupo Desportivo das Fontinhas se sagrou campeão dos Açores, garantindo a histórica subida ao Campeonato de Portugal. Mas seria na época 2021/2022 que o clube alcançaria uma marca ímpar: a subida à Liga 3, tornando-se a primeira equipa açoriana a participar neste patamar competitivo, associada ainda ao título de vice-campeão nacional do Campeonato de Portugal.

Este percurso, assinalado agora por 50 anos de história, testemunha a capacidade transformadora do desporto e do associativismo. O Grupo Desportivo das Fontinhas é exemplo de como a paixão de uma comunidade pode projetar-se muito para além das suas fronteiras geográficas.

Importa também reconhecer e enaltecer o seu papel desportivo, social e cultural, bem como o inestimável contributo de todos os dirigentes, atletas, técnicos, sócios e adeptos que, ao longo de cinco décadas, ajudaram a erguer esta grande instituição.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2025, a aprovação de

um voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Desportivo das Fontinhas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo das Fontinhas, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se este voto ao Grupo Desportivo das Fontinhas, …

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E faz muito bem.

O Orador: …mais um clube de freguesia. É uma freguesia que não é muito populosa, no entanto, é uma freguesia com várias instituições, muito forte no desporto e na cultura.

Dizer que o Fontinhas foi um clube que, ao longo da sua história, passou por diversos momentos, — uns melhores e outros piores — mas é um clube que sempre soube se reerguer e voltar sempre à senda do sucesso.

Queria também aproveitar para relembrar só que o Fontinhas, quando militava no INATEL nos anos 80 e 90, numa altura em que a ilha Terceira, além do Lusitânia e do Praiense, nos campeonatos nacionais, tinha sempre cerca de 10, 11 equipas no campeonato de ilha, portanto, prova associativa, e tinha outras tantas no INATEL, tudo futebol de 11. Portanto, quase todas as freguesias tinham equipa de futebol no INATEL

e o Fontinhas dominou durante muitos anos, sendo campeão, muitas vezes consecutivas, na ilha Terceira e sendo campeão nacional por duas vezes, como foi referido no voto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

O Orador: Portanto, é sempre bom lembrar esses tempos saudosos que, infelizmente, devido à evolução, digo eu, das novas tecnologias, das redes sociais, do conforto da casa, estão cada vez a tirar mais pessoas deste tipo de desporto e de eventos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Misericórdia.

O Orador: Mas é bom relembrar uma altura em que uma ilha como a ilha Terceira tinha mais de 20 equipas de futebol 11 e todas elas com muitos adeptos e muitas pessoas a assistirem os jogos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros dos Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação, destacando essencialmente a longevidade e também o enorme palmarés que tem o Grupo Desportivo das Fontinhas.

E isso vem de encontro àquilo que nós defendemos, que são estruturas com longevidade, estruturas que conseguiam perpetuar num tempo em que não era fácil — continua a não ser fácil — em que arranjavam meios próprios. Mas também têm

enormes dificuldades, como o caso do Grupo Desportivo das Fontinhas que, no ano passado, não participou no campeonato regional exatamente por dificuldades financeiras, mas arranjou outras formas de continuar a sua atividade.

Nós destacámos o papel do desporto no combate às dependências e vamos mais longe: devemos apoiar esse tipo de clube, junto a freguesias rurais, que permitem aos jovens ocupar os tempos livres ou devemos apoiar e canalizar os recursos todos para estruturas profissionais que vão recrutar jogadores a toda a parte do mundo, menos à sua terra? Inclusivamente, devemos questionar qual o sentido que faz nós retirarmos da esfera pública campos relvados de futebol para entregar a clubes profissionais com ações, até compradas por pessoas com currículos estranhos, deixando os jovens à porta do local onde costumavam treinar?

Portanto, nesse sentido, nós enaltecemos o Clube das Fontinhas e esperemos que se mantenham por muitos e longos anos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos do Grupo Desportivo das Fontinhas foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo 75.º aniversário da ermida de Nossa Senhora de Fátima das Pontas Negras.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo 75.º Aniversário da Ermida de Nossa Senhora de Fátima - Pontas Negras

No dia 6 de agosto de 2025, assinalou-se o 75.º aniversário da Ermida de Nossa Senhora de Fátima, um marco de fé situado nas Pontas Negras. Esta ermida ergueu-se sobre a rocha negra da costa sul do Pico, num cenário que reflete "o espírito das suas gentes, forjado no binómio «mar-terra»". A população da freguesia das Ribeiras soube, com resiliência, prosperar neste território, e a ermida de Nossa Senhora de Fátima, enquadrada com os campos como pano de fundo e com a imensidão do Atlântico por horizonte, é o símbolo mais puro da sua identidade e união comunitária.

A primeira pedra foi lançada a 13 de julho de 1948, fruto da visão e da devoção de uma filha da terra, Maria Jorge Palley, emigrada em São Francisco, Califórnia, que quis homenagear a Virgem de Fátima e entregar à sua proteção a comunidade que a viu nascer. O projeto arquitetónico coube a Mário Jorge, os retábulos foram concebidos por António Gregório Bettencourt e pintados por Eduíno Nunes Sobrinho, enquanto as imagens sagradas — Nossa Senhora de Fátima, São João, Santo António, o Sagrado Coração de Jesus, Santa Filomena e São José — chegaram, em grande parte, pelas mãos generosas da diáspora açoriana. "Cada pedra e cada imagem contam, por isso, histórias de fé e de saudade, testemunhando a profunda ligação entre o Pico e os seus emigrantes."

A bênção da ermida realizou-se a 6 de agosto de 1950, presidida por D. José Vieira Alvernaz.

O jornal O Dever noticiou o acontecimento, sublinhando que se tratava do primeiro templo da ilha do Pico dedicado a Nossa Senhora de Fátima, gesto de grande significado para um povo profundamente devoto da Virgem.

Desde então, ao longo de setenta e cinco anos, a Ermida de Nossa Senhora de Fátima das Pontas Negras tornou-se mais do que um templo religioso: é o coração espiritual e

social da comunidade. Ali se celebram missas semanais, casamentos, batizados, festas do Divino Espírito Santo e, todos os anos, em agosto, as festas em honra da Virgem, que são momento alto de reencontro entre residentes e emigrantes, vivido com fé, música, flores e procissões.

Com o tempo, a presença da Ermida transformou também o lugar. As Pontas Negras, outrora ermas e quase despovoadas, tornaram-se uma localidade com vida própria, onde se ergueram novas moradias, quase sempre fruto da emigração, sempre sob a sombra protetora da pequena igreja voltada para o mar.

Mais do que uma construção, esta ermida é um marco espiritual, cultural e identitário, testemunho da devoção mariana do povo açoriano e da ligação indestrutível entre a ilha e a diáspora.

Celebrar o seu 75.º aniversário é, assim, um gesto de gratidão e de memória: gratidão à generosidade dos que a ergueram e a cuidaram ao longo das décadas; memória de todos os que ali cumpriram os seus votos, casaram, batizaram os filhos ou simplesmente encontraram paz diante da imagem da Virgem.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação e louvor pelo 75.º aniversário da Ermida de Nossa Senhora de Fátima das Pontas Negras.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à Diocese de Angra, à Ouvidoria do Pico, ao Pároco da Paróquia de Santa Cruz das Ribeiras, para que seja divulgado junto da comunidade, à Junta de Freguesia das Ribeiras, à Câmara Municipal das Lajes do Pico e à Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PS/Açores associa-se ao presente voto e, no próximo plenário, apresentará um de semelhante teor.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 75.º Aniversário da Ermida de Nossa Senhora de Fátima - Pontas Negras foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 25 anos do atelier de conservação e restauro de obras de arte São Jorge Lda.. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira, para a sua apresentação.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 Anos do Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, Lda.

A 18 de abril de 2000, era fundado o Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, Lda., no concelho das Velas, em São Jorge, por David Silva e Odília Teixeira, bacharel pelo Instituto Politécnico de Tomar. O ACROARTE, como é vulgarmente conhecido, visa salvaguardar o património histórico e artístico, com

respeito pela estética, integridade física e história das obras de arte, tendo realizado inúmeros trabalhos de conservação e restauro ao longo destes 25 anos de existência.

Com trabalhos irrepreensíveis, realizadas com materiais inócuos às obras, com o princípio de intervenção mínima de restauro e conservação, o ACROARTE tem trabalhos nas áreas de escultura, pintura, talha dourada, cerâmica, mobiliário, tetos e metais. Tal deve-se ao conhecimento e à experiência de uma equipa multidisciplinar, motivada pelo rigor e cuidado dedicado a cada obra de arte.

Ao longo destes 25 anos, o ACROARTE tem vindo a crescer, a aumentar áreas de intervenção e espaços de trabalho, sendo que, desde 2011, realiza inventários e marcação de segurança em obras de arte, através de chips.

Com consciência ambiental, o ACROARTE criou a Reserva Particular do Património Natural "Os Carreiros", na qual são plantadas centenas de árvores endémicas dos Açores todos os anos, de forma a diminuir a sua pegada ambiental e devolver à natureza plantas que outrora foram usadas até à sua quase extinção.

As instalações do ACROARTE foram concebidas de raiz, para a atividade de conservação e restauro, pelo que foi possível tirar partido de muitas caraterísticas, nomeadamente da luz natural. Este espaço dispõe da Biblioteca Arte & Património, com mais de 4000 publicações, maioritariamente oferecidas por entidades, sendo uma mais-valia para o desenvolvimento da atividade profissional da empresa e podendo ser consultadas por qualquer pessoa com interesse na temática.

Com um portefólio rico e diversificado, o ACROARTE foi responsável pela intervenção de conservação e restauro de projetos emblemáticos, não só em São Jorge, como em toda a Região Autónoma dos Açores.

São obras emblemáticas as decorridas na Igreja de Santa Bárbara das Manadas, em São Jorge; a estátua de João Inácio de Sousa, nas Velas; a Igreja Matriz, de Santa Cruz da Graciosa; a Ermida de Nossa Senhora das Dores do Convento da Caloura; o Monumento da Autonomia, na cidade da Horta; a pintura do Duque D' Ávila e Bolama no Município da Horta; o teto e pintura mural de uma sala da Delegação da Assembleia

Legislativa, na Delegação de Ponta Delgada; a Igreja do Senhor Santo Cristo dos Milagres, na Graciosa; os oratórios do Recolhimento de São Gonçalo, em Angra do Heroísmo; as pinturas dos Reis de Portugal, no Palácio dos Capitães-Generais em Angra do Heroísmo; as pinturas sobre tela, na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e na Sé Catedral de Angra.

O ACROARTE desenvolve, assim, um trabalho de valor inestimável para a preservação e conservação do património, com vista a dar mais futuro a obras de arte, num exercício de zelo e excelência, que se renova e inova, ao longo de 25 anos que agora se assinala.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos de existência do Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, Lda.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, Lda., à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Velas e à Direção Regional de Cultura.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto, congratulando o Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte de São Jorge pelos seus 25 anos celebrados a 18 de Abril.

Esta foi uma empresa criada por um casal pela Odília Teixeira, que é uma jorgense, e pelo seu marido David Silva. Situa-se na freguesia da Urzelina e, neste momento, é reconhecido, em que todas as ilhas dos Açores, pelo trabalho que têm feito no nosso património e restauro em todas as ilhas dos Açores e também na ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, naturalmente, acompanha o voto aqui apresentado pelos 25 anos do Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte de São Jorge, pelo importante papel na recuperação e preservação da cultura jorgense, sendo um marco importante e deve ser acompanhado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 Anos do Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, Lda. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminamos assim os votos de congratulação. Entramos nos votos de protesto.

O primeiro é contra o aumento das propinas no ensino superior público apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Contra o Aumento das Propinas no Ensino Superior Público

Na semana passada, o Governo da República anunciou a intenção de aumentar o valor máximo das propinas no ensino superior público, passando dos atuais 697 euros para 710 euros anuais, a partir do ano letivo de 2026/2027. Decisão esta que representa a inversão do caminho da redução das propinas que passaram de 1068 € em 2017 para 697 em 2019, a que se seguiu um congelamento que dura até hoje e insere-se numa reconfiguração das políticas de financiamento do ensino superior.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em 2006, custavam 1009 euros.

O Orador: As declarações do Ministro da Educação são particularmente graves e reveladoras da visão elitista que sustenta a decisão de aumentar as propinas. Ao afirmar que reduzir propinas seria "regressivo" porque "colocaríamos a sociedade a pagar o ensino daqueles que tiveram o privilégio de o frequentar", o Ministro ignora que o ensino superior não deve ser um privilégio, mas sim um direito constitucional e uma ferramenta de justiça social.

Esta medida que o Governo da República pretende implementar é um ataque direto ao direito à educação e uma afronta às famílias que já enfrentam enormes dificuldades para garantir o percurso académico dos seus filhos.

Risos do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O que diz a Mortágua sobre isso? Ah, está em Gaza.

O Orador: Num país onde o custo de vida continua a subir, onde o alojamento estudantil é escasso e inacessível, e onde as bolsas de ação social são insuficientes, o Governo escolhe penalizar ainda mais quem menos tem.

O argumento de que o congelamento das propinas favorece os mais ricos é uma falácia perigosa. O que favorece verdadeiramente os mais ricos é um sistema que empurra os estudantes pobres para fora da universidade, que os obriga a trabalhar em excesso, a

desistir dos estudos ou a acumular dívidas.

O que favorece os mais ricos é um Governo que se recusa a investir na educação pública e que trata o ensino superior como um privilégio e como um negócio, transformando os estudantes em "clientes da educação", ignorando que o papel do Estado é garantir igualdade de oportunidades, e não aprofundar desigualdades.

Nos Açores, esta decisão terá consequências ainda mais graves.

A distância geográfica, a escassez de oferta formativa na Região e os custos acrescidos de deslocação e alojamento tornam o acesso ao ensino superior numa corrida de obstáculos para os jovens açorianos. Com o aumento das propinas teremos mais um muro erguido entre os nossos jovens e o seu futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já disse quanto é que aumentaram?

O Orador: É ainda mais alarmante que esta decisão surja num momento em que os Açores registam uma quebra de 16,6 % no número de candidatos ao ensino superior, face ao ano anterior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deve ter sido por isso.

O Orador: Em vez de se tomarem medidas para combater esta tendência preocupante, como reforçar a oferta formativa, melhorar os apoios sociais e eliminar barreiras económicas e barreiras desnecessárias nas regras de acesso ao ensino superior, o Governo escolhe agravar o problema, tornando o ensino superior ainda menos acessível.

Portanto, o que está em causa não é apenas uma alteração administrativa, mas uma escolha política que empurra uma geração para fora da universidade. Ao tratar o ensino como um privilégio reservado a quem o pode pagar, o Governo da República contribui para normalizar a exclusão social e para aprofundar desigualdades estruturais, comprometendo o futuro coletivo em nome de uma lógica de mercado.

Rejeitamos esta visão profundamente injusta e defendemos o caminho inverso ao que o Governo da República propõe, reforçando ainda o papel da ação social escolar e o aumento do investimento público nas instituições de ensino superior.

A educação é um direito, e não um privilégio! Não aceitamos que se continue a excluir os jovens açorianos do seu futuro!

É fundamental que o parlamento açoriano se pronuncie sobre esta matéria, advertindo o Governo da República para que recue nesta decisão injusta, elitista…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Elitista?

Deputado Francisco Lima (CH): 15 euros é elitista?

O Orador: … e profundamente desigual, que prejudica os estudantes, e contribui para o afastamento dos jovens açorianos do ensino superior.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto contra o aumento das propinas no ensino superior público.

Do presente voto, propõe-se dar conhecimento ao Governo da República, ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, à Associação Académica da Universidade dos Açores, à JAUPA - Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, ao Núcleo de Estudantes das Regiões Autónomas da Universidade da Beira Interior e ao Núcleo de Estudantes das Regiões Autónomas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, do Grupo Parlamentar do CHEGA, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Nós não subscrevemos este voto porque parte de premissas erradas. Há aqui uma questão que é básica, que é chamada redistribuição da riqueza, a necessidade de fontes de financiamento. Como o Sr. Deputado referiu, é preciso investir em residências universitárias, em apoiar estudantes que estão deslocados, é preciso fontes de financiamento para bolsas, para quem precisa. Uma forma de financiar é a comparticipação dos estudantes que podem fazê-lo.

Não vamos pôr tudo no mesmo saco porque as situações não são todas iguais.

Nós vamos pela Europa fora, vamos para os Estados Unidos…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Os Estados Unidos são um belo exemplo.

A Oradora: …em que há acesso, ajuda-se a quem não pode, mas não se trata a situação de forma igual. O País não tem fontes de rendimento ilimitadas, não vamos prejudicar o ensino nacional, ignorando que são necessárias fontes de financiamento. E elas têm que ser através de propinas, é uma das fontes de financiamento.

Deputado José Pacheco (CH): E são baixas.

A Oradora: Isso é uma falácia. O valor das propinas, não estamos a falar de 10 mil euros nem de 20 mil euros. Não são valores que não se possam pagar, que o estudante até nas férias não possa ganhar esse dinheiro para as pagar.

Vamos ser sérios, cada um tem de contribuir, juntamente com o Estado para que haja fontes de financiamento para que todos possam estudar.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos, então, passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto contra o aumento das propinas no ensino superior público foi rejeitado com 23 votos do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos avançar para o próximo voto de protesto quanto ao descongelamento das propinas do ensino superior apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

Deputado Russell Sousa (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Contra o descongelamento das propinas no Ensino Superior

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta o seu mais firme protesto contra a decisão do Governo da República de descongelar as propinas no ensino superior.

Depois de vários anos em que o congelamento constituiu um importante instrumento de justiça social e de apoio às famílias, o Governo liderado por Luís Montenegro opta agora por inverter esse caminho e agravar os custos suportados por quem quer estudar.

À primeira vista, o aumento pode parecer modesto,…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é.

O Orador: … mas para milhares de estudantes e famílias que enfrentam dificuldades económicas, cada euro faz a diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esses não pagam propinas.

O Orador: Como se não bastassem já as inúmeras barreiras que os jovens enfrentam para se qualificarem, com os preços incomportáveis do alojamento a afastar muitos do

acesso à universidade, o Governo vem agora acrescentar mais um obstáculo: o descongelamento das propinas.

Para além do agravamento financeiro, esta decisão representa também um retrocesso político e social, ao pôr fim a um direito conquistado com os governos socialistas: a certeza de que estudar seria cada vez menos dispendioso para as famílias, permitindo transformar a educação num verdadeiro elevador social.

Esta decisão é, por isso, um sinal errado, que aprofunda desigualdades e que afasta jovens do ensino superior, quando o país e os Açores precisam exatamente do contrário: mais qualificação, mais igualdade e mais oportunidades.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

O Orador: A injustiça não se esgota, contudo, no descongelamento das propinas. Paralelamente, assistimos a uma gestão inaceitável do Prémio Salarial das Qualificações, medida criada para valorizar os jovens que concluíram o ensino superior e para reembolsar os custos com as propinas, 697 euros por cada ano de licenciatura e 1500 euros por cada ano de mestrado. Este apoio deveria ter sido pago até julho deste ano, mas a verdade é que chegámos a setembro sem que tal acontecesse. Esta sucessão de atrasos mina a confiança dos jovens nas políticas públicas, cria instabilidade e compromete a credibilidade das medidas.

Mais preocupante ainda é a decisão de obrigar os jovens a escolher entre o Prémio Salarial e o IRS Jovem. O regime especial de IRS Jovem, que concede isenções fiscais durante os primeiros anos de trabalho,…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Graças a quem?

O Orador: … e o Prémio Salarial, que compensa o investimento feito na formação, são instrumentos distintos e complementares. Não existe qualquer justificação para colocá-los em conflito, como se um direito anulasse o outro. Impor esta escolha implica uma penalização injusta a quem estudou, se qualificou e pretende construir futuro em Portugal. Este tipo de opções políticas transmite aos jovens a ideia de que o esforço e a dedicação não são devidamente valorizados.

Ao somar estas três decisões, o descongelamento das propinas, os atrasos recorrentes no pagamento do Prémio Salarial e a obrigatoriedade de escolha entre este apoio e o IRS Jovem, o Governo liderado pelo PSD na República revela a sua verdadeira orientação política: uma lógica de direita que desvaloriza o ensino superior como motor de desenvolvimento, …

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP.

… que ignora a importância da qualificação para o futuro coletivo e que, em vez de promover igualdade, escolhe aumentar desigualdades. Ao invés de reforçar o ensino superior como elevador social e económico, insiste-se num caminho que limita o futuro de milhares de jovens, fragiliza a coesão social e agrava as assimetrias.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma, através deste voto de protesto, a sua total oposição a esta medida, exigindo que o descongelamento das propinas seja suspenso, que o pagamento do Prémio Salarial seja cumprido sem mais atrasos e que seja possível acumular este apoio com o IRS Jovem.

É inaceitável que se continue a colocar entraves a quem apenas pede condições para estudar, trabalhar e viver com dignidade. O futuro do país não pode ser construído à custa da desvalorização da juventude, mas sim com a confiança e o investimento nas novas gerações.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2025, a aprovação deste voto de protesto.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento ao Presidente da Assembleia da República, à Associação Académica da Universidade dos Açores e à Reitoria da Universidade dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Raposo, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar a minha intervenção por assinalar o arranque do novo ano letivo, desejando sucesso escolar a todos os açorianos, jovens, professores de toda a comunidade escolar, porque certamente o sucesso estudantil de toda esta comunidade será o sucesso da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Neste sentido, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda trazem-nos, a esta Casa, hoje, dois votos de protesto que não são nada mais do que uma luta por quem lidera as oposições a nível nacional.

A medida que hoje aqui é referida, refere-se apenas a um aumento de valor da propina de 697 euros, para 710 euros. É importante lembrar que isso é um valor de 13 euros anuais,…

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto?

O Orador: que corresponde a 1 euro e 8 cêntimos por mês, ou seja, um café por mês de aumento, digamos assim. É isto que aqui vêm o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda reclamar: deste aumento de 13 euros anuais.

Este aumento surge associado — e é isso que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda

não querem referir — a um investimento de mais de 43 % em ação social…

Vozes dos Deputados Andreia Cardoso (PS) e Carlos Silva (PS): É de mãozinha estendida?

O Orador: … mais de 30 milhões de euros, tal como tinha sido reivindicação do movimento associativo, que muito gosta o Partido Socialista de referir, mas que nunca fez.

A bolsa de ação social vai aumentar e acompanhar todo este processo, não ficando ninguém excluído no ensino superior por razões económicas.

O próprio Ministro anunciou também a necessidade de um novo regulamento para a ação social que o Partido Socialista nunca teve coragem de fazer.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nós defendemos mais transparência, nós defendemos mais eficácia, mais coesão que garante que ninguém fique para trás. Mas o Partido Socialista não teve esta visão.

O aumento do valor das propinas nas licenciaturas e mestrados integrados, acompanhados da ação social. E quero relembrar também que, em 2021, um estudante custava ao Estado cerca de 6200 euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Custava? Os estudantes são um fardo?

O Orador: O Partido Socialista, durante anos, cometeu inúmeros erros. Quem não se lembra da TAP, por exemplo, que custou 3 mil e 200 milhões de euros, que podia ter pagado as propinas a cerca de 4 milhões e meio de estudantes universitários.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Isso o Partido Socialista não refere!

Mas ainda há mais, há mais que o Partido Socialista não refere. Relativamente ao alojamento estudantil, que prometeram cerca de 15 mil camas e fizeram 474 camas para os universitários.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu tenho pena de não ter visto a Juventude Socialista e o Partido Socialista a fazer um protesto nesta altura contra o seu próprio governo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

É que nem conseguiram transferir…

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Nem conseguiram transferir um edifício que era seu, que era do Ministério da Educação para as residências universitárias.

Tanto que falharam, inclusive aqui na Região também falharam com os estudantes deslocados.

Presidente: Tem mesmo de terminar.

O Orador: Refiro-me às bolsas, às propinas e duas viagens por ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu esperava de todos os partidos e claro, já esperava do Bloco de Esquerda, não esperava do Partido Socialista, um partido supostamente responsável e que devia saber fazer contas.

É que, para além do ridículo, …estive aqui a fazer uma conta também simples. Um jovem que fume vai gastar 1400 euros por ano, portanto muito mais que as propinas.

Mas não indo por esse caminho, vou pelo caminho da realidade.

Quem analisar, por exemplo, 2020-2024, que era o período de congelamento das propinas, uma pessoa que perceba de contas, de economia, da mais simples, vai dizer que as propinas não aumentaram; as propinas reduziram 12,2 %.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda bem! Para nós é bom!

O Orador: Porquê? Este aumento, na prática, é um aumento de 18,65 %, mas a taxa de inflação acumulada é superior.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado.

O Orador: Ou seja, o que se está aqui a falar é na taxa de inflação acumulada. Não há aumento nenhum. Na prática, não há aumento. Ou não sabem fazer contas?

Então, vocês querem reduzir as propinas? Os ordenados dos professores baixaram, a eletricidade baixou. Então, isso é ridículo. Quer dizer, estivemos aqui a discutir, toda a semana, a sustentabilidade das contas públicas; agora, o Governo quer fazer um aumento para compensar a taxa de inflação, vem o Partido Socialista dizer que, afinal, tem de ficar tudo congelado. Vocês não podem dizer, à segunda e quarta-feira, uma coisa, à terça, quinta e sexta dizer outra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Podemos, podemos!

O Orador: Portanto, há aqui um problema de contradição no Partido Socialista que eu não compreendo. Eu bem sei que o vosso camarada António Guterres dizia: "Olha, façam as contas."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais alguma inscrição.
Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

Ruído na Câmara.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Gostaria de começar a minha intervenção só para dar nota que, para o líder da JSD e Deputado Luís Raposo, os jovens são custo. Para o PS, o investimento na educação é um investimento no futuro de Portugal e dos Açores. Não são um custo para nós.
Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: E depois, é curioso a retórica usada aqui no Parlamento dos Açores, quando eu nem falei do Governo Regional dos Açores, falei das necessidades do ensino superior de ser tendencialmente gratuito.
Quando olhamos para a estatística europeia, Portugal é o sétimo país com as propinas mais elevadas na União Europeia. Curiosamente, temos o salário médio dos mais baixos. Se fizermos as contas, estamos a ver que o investimento na educação para muitas famílias é um investimento no futuro, é verdade. Mas para muitas famílias é uma aposta também nos seus filhos, nas suas pessoas e isto tem custos.
Quando Portugal apresenta propinas de 600 euros, foi o Partido Socialista que o fez. A partir de 2015 até 2020, baixamos as propinas em 450 euros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Tudo isto tem impacto nas famílias e quem o diz não somos nós. A Associação Académica de Coimbra, a Associação Académica de Aveiro, a Associação Académica de Lisboa, a Associação Académica do Algarve, todos dizem que não tem a ver com o valor das propinas, tem a ver com o precedente que se abre.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E o precedente que se abre, neste assunto, é que agora todos os anos podemos ter nova subida de propinas. Ao contrário, quando era o Governo socialista a governar, a certeza que tinham no final do ano é que podia haver uma baixa de propinas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E este é o valor que nos difere aqui. É que, para o Partido Socialista, investir na educação é um investimento no futuro; para o PSD e para os partidos de direita, é um custo, já percebemos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: E para finalizar a minha intervenção, quando se fala em alojamento, é verdade que o Partido Socialista reconhece que não fizemos tudo o que tínhamos para fazer.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não fizeram nada.

O Orador: Nós reconhecemos porque temos a humildade democrática de o reconhecer. Mas, em contrapartida, por reconhecer os nossos erros e não ficarmos agarrados ao passado, nós, no orçamento, propusemos aqui um apoio para o alojamento estudantil, que foi rejeitado pelos partidos de direita, porque para vocês não há necessidade do alojamento estudantil então. Por cada estudante açoriano que esteja deslocado, não há problema de pagar mais. Mas agora, acusam o Partido Socialista de

não fazer nada. Na realidade nós propusemos, avisámos sobre o problema e reconhecemos os nossos erros do passado, porque temos visão de futuro.

Não ficamos agarrados ao passado como o PSD fica. É uma diferença.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve, gostaria de aproveitar o voto de protesto do Partido Socialista, que naturalmente votaremos a favor, que revela que há, de facto, uma preocupação de uma parte deste Parlamento quanto ao caminho que esta decisão abre.

Há uma preocupação de uma parte do Parlamento e, da outra parte do Parlamento, há a concordância com o aumento de custos das famílias: o PSD, o CDS-PP, o PPM, o CHEGA e a Iniciativa Liberal concordam que as famílias paguem mais pelo ensino, pela educação em Portugal, pelo ensino superior.

Deputado Paulo Gomes (PSD):13 euros, diga isso.

O Orador: E agora que se inicia um novo ano letivo, o que aquelas bancadas dizem é: "Sim." Essas bancadas concordam que os estudantes açorianos, que agora iniciam o ano letivo e que não sabem como é que vão pagar as suas despesas de habitação, de deslocações, de alimentação e propinas, devam pagar mais propinas este ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: 1 euro por mês!

O Orador: Dizem dali que é 1 euros, este ano. Para o ano, não será 1 euros. Para o ano, haverá novo aumento e, no ano seguinte, novo aumento, e, no ano seguinte, novo aumento, enquanto a AD (Aliança Democrática) estiver no Governo. Enquanto a direita estiver no Governo da República, sabemos que há uma coisa que é certa, todos

os anos: todos os anos, os jovens vão pagar mais para estarem no ensino superior e, todos os anos, menos jovens açorianos conseguirão chegar ao ensino superior.

É esse o destino que reservam para os Açores: uma região, que já tem baixíssimos níveis de qualificações e que sofre por isso.

Nas mãos da AD, do PSD e do CDS-PP, a Região está condenada a ser pouco qualificada, a ter população pouco qualificada e a ser uma região pobre.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não diga asneiras.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não existindo, vamos votar o voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto contra o descongelamento das propinas no Ensino Superior foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: Atingimos a nossa hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, lembrando que, às 15 horas, iniciamos os nossos trabalhos com a apresentação de dois diplomas, um pelo PAN e outro pelo CHEGA, como foram solicitados.

Eram 13 horas e 8 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 81.º, a Representação Parlamentar do PAN solicita a **apresentação em plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XIII – "Reconversão de veículos de tração animal."**

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação do diploma. Dispõe de 10 minutos.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A utilização de animais como força motriz de veículos, muitas vezes em contexto de lazer ou exploração económica, sujeita-os a condições de extrema exigência, obrigando-os a suportar cargas pesadas, a percorrer vias irregulares e a enfrentar longos períodos de exposição a elevadas temperaturas, sem períodos adequados para descanso ou abeberamento — uma realidade que ainda se assiste na Região.

Muitos dos veículos de tração animal que circulam nas nossas vias públicas não estão homologados, não possuem seguro, nem dispõem de sinalização adequada, exigindo-se apenas um título de identificação ao condutor, sem formação em matéria de bem-estar animal ou regras de trânsito. Não há exigência de habilitação legal, nem sanções previstas para situações como o consumo de álcool por parte do condutor, comprometendo a segurança das pessoas e animais.

A prática revela ainda o uso de equipamento doloroso e mal ajustado, como ferros na boca que provocam feridas graves, arreios mal colocados que causam dor e lesões, pressão excessiva sobre zonas sensíveis do corpo, entre outras.

Em dias de calor extremo, à semelhança do que se verificou este verão, assistimos a equídeos que circulavam pelas ruas da cidade de Ponta Delgada de sol a sol, sujeitos a desidratação e sofrimento prolongado. A par disso, quando improdutivos, são muitas vezes abandonados, tornando-se casos de denúncia por parte da sociedade civil.

Esta instrumentalização dos animais é incompatível com os princípios que regem uma sociedade evoluída e com o estatuto instituído através da lei civil. Exigem-se políticas em harmonia com o bem-estar animal enquanto seres sencientes.

É imperativo adotar medidas que conciliem as exigências legais, os valores da sociedade e a realidade concreta dos Açores.

Assim, esta proposta nasce da constatação de que, apesar dos avanços civilizacionais e da crescente sensibilidade social em relação ao bem-estar animal, subsistem práticas que colocam em causa a dignidade e a integridade dos animais, nomeadamente equídeos, asininos e muares. É, por isso, urgente proceder à sua substituição por veículos elétricos, enquanto solução viável, ética e sustentável, que elimina o sofrimento animal, constituindo uma oportunidade de modernização, aumento da produtividade e melhoria das condições laborais.

Importa, ainda, realçar que exceto no contexto turístico, muitos utilizadores recorrem à tração animal por falta de alternativas, fruto de vulnerabilidades sociais e económicas, pelo que a reconversão é encarada como uma transição justa e apoiada por políticas inclusivas e de capacitação, fomentando alternativas que respeitam os animais e valorizam o trabalho humano, com recurso à tecnologia disponível.

Esta abre caminho a uma transição justa, que respeita os animais, promove a segurança rodoviária e oferece alternativas dignas aos trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

O nosso Regimento dispõe de um período de 10 minutos para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há algum pedido de esclarecimento ao proponente.

Creio não existir. Passamos ao ponto 23 da nossa agenda.

Ao abrigo da mesma disposição regimental e da mesma prática parlamentar, o CHEGA solicita a palavra para a **apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 52/XIII, - "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação de uma estratégia integrada para reforçar a eficácia da Administração Pública, garantir a sustentabilidade do setor empresarial público e assegurar uma gestão**

responsável dos recursos regionais."

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima para apresentação do diploma.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução surge num momento em que a Região Autónoma dos Açores enfrenta o maior desafio das últimas décadas: a sustentabilidade das finanças públicas.

A dívida regional ultrapassa já os 3400 milhões de euros.

O número de funcionários públicos cresce de forma descontrolada e as empresas públicas continuam a gerar prejuízos crónicos que recaem sobre os contribuintes.

Não podemos continuar a fingir que nada se passa.

O atual modelo está esgotado e compromete o futuro dos Açores.

O CHEGA não fica pela crítica gratuita e pretende ser o catalisador da mudança, propondo genericamente o seguinte: uma administração pública mais enxuta e eficiente; um setor empresarial público com limites bem definidos; uma verdadeira libertação de recursos para a iniciativa privada; uma gestão responsável do património público. Não se trata de meros ajustes cosméticos, mas sim de medidas disruptivas que rompem com o passado de despesismo, compadrio e falta de responsabilidade.

Não vou ler aqui todas as medidas, até porque ainda esta semana já as anunciei aqui desta tribuna, mas vou recordar algumas:

- Redução dos cargos políticos e técnicos de confiança política; propomos cortar 25 % nos cargos de nomeação política, acabando com a máquina de clientelismo que se instalou.
- Suspensão da contratação de novos especialistas de gabinete que, na prática, servem mais para propaganda do que para serviço público.
- Combate às baixas fraudulentas.
- Reforço da fiscalização ao uso da inteligência artificial para tratar padrões de fraude; não é aceitável que a Região continue a perder milhões todos os anos com falsas baixas que descredibilizam o sistema e prejudicam quem realmente precisa.

- Alienação de empresas e ativos não estratégicos.
- Privatização de empresas do grupo EDA, Teatro Micaelense que nada justifica continuarem a ser sustentadas pelos açorianos.
- Venda de imóveis e terrenos devolutos sem utilidade, transformando património parado em receita para amortizar dívida e investir no futuro.
- Reestruturação profunda do setor público empresarial; empresas públicas deficitárias terão de cortar custos e ser avaliadas regularmente.
- Os salários e prémios dos gestores passam a estar indexados ao desempenho real das empresas.
- Fim da subsidiação sem critérios.
- Tarifas atualizadas, pelo menos de acordo com a inflação, a fim de distorções que geram buracos financeiros.
- Revisão dos apoios públicos; condicionar os apoios agrícolas a cooperativas é resultados concretos, evitando que os subsídios sirvam apenas para perpetuar dependências.
- Incentivar fusões e gestão partilhada de cooperativas, em vez de multiplicação artificial de entidades subsidiadas.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Projeto de Resolução não é apenas um documento técnico, é um sinal político forte de que os Açores não podem continuar reféns de um modelo de governação assente no défice e na dívida.

O CHEGA propõe uma verdadeira rutura com a prática instalada: menos cargos políticos e menos clientelismo; mais eficiência e responsabilização; uma aposta séria na iniciativa privada, um estado regional focado no essencial. Temos de escolher continuar no caminho da dívida e do empobrecimento ou avançar para uma gestão responsável, sustentável e virada para o futuro.

O CHEGA escolheu a mudança e propõe reformas estruturais, não apenas a retórica política de ocasião. Cumpre ao Governo Regional aproveitar, melhorar e

eventualmente aperfeiçoar estas propostas ou refugiar-se no muro das lamentações e continuar de mão estendida à República e à União Europeia para que nos salvem.
Disse.
Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Estão abertas as inscrições para eventuais pedidos de esclarecimentos ao autor deste diploma. Não existindo inscrições, está apresentado o diploma.
Vamos continuar o nosso debate relativo ao ponto 9 da nossa agenda, **Projeto de Resolução n.º 47/XIII - "Recomenda a criação das condições necessárias para a formação em medicina desportiva de pelo menos um médico por unidade de saúde de ilha da Região Autónoma dos Açores."**
É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. E a Mesa não tinha inscrições à altura em que interrompemos os nossos trabalhos ontem à noite.
Pergunto se há inscrições.
Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.
Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Na continuação do debate ontem realizado nesta Casa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem aqui algumas notas que parecem pertinentes relativamente àquilo que aconteceu ontem e sobre o Projeto de Resolução apresentado do Partido Socialista. Comecemos pelos pareceres.
Ontem, nesta Casa, desvalorizou-se apenas os nove pareceres das associações representativas dos muitos clubes e associações de Região, aliás, não me recordo quem é que disse, mas falou-se que eram mais de 50 associações e apenas 9 tinham respondido e dado o seu parecer.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer fazer precisamente o contrário, quer valorizar essas nove associações que representam muitos clubes da Região e muitos jovens (e menos jovens) que praticam desporto e parece-me pertinente, aqui nesta Casa, valorizar essas associações que sentem esse problema diariamente e perderam o seu tempo a responder e a valorizar aquilo que efetivamente é o nosso trabalho que é legislar e melhorar a vida dos açorianos.

Em relação ao desporto que se pratica na Região Autónoma dos Açores — já o disse ontem, mas parece-me importante valorizar outra vez hoje — destaca-se o espírito amador e de voluntariado que existe nos nossos clubes, nas nossas associações e é preciso não esquecer que estamos a falar, acima de tudo, de desporto amador, mesmo que seja federado. Ou seja, essas organizações são feitas de pessoas que trabalham *pro bono*, que perdem muito do seu tempo e da sua vida pessoal e familiar para manter esses clubes e essas instituições abertas e, naturalmente, muitos problemas e muitas situações acontecem e é importante que também nós, enquanto eleitos pelo povo, tenhamos a preocupação de ajudar a manter essas instituições abertas, pois são elas que ocupam muitos dos jovens e menos jovens da nossa Região a praticarem desporto e atividade física.

Ontem referenciei, e volto a fazê-lo, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pretende de forma alguma obrigar nenhum profissional de saúde a fazer algo que não queira. No entanto, parece-me pertinente deixar claro, pois a ideia com que fiquei ontem — penso até que veio da bancada do CDS-PP através do colega Jorge Paiva — é que isso tinha a ver com situações pontuais. A verdade é que não são situações pontuais, são situações que já vêm de algum tempo e que, nos últimos tempos, nalgumas ilhas, tem-se tornado num problema real para os clubes. Daí a necessidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve de apresentar esta Proposta de Resolução.

A Sra. Deputada Hélia Cardoso — por quem tenho estima e reconhecimento, pelo seu trabalho enquanto deputada — por várias vezes referenciou, ontem, a não

obrigatoriedade de os médicos de família realizarem esses exames — penso que é a cláusula 12 do Acordo Coletivo de Trabalho que assim o referencia — de qualquer forma, é preciso não esquecer que é preciso ter alguma coerência, porque, na verdade, são esses mesmos médicos de família que estão a ver jovens no sentido de eles poderem praticar desporto. De resto, não foi há muito tempo que o CHEGA apresentou uma proposta que tinha a ver com o cheque dentista, em que colocava os médicos de família a fazerem outro trabalho, nomeadamente administrativo, e na altura foi mudado, e bem, mas a verdade é que isso também estava proposto e é preciso ter alguma coerência naquilo que se apresenta. Foi o que, de alguma forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tentou fazer.

Deputado José Ávila (PS):Bem lembrado!

O Orador: De qualquer forma, parece-me importante que tenhamos todos presentes o seguinte: segundo a cláusula 12 do Acordo Coletivo de Trabalho, os médicos não têm necessariamente de fazer de médicos desportivos, mas o Estado diz, na Constituição da República Portuguesa que "todos têm direito à cultura física e ao desporto." Em Cuba, o estado, em colaboração com as escolas, associações, e coletividades desportivas, colabora a promover, estimular e orientar, apoiando a prática e a difusão da cultura física e do desporto. Ou seja, também temos de ter a noção de qual é a nossa responsabilidade enquanto legisladores, sendo que o Governo tem a sua quota de responsabilidade uma vez que governa a nossa Região e, nesse sentido, também é preciso encontrar um equilíbrio.

Porém, permitam-me também dirigir as algumas palavras em particular à Sra. Secretária, dizendo que não tenho dúvidas de que quer da sua parte quer da parte de qualquer deputado da nossa Assembleia Legislativa Regional, inclusive da bancada que suporta o Governo, todos nós queremos fazer o melhor, neste caso em particular, para os clubes e associações da nossa Região. Além disso, no decorrer deste debate a noção com que se fica é que uns acham que se deve fazer de uma maneira, outros acham que se deve fazer de outra, no entanto, é importante que não passe aqui uma

mensagem no meio do debate político e partidário que eu tenho de desmontar, a bem da minha consciência e do meu grupo parlamentar e que tem a ver com aquilo que se tentou (eu pelo menos fiquei com essa noção) passar ontem que tinha a ver com a disponibilidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista colocou na Comissão de Assuntos Sociais relacionada com a alteração ou o ajustar do texto, de forma a que **todos juntos**, pudéssemos chegar a um consenso para resolver o problema dos clubes. Os deputados que intervieram ontem nesta Casa tentaram passar a mensagem de que isso seria uma fraqueza do Partido Socialista. Muito pelo contrário, quero deixar aqui bem claro que o Partido Socialista já assumiu noutros debates e assume outra vez, hoje aqui, que está disponível para dialogar, para trabalhar em conjunto, para resolver os problemas que aos açorianos dizem respeito.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: De qualquer maneira, estamos a falar de medicina desportiva e é nesse assunto que eu me quero centrar, pois reiterei a disponibilidade em Comissão em ajustar, para que todos juntos possamos de alguma forma considerar uma resposta efetiva aos clubes e aos problemas que existem; não foi isso que foi entendido, por isso estou a explicar outra vez para que fique claro aquilo que quisemos passar. Aliás, em Comissão, por várias vezes, coloquei a pergunta à Sra. Secretária, no sentido de saber o que é que o Governo estava disposto a fazer para que, todos juntos, pudéssemos solucionar esse problema, mas nunca me respondeu, o que é legítimo da sua parte, mas eu sinalizei e é o que é, é o que está aqui. O que, aliás, obtive, quer em Comissão quer no debate, é que o Governo não estava disposto a pagar formação específica aos médicos de medicina desportiva, o que é legítimo, não ponho isso em causa. De resto, as palavras da Sra. Secretária foram no sentido de que íamos abrir uma *Caixa de Pandora* que, por sua vez, também teria de pagar a médicos de urgência em outras ilhas sem hospital. Na verdade, não vejo…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é nada disso! O sr. está a fazer uma confusão!

O Orador: Sr. Presidente.

Eu não vejo que algum mal a Sra. Secretária pagar essa formação. No entanto, queria deixar aqui presente algo, isto é, a senhora disse que não pagava formação a ninguém, está no seu direito, os profissionais de saúde é que têm de investir na sua formação, de qualquer maneira, gostava de deixar aqui esta nota que depois farei questão de entregar à Mesa. Trata-se duma resposta a um requerimento realizado pelo Partido Socialista, datado de 23 de janeiro de 2023 e respondido a 16 de maio desse ano que comprova precisamente o contrário: o vosso Governo pagou formação externa a 40 profissionais de saúde, tendo o valor unitário de 5 627 euros e 16 cêntimos…

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: … em que 800 euros foram suportados pelos formandos e os outros 4 827 euros e 16 cêntimos foram suportados pelo Serviço Regional de Saúde, tendo um custo total de 125 mil e 86 cêntimos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi a profissionais de saúde!

O Orador: Não vemos nenhum mal nisto, mas não podemos num dia dizer uma coisa e no outro dia dizer outra. E isto é importante que fique aqui referenciado.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, gostei do termo que utilizou de "equilíbrio." É

precisamente isso que se trata aqui.

Eu senti na Comissão, e sinto agora, que preocupa-o arranjar uma solução para os clubes e para o desporto federado e, nessa altura, fez o convite: "se têm sugestões, avancem, eu quero é resolver o problema." Eu sou sensível a isso, porque eu também sinto, quando trago uma proposta, que eu quero é resolver o problema e não as questões políticas que andam à volta.

O que já não quis aceitar é que, se calhar, esta não é a solução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

A Oradora: E ontem, quando propus, todos se riram em apartes a rirem-se e fizeram pouco, é que esta não é a solução…

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Todos não!

A Oradora: quase todos; é que a solução se calhar — e eu continuo a acreditar nisso e o Sr. Deputado Paulo ontem disse que já usou — é pagarem a um médico, ele desloca-se à ilha onde não há médicos e faz os exames todos que for necessário. Eu não sei se é segredo ou se pode avançar quanto é que gastou, mas se calhar não foi uma quantia proibitiva e, assim, teremos uma solução. Em relação a esta que o senhor apresenta aqui, ontem perguntei-lhe como é que ia funcionar isso das convenções?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ele não sabe! Não respondeu.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Como é que eu ia responder com aquele barulho todo?!

A Oradora: Se não há o profissional, a convenção não funciona.

Em segundo lugar, pelo que percebi, este problema é mais premente nas ilhas pequenas, onde há menos profissionais de saúde. Um profissional de um centro de saúde de uma ilha pequena, como Graciosa, Flores ou mesmo Faial, onde são poucos e tem de assegurar a urgência, como é que vai ter tempo para fazer uma formação, mesmo que seja *online*? Ou seja, o que nós vamos ter é uma solução ótima que vai funcionar se calhar nas ilhas maiores, mas, nas ilhas mais pequenas, continuamos com o mesmo

problema. Então como é que se resolve a questão?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como qualquer outra!

Ruído na sala.

A Oradora: É pena que o Sr. Deputado não se inscreva, mas eu mesmo assim respondo-lhe. Há uma coisa chamada deslocação. Qual é a questão de um médico se deslocar a uma ilha, agendar os exames, pagam-lhe a passagem (60 euros) e ele volta ao seu local de origem? Em 2 dias, ele resolve os problemas de 1 ano, porque só tem que se fazer um exame anual. Eu não percebo qual é a dificuldade.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir, mas perante a intervenção do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, há claramente frases que foram ditas nas quais o Governo Regional não se revê e que cuja verdade tem de ser reposta.

Numa primeira fase, gostaria de dizer-lhe que tudo aquilo que referiu em relação ao papel do desporto, do ponto de vista social, do ponto de vista da juventude e da sua importância, naturalmente concordamos todos com isso. A questão é que todos os problemas que o Sr. Deputado elencou não são novos, sucedem-se, já existiam anteriormente e nunca vi a sua preocupação como vejo desta forma.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

A Oradora: E, portanto, fico naturalmente admirada, porque em relação à medicina desportiva, efetivamente, desde que existiu a criação de uma especialidade médica, que o problema se tem vindo a arrastar. E, no passado, não o vi com esse dinamismo e com essa preocupação perante um problema que efetivamente não é novo.

Gostaria também de dizer que, efetivamente, a questão da atividade física para todos é uma preocupação do Governo Regional dos Açores. Tanto é que existe um programa para todos, na dependência da Secretaria Regional de Educação, Cultura e Desporto, chamado "Açores Ativos" que é denominado — como o próprio nome indica — numa lógica de ser dirigido a todos os açorianos e todas as açorianas.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já havia no PS! Esqueceu-se de dizer isso.

A Oradora: Então, está a ver? Essa lógica e essa preocupação mantém-se. Portanto, isto para dizer que a atividade desportiva dirigida a toda a população é também uma preocupação do Governo da coligação.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já vinha do PS!

A Oradora: E não é por causa disso que vamos alterar a nossa forma de pensar e perceber que a atividade da prática desportiva é uma mais-valia, não só do ponto de vista das questões culturais, mas também do ponto de vista das questões sociais.

Sobre o Projeto de Resolução que V. Exa. apresenta, conforme também já foi mencionado por si, eu realmente fiquei bastante surpreendida depois do Sr. Deputado ter apresentado a iniciativa, ter suscitado um debate em Comissão, o que é legítimo, só ao fim de 1 hora de debate é que o Sr. Deputado questiona o Governo sobre o que quer alterar nos pontos resolutivos para o Projeto de Resolução ser exequível.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ó senhora, isso não é verdade! Isso é completamente falso!!

A Oradora: Se estivesse efetivamente preocupado, teria feito o procedimento ao contrário, ou seja, poderíamos ter identificado um problema e, naturalmente, essa

situação podia ter sido invertida…

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: … porque o Governo Regional não tem qualquer obrigação de fazer o trabalho do Sr. Deputado.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso. Os senhores não gostam da disponibilidade!

A Oradora: E, portanto, nessa ótica, eu não vou colaborar consigo nessa perspetiva, ainda mais quando os pontos resolutivos não vão ao encontro daquilo que nós poderíamos concordar relativamente à solução encontrada. Naturalmente, a formação específica de que o Sr. Deputado aqui falou não foi paga por este Governo da coligação, nem foi dirigida a profissionais de saúde.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não é verdade. Está aqui. Tem muitos médicos.

A Oradora: E o Sr. Deputado sabe muito bem que foi dirigida aos vários chefes de serviço, diretores de serviço da Direção Regional da Saúde. E até lhe digo mais: posso dizer-lhe de forma muito tranquila que, naturalmente, eu, enquanto Secretária Regional da Saúde, não voltei a promover essa formação, porque efetivamente a minha ótica de pagar formação aos profissionais de saúde é transversal a todos os profissionais do Serviço Regional de Saúde e não só para alguns.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Aí, assumo pessoalmente que discordo e é naturalmente uma posição minha.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já percebi.

A Oradora: Até porque, como o Sr. Deputado bem sabe, no âmbito da Direção Regional da Saúde, há um programa de formação anual que é disponibilizado a todos os profissionais de saúde. E mais, esse programa de formação tem a particularidade das

unidades de saúde e dos próprios hospitais serem questionados anualmente sobre as lacunas da sua formação e podem inclusive propor à Direção Regional da Saúde quais as áreas de formação anual.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Curiosamente, a medicina desportiva nunca foi elencada. E, portanto, Sr. Deputado, fica aqui muito claro que infelizmente não será a Secretaria Regional da Saúde nem a Direção Regional da Saúde a pagar a pós-graduação individual aos médicos do Serviço Regional de Saúde que queiram exercer a medicina desportiva, que estão no seu direito, porque, na minha ótica e na ótica da Secretaria que eu dirijo e da Direção Regional, há efetivamente outras lacunas que seriam prioritárias, nomeadamente a medicina de urgência e a medicina de emergência, conforme já disse aqui hoje.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E é nesse sentido que gostaria de dizer que discordamos também da forma como os pontos resolutivos são apresentados. Dei o exemplo, em sede de Comissão, que também foi aqui falado, em relação a um médico de uma unidade de saúde de ilha que se disponibilizou para ir ajudar outra ilha, cancelou consultas; os utentes naturalmente ficaram revoltados, porque tinham uma consulta no âmbito dos cuidados de saúde primários que, para não gerar esta revolta, foi assegurada pelo presidente da unidade de saúde de ilha, que na altura era médico e que fez um desdobramento da sua agenda para dar uma resposta e o médico chegou à outra ilha e o clube decidiu que não queria participar na competição. E, portanto, naturalmente isto é uma situação que não nos deixa confortáveis. Mas também lhe posso dizer que, ainda o ano passado, identificando essa situação, houve a necessidade de fazer uma contratação especial a um médico que se deslocou do continente para vir a uma ilha da Região Autónoma dos

Açores receber um valor à hora que está muito acima da tabela para fazer exames médicos desportivos, situação essa que não se voltará a repetir, porque é necessário definir prioridades e áreas de atuação.

E enquanto estivermos todos aqui a discutir, e bem, que os cuidados primários são a base de qualquer sistema de saúde, não irei desviar as funções dos médicos de medicina geral e familiar. O senhor invocou a coleção coletiva de trabalho mas não está correto; é o próprio colégio da especialidade que desvincula dos médicos de medicina geral e familiar, protegendo-os, e bem, essa função que não lhes assiste, ou seja, não são obrigados a assinar exames médico-desportivos. Mas também ficámos a saber que o Sr. Deputado não nos quis dar a resposta em relação às convenções. Efetivamente, as convenções poderiam ser uma solução, a questão prende-se sempre com o mesmo, a ausência de recursos humanos, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

A Oradora: Acha correto um médico que não quer fazer o exame no âmbito do Serviço Regional de Saúde, depois faça-o no privado por via duma convenção? É isso que o Partido Socialista defende?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não era a primeira vez!

A Oradora: Não seria de todo aquilo que gostaríamos que acontecesse, ainda mais quando estamos a falar da ausência de recursos humanos nessas mesmas ilhas, que é por aí que o problema se prende: a ausência de recursos humanos para darmos resposta a todas as funções que os cuidados de saúde primários devem dar à população.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Retomando este debate e também sabendo que o Deputado Lúcio esgotou o seu tempo e não me referiu na sua intervenção, por isso penso que ontem fui bem clara dando voz àquilo que foi o nosso entendimento, que não foi diferente daquele que foi manifestado na Comissão, de facto, o nosso voto contra este projeto de resolução tem por base o facto de que mantivemos as reservas que tínhamos em Comissão. Entendemos que o proponente não acautelou e não responde àquilo que eram e são as nossas preocupações. Reconhecemos todos que o problema existe há muito tempo e isso foi ontem referido pelo Deputado Paulo Gomes, bem como o Deputado Lúcio que referiu isso em Comissão. De facto, era um problema que se arrastava há anos. É verdade que pecámos pelo atraso, tendo em conta que estamos agora perante uma situação em que, ainda que dependentes da vontade dos profissionais, esta competência a ser adquirida levará a um horizonte temporal que se tivesse sido acautelado há 5/6 anos, não estaríamos hoje nesta situação. E, portanto, todos reconhecemos que o problema existe, mas os fins não justificam os meios e não se resolve um problema criando outro problema que é o que a aprovação desta iniciativa poderá vir a provocar.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A Oradora: Ela não é justa, não é eficaz, não é de baixo custo, tem custos diretos, tem custos indiretos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Já ontem tive a oportunidade aqui de dizer que ela compromete aquilo que é a missão principal do Serviço Regional de Saúde. Reveste-se de inviabilidade financeira e operacional, porque estamos dependentes da livre vontade destes profissionais, para além de que compromete aquilo que é a atividade assistencial que prestam no dia-a-dia. Não respeita o enquadramento teórico nem ético do Conselho

Médico. Não respeita aquilo que é o Estatuto Regional de Saúde.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, por último, dizer, tal como já foi referido, que este problema tem de ser resolvido ou minimizado — e temos a certeza de que será — uma vez que, de facto, o Governo, salientando aqui o que já ontem o Deputado Paulo Gomes disse, já celebrou contratos de prestação de serviços médicos para colmatar este trabalho. O Governo sempre esteve disponível, e ontem foi reiterado pela Sra. Secretária, para, dentro do Serviço Regional de Saúde, garantir a realização dos exames médicos em tempo útil. Sabemos que qualquer uma das tutelas, quer da Saúde, quer do Desporto, está articulada e que tudo fará para minimizar este constrangimento antigo, mas como gostaria de referir, neste momento, a aprovação deste projeto de resolução cria um problema e não resolve o problema que temos nas mãos. E, portanto, votaremos contra.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este debate.

Não havendo, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 47/XIII – "Recomenda a criação das condições necessárias para a formação em medicina desportiva de, pelo menos, um médico por unidade de saúde de ilha, na Região Autónoma dos Açores".

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 47/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues para uma declaração de

voto.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Partido Socialista queria, com a apresentação deste projeto de resolução, era ajudar os clubes, as associações e uniformizar aquilo que é o processo e funcionamento dos atestados médico-desportivos na Região, tendo em conta que não funciona bem em todas as ilhas, sendo que há ilhas em que é um problema sério e grave.

O PS reconhece este problema e apresentou uma solução. A coligação e os partidos que a suportam reconhece o problema, não apresentou a solução, chumbou a proposta do PS, nós respeitamos – é assim que funciona a democracia…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não pode referir isso na declaração de voto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é a sua declaração de voto, não é a nossa!

O Orador: …não apresentou qualquer alternativa e, na verdade, perdem os atletas, perdem os clubes e perdem as associações.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para justificar o voto contra da Iniciativa Liberal neste projeto de resolução, desde logo, porque acarreta despesa para a Região Autónoma dos Açores, sejam 2500 euros sejam 3000 mil por médico. É preciso também ter em conta que muitos desses médicos entram e saem do Serviço Regional de Saúde, alguns são tarefeiros, enfim, há aqui um sem número de coisas que eu podia ter até pedido a palavra para as enumerar, mas não vale a pena.

Uma maçaroca de milho de grão, dependendo das fileiras e da variedade, tem entre 14 e 20 fileiras e pesa entre 400 a 700 gramas. E para fazer um alqueire de milho são precisas muitas maçarocas.

Risos do Deputado Francisco Lima (CH).

A única maneira de reduzir a despesa nesta Região é começar a fazer essa redução grão a grão.

Outra coisa que nos leva a votar contra este projeto de resolução é porque, ao contrário do que foi dito nesta câmara ontem e até já hoje em apartes, as ilhas mais pequenas eram precisamente aquelas que iam ficar mais prejudicadas com este projeto da resolução.

Deputado João Vasco Costa (PS): Que disparate!

O Orador: E eu explico porquê. É porque durante as horas que os médicos de medicina familiar estariam dedicados a isso, prejudicariam, e muito, os utentes que já estão bastante prejudicados nesta matéria.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E eu lembro só que, durante um longo período neste último ano, por exemplo, a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria teve apenas um médico a funcionar.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Teve zero médicos!

O Orador: Tirar esse médico para passar atestados médico-desportivos é crime de "lesa-pátria."

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é nada de novo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma declaração de voto.

Vamos avançar para o ponto 10.

Sr. Deputado Pedro Neves, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 02 minutos.

Vamos entrar nos pontos 10 e 11 da nossa agenda, porque a Conferência de Líderes deliberou que seriam discutidos em conjunto.

Vamos iniciar a apresentação do ponto 10 da nossa agenda, **Projeto de Resolução n.º 28/XIII – "Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)"**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Chamo a atenção da câmara que o proponente deu entrada de uma proposta de substituição integral.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres não é um luxo, nem uma concessão. É uma dimensão essencial da sua liberdade, da sua autonomia e da sua dignidade, intimamente ligada a direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à privacidade, à educação e à não discriminação. Negar ou dificultar o acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez, vulgo IVG, é perpetuar uma injustiça que atinge, sobretudo, as mulheres mais vulneráveis que vivem em contextos de escassez de recursos, onde o silêncio e o medo ainda imperam, o isolamento geográfico ou falta de informação, constituindo

uma afronta à dignidade humana que conserva o desconhecimento, alimenta o estigma e prolonga um ambiente de medo e constrangimento, avolumando o clima de silêncio e o julgamento que desencoraja o diálogo aberto e cultiva um sentimento de culpa e vergonha em quem procura, de forma legal, exercer um direito que lhes assiste.

A saúde sexual e reprodutiva feminina não pode continuar a ser um tema marginalizado, nem tratado com desconforto ou desdém, sob pena de se assistir a uma violenta forma de discriminação e violência de género. É uma questão de justiça social e de equidade territorial, que continua a enfrentar entraves que violam, de forma reiterada, um direito legalmente consagrado.

Nos Açores, esta realidade tem nome e tem rosto. O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira não realiza procedimentos de IVG há largos anos. O Hospital da Horta deixou de o fazer há diversos meses e o Hospital de Ponta Delgada apenas atende mulheres provenientes das ilhas de São Miguel e Santa Maria — uma limitação que obriga muitas mulheres açorianas a enfrentar longos períodos de espera e a deslocar-se para fora do arquipélago, muitas vezes sem qualquer suporte familiar ou emocional, situação que foi, aliás, confirmada pelo próprio Governo em resposta a um requerimento do PAN/Açores remetido em março deste ano, o que representa uma clara violação do princípio da equidade no acesso à saúde.

A proposta que hoje trazemos não nasce de abstrações teóricas, mas da escuta atenta às mulheres açorianas, às suas vivências, às suas angústias e às barreiras que enfrentam quando procuram exercer um direito que lhes está consagrado, sublinhando a importância de investir na educação e na informação enquanto garantes do exercício do direito à saúde sexual e reprodutiva de forma plena e esclarecida, por intermédio da promoção de uma cultura de respeito e apoio à liberdade de escolha, livre de pressões externas ou estigmas sociais. A discriminação de género não se combate apenas com legislação — combate-se com conhecimento, com empatia e com políticas públicas que reconheçam e respondam às necessidades reais das mulheres, combatendo a iliteracia e o estigma envolto à sexualidade feminina.

A par de garantir o acesso à IVG, pretendemos assegurar suporte emocional, informativo e institucional, para que cada açoriana saiba que não está sozinha, que não será julgada e que terá a seu lado um sistema de saúde público preparado para a acolher, informar e cuidar.

Para tal, urge promover a divulgação de informação clara e acessível sobre a IVG nas unidades de saúde e hospitais da Região, apostar em campanhas de sensibilização junto dos estabelecimentos de ensino, com o objetivo de combater a estigmatização e a iliteracia sobre a saúde feminina, bem como garantir o acesso rápido a apoio psicológico para todas as mulheres que ponderem realizar este procedimento. É igualmente essencial que a IVG seja abordada nas consultas de planeamento familiar, garantindo que todas as mulheres tomem decisões informadas, seguras e respeitadas.

Esta é uma iniciativa a favor das mulheres, a favor da liberdade de escolha e a favor de uma sociedade. Uma sociedade que não se esconde atrás do silêncio e que enfrenta os seus tabus com coragem e humanidade.

O PAN/Açores acredita que uma região mais justa começa por ouvir as suas mulheres. E hoje, nesta Assembleia, pedimos que as escutem, que as respeitem e que legislem por elas.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos agora passar à apresentação do **Projeto de Resolução n.º 33/XIII – "Recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia/ginecologia dos Hospitais da Região para que o acesso à IVG não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência".**

É uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante 33 anos após o 25 de abril, as mulheres portuguesas foram limitadas pela lei na sua liberdade de decidir livremente sobre si e sobre a sua maternidade.

Foi com a aprovação da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, que se seguiu à vitória do Sim no segundo referendo pela legalização da interrupção voluntária da gravidez, que se pôs fim a décadas de humilhação e perseguição, tendo contribuído significativamente para o avanço da saúde sexual e reprodutiva em Portugal e para os direitos das mulheres.

Esta lei provou ser uma política emancipatória extremamente positiva também do ponto de vista de saúde pública.

Com ela, reduziram-se as complicações de saúde e a mortalidade associadas a práticas clandestinas e promoveu-se o planeamento familiar.

Dezoito anos volvidos sobre a aprovação desta lei, ainda há obstáculos à sua aplicação em Portugal e, em particular na nossa Região: o Hospital da ilha Terceira não realiza a interrupção voluntária da gravidez;

Deputado José Pacheco (CH): Bem bom!

O Orador: o Hospital da Horta deixou de realizar este procedimento em outubro de 2023;

Deputado José Pacheco (CH): Maravilha!

O Orador: e o Hospital de Ponta Delgada deixou de as realizar no final de 2021 por decisão do conselho de administração da altura — tendo retomado em novembro de 2023.

Para além disso, desde 2023, existem, em funções no Hospital da ilha Terceira, dois médicos especialistas em ginecologia/obstetrícia, não objetores de consciência, mas no entanto todas as utentes das áreas de referência do Hospital da ilha Terceira são encaminhadas para o continente para a realização da IVG.

Sabemos agora, através do Governo Regional, ouvido em Comissão no âmbito da análise destas duas iniciativas, que há médicos que, apesar de não serem objetores de consciência, terão alegadamente manifestado indisponibilidade para realizar a IVG.

Ficou por explicar o enquadramento legal dessa alegada indisponibilidade.

Este é mais um exemplo dos obstáculos criados às mulheres nos Açores.

A objeção de consciência, sendo um direito individual, não pode ser transformada numa objeção institucional à aplicação da lei.

A objeção garante que o profissional de saúde não é obrigado a fazer um ato que considera que o ofende moral ou espiritualmente, mas não é um mecanismo para impedir que um determinado ato seja feito.

Já a referida "indisponibilidade" dos médicos revela-se um novo obstáculo cujo enquadramento legal não foi explicado, mas que claramente constitui mais um entrave no acesso à saúde.

É por isso que é preciso fazer com que o acesso à interrupção voluntária da gravidez nos Açores não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência, ou outro qualquer obstáculo ao nível da organização dos serviços de saúde, sendo fundamental garantir a existência de profissionais de saúde, nomeadamente não objetores, em número suficiente, assim como garantir a organização dos serviços para a prestação efetiva e atempada de cuidados.

Apesar do avanço com a conquista do direito à interrupção voluntária da gravidez em Portugal, as açorianas continuaram a ser prejudicadas.

Em 2023, 83,5 % das interrupções voluntárias da gravidez de mulheres dos Açores foram realizadas em Portugal Continental e em 2024 — segundo os dados provisórios entregues pelo Governo Regional ao Parlamento — cerca de 20 %, num processo que obriga a uma estadia prolongada no continente, com despesas inerentes, perda de dias de trabalho ou escola e dificuldade de manutenção do sigilo face à família e empregadores.

A Amnistia Internacional, no recente Relatório sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal, refere os Açores como a Região com barreiras significativas ao acesso à IVG, mas também com salienta, ainda, a escassez de informação relativa à nossa Região.

De referir que a Organização Mundial de Saúde já identificou o conflito entre objeção de consciência e acesso à IVG como um problema e o Comité Europeu dos Direitos Sociais, o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida têm defendido a necessidade de equilibrar o direito à objeção de consciência com o direito à saúde das mulheres.

Considerando que esta é uma questão de saúde pública e de direitos humanos, recomendamos, pois, com este projeto de resolução ao Governo Regional que:

Diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia/ginecologia dos Hospitais da Região, de forma a garantir que o acesso à interrupção voluntária da gravidez não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência, devendo para isso garantir a existência de profissionais de saúde, nomeadamente não objetores, em número suficiente, assim como os meios técnicos para a prestação efetiva, segura e atempada de cuidados relacionados com a interrupção voluntária da gravidez.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas. Vamos então iniciar o debate.

Aguardo inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputado Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para o CHEGA, falar de aborto é falar de não à vida.

Mais do que falar da interrupção voluntária da gravidez, devemos falar de natalidade, porque o que precisamos é que nasçam mais bebés, o que precisamos é de defender a vida. E defender a vida e a natalidade vai muito mais além do que apenas questões de saúde.

Defender a vida e defender a natalidade passa por ter políticas que apoiem as famílias, que deem dignidade laboral a todos os trabalhadores, que haja lugares nas creches para os filhos dos pais que trabalham, que se apoie mais as grávidas, que haja habitação para

os casais jovens que, como bem sabemos, neste momento, têm um problema grave, porque se debatem, e é um problema gritante, com a falta de habitação.

Precisamos, sim, de apoiar as mulheres, apoiar as suas famílias, para que não tenham que recorrer à interrupção voluntária da gravidez com o pretexto de não terem condições de criar ou de cuidar dos seus filhos.

Infelizmente, ainda se usa o aborto como método contracetivo e isto o CHEGA nunca vai aceitar.

Por outro lado, também não podemos coartar a liberdade de consciência dos profissionais de saúde que, quanto a mim, parece-me que é o que o Bloco de Esquerda pretende com esta iniciativa.

Sr. Deputado, até me parece inconstitucional o que pede aqui nesta medida, ou seja, vamos admitir profissionais de saúde que, se não forem objetores de consciência, vamos ter que escolher o médico que não é objetor de consciência para o Serviço Regional de Saúde?

Deputado José Pacheco (CH): Onde está a liberdade? É uma ditadura!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Como é que garante liberdade?

A Oradora: Não faz sentido, Sr. Deputado!

A vida é um valor supremo que o Estado deve proteger sempre. E a liberdade das pessoas e a liberdade dos profissionais tem que estar acima de tudo. Um profissional de saúde tem a liberdade de escolher se é ou não objetor de consciência. O aborto é sem dúvida uma tragédia, uma falha do Estado. E é uma falha, porque não apoia devidamente a maternidade, não apoia devidamente a família, não apoia devidamente a natalidade. E aí é que está o mal e não criar condições e ferramentas para a interrupção voluntária da gravidez. O que precisamos é de criar ferramentas e condições para as famílias poderem ter filhos em condições.

Não precisamos de medidas como aquelas que o PAN nos traz aqui hoje, as quais, Sr. Deputado, a meu ver, mais não são do que incentivar a interrupção voluntária da

gravidez.

Defendemos que todas as mulheres tenham a possibilidade de fazer escolhas verdadeiramente livres, informadas e apoiadas — sem dúvida que sim. Por isso é que entendemos que é preciso reforçar o apoio social e económico às grávidas em situação de fragilidade.

Devemos fazer o acompanhamento psicológico antes e depois da gravidez. Devemos garantir que existe liberdade de consciência para os profissionais de saúde e que, sempre que possível, a grávida seja informada de forma **plena** sobre a vida que carrega.

Precisamos de uma sociedade que valorize a vida e não — como quer o PAN — ações de formação sobre a IVG. Não precisamos de consultas de planeamento familiar em que se diga que se engravidar sem querer, pode recorrer à interrupção voluntária da gravidez. Não queremos que se vá para as universidades dizer aos jovens: "Olha, se te acontecer alguma coisa mal, tens sempre a interrupção voluntária da gravidez."

Para o CHEGA, é imperativo defender a vida, porque a vida é um imperativo ético, social e humano. E tudo o que seja contra a vida, não merece a concordância do CHEGA.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais nenhuma inscrição.

Pausa.

Podemos avançar para a votação?

Sr. Deputado José Miguel Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas duas iniciativas que abordam ambas a questão do acesso à interrupção voluntária da gravidez na Região Autónoma dos Açores vêm alertar para uma questão que é essencial e determinante na garantia de um direito que foi consagrado em 2007, um direito que tem feito com que as mulheres, desde então, deixem de ter de lançar mão de outros métodos e de outras práticas que, infelizmente, levaram durante anos e anos à morte as mulheres, levaram à criação de problemas de saúde para as mulheres que recorriam a abortos ilegais e, portanto, desde 2007, todos estes problemas se encontram ultrapassados. Mas, numa sociedade que se rege pelo primado da liberdade, juntamente com a liberdade de acesso à interrupção voluntária da gravidez, foi também consagrado um outro direito e uma outra liberdade que é o direito à objeção de consciência.

É no equilíbrio destas duas liberdades, como sociedade livre, que muitas vezes nascem os problemas. E estes problemas e obstáculos devem ser, como nas sociedades livres, ultrapassados através do diálogo; nem ter uma posição extremista contra um dos direitos nem ter uma posição extremista contra outro dos direitos. O direito à objeção de consciência e o direito ou acesso à interrupção voluntária da gravidez são direitos que, nos Açores, (pelo menos desde 2007) sempre foram conjugados e sempre foram respeitados. Portanto, é neste respeito, neste diálogo e neste equilíbrio que nós, como sociedade, devemos respeitar quem, por um lado, exerce o direito de acesso à interrupção voluntária da gravidez, como também devemos respeitar aqueles médicos e aqueles profissionais de saúde que optam, por motivos de consciência, pela objeção.

No entanto, consideramos que estas propostas não colocam em causa nenhum destes dois direitos, pelo contrário, vêm criar mecanismos e formas de que os mesmos sejam plenamente efetivados. A divulgação de informação sobre a interrupção voluntária da gravidez junto dos profissionais de saúde são informações e mecanismos que permitem uma decisão mais consciente relativamente à objeção ou não. Da mesma forma, a divulgação de informação junto das mulheres açorianas…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Está enganado!

O Orador: … permitem que haja uma escolha mais ponderada pelo recurso ou não ao direito de interrupção voluntária da gravidez. E, portanto, nenhuma destas iniciativas coloca em causa ambos os direitos. Na Região Autónoma dos Açores, existem sempre dificuldades e obstáculos no acesso a cuidados de saúde. Há questões que nunca podemos ultrapassar como região arquipelágica. Evidentemente há sempre ilhas que, apesar de servidas por hospitais, os mesmos não se encontram localizados naquela ilha e, portanto, vai ser sempre necessário, nalguns casos, haver a deslocação. E na Região Autónoma dos Açores nenhuma mulher ficou condicionada no acesso à interrupção voluntária da gravidez, porque, desde sempre, foram utilizados mecanismos de deslocação de doentes que permitiram a realização da interrupção voluntária da gravidez noutra ilha ou fora da Região.

Estes mecanismos devem continuar a ser utilizados, não obstante a situação ideal seria que as mulheres pudessem realizar estes atos médicos com maior proximidade ao seu local de residência, idealmente na sua ilha de residência e, nas ilhas que não têm hospital, naqueles que são os hospitais de referência. Já houve hospitais que, em determinado período, realizavam interrupções voluntárias da gravidez e, por alteração no seu quadro clínico, não é neste momento possível realizá-las. E também o contrário já ocorreu; no HDES até determinada altura, não foi possível a realização destes atos. E, entretanto, por alteração do quadro clínico, passou a ser possível.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Está enganado. Não foi por isso, Sr. Deputado, não foi por alteração do quadro clínico!

O Orador: E esta alteração que fez com que mais mulheres açorianas pudessem realizar a interrupção voluntária da gravidez na Região.

São estes os dados que foram disponibilizados e, numa situação ideal, poderia ser possível a realização da interrupção voluntária da gravidez também recorrendo a mecanismos de deslocação de profissionais de saúde e não apenas e só à deslocação dos utentes.

Estas duas iniciativas têm o mérito de chamar a atenção para um problema reconhecido de condicionantes de acesso, além de terem aqui medidas de divulgação de informação que para nós são essenciais. Uma sociedade livre e escolhas livres são escolhas necessariamente informadas. E, por isso, votaremos favoravelmente as duas iniciativas. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Toste, parece que não esteve na mesma Comissão que eu estive. E relativamente a muitas das questões que aqui fala, e que eu também abordarei, foram até devidamente esclarecidas e clarificadas também na Comissão. E também percebemos que praticamente todos os pontos não foram consensuais, até entre os nossos convidados, não é? Falo nomeadamente, e dou como exemplo, a questão do acompanhamento psicológico em que o projeto resolução do PAN recomenda a existência ou uma obrigatoriedade e nós até, inclusive, ouvimos quem nos dizia que essa imposição é uma violência, partindo de um pressuposto de que as pessoas precisariam de algum tipo de aconselhamento psicológico quando estavam a tomar uma decisão que lhes assiste. Isto para dizer que a interrupção voluntária da gravidez, que não é o assunto que estas duas iniciativas abordam, é um tema sensível e, de facto, convoca a sociedade a um diálogo e um respeito mútuos e compete-nos a todos garantir os direitos, nomeadamente aqueles que estão hoje aqui em causa. Por um lado, o direito dos profissionais a alegarem a objeção de consciência e, por outro lado, o direito às mulheres ao acesso à interrupção voluntária de gravidez.

E aqui eu começaria logo por dizer, e como bem sabem — e isso foi afirmado pelo Deputado José Toste — que não está em causa… há pouco, eu ouvi alguém a dizer que é dificultar ou negar, ninguém tenta dificultar ou negar o acesso; o acesso existe, ele pode ser mais ou menos facilitado, tal como para tantos outros procedimentos. Um açoriano das Flores, do Faial, de São Jorge, se quiser fazer um cateterismo, não faz na sua ilha, obviamente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas ele disse isso mesmo.

A Oradora: Quem precisa, qualquer açoriano que precise de fazer uma diálise…

Apartes impercetíveis.

Eu estive calada enquanto os senhores falaram e agora nem me consigo ouvir a mim própria! Mas eu vou tentar.

À semelhança de tantos outros procedimentos que infelizmente não estão garantidos, alguns deles nem em três, nem em dois, nem sequer em nenhum estabelecimento de saúde na Região, portanto, não vamos transformar esta situação — e permitam-me os proponentes dizer que ambos os preâmbulos e as apresentações aqui criam essa ideia — numa situação de fazer parecer que alguém tenta colocar obstáculos intencionalmente. O maior ou menor acesso que até é dinâmico, como aqui também já foi dito, deriva da existência de objetores de consciência. E o Grupo Parlamentar do PSD não pode compactuar, e as entidades, nomeadamente a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Enfermeiros que ouvimos, foram muito claros: são dois direitos que conflituam, é por isso que se levantam questões éticas, mas um não se pode sobrepor ao outro. E aquilo que se tem de garantir é o acesso que nunca foi posto em causa. Quando se diz que é preciso a organização do Serviço Regional de Saúde, ela está garantida, desde logo, desde 2023, com a circular normativa que previa o ordenamento de prioridades de referenciação, dando onze opções, desde que o procedimento seja prestado numa entidade prestadora de cuidados de saúde pública na própria ilha, até

escalonando de forma gradual unidades de saúde no estrangeiro. Portanto, também não estamos hoje aqui a legislar, estamos, sim, a recomendar ao Governo que tenha a preocupação que tem mostrado e que tem vindo a ter nos últimos anos, desenvolvendo esforços para que em cada um dos hospitais seja possível que o procedimento seja feito, sem se obrigar ou colocar pressões sobre os profissionais que se declaram objetores de consciência.

A questão que está prevista no projeto de resolução do Bloco de Esquerda, que antecipa a garantia da existência de profissionais, nomeadamente, e isso foi falado em Comissão até usando como argumento do parecer do Conselho para as Ciências da Vida, de que fosse feita uma contratação seletiva de não objetores. Mas esse aspeto foi clarificado pela Ordem dos Médicos, isto é, um profissional pode ser objetor às 5 da tarde e não ser objetor às 20, pode não ser objetor hoje e ser amanhã, desde que o declare à sua instituição e à sua Ordem. A verdade é que esta contratação, para além de nos levantar sérias questões quanto à sua legalidade, não é garante nenhum porque, como os senhores bem sabem, um objetor pode deixar de o ser ou pode passar a sê-lo na hora que assim entenda. E, de facto, aquele é apenas um ponto resolutivo e a grande questão que nos levanta é que a sua aprovação deixa a porta aberta para uma imposição a uma contratação seletiva de profissionais, quando na verdade não resolve o problema. É a nossa opinião.

Relativamente ao projeto de resolução do PAN, cuja substituição integral efetivamente retirou o ponto resolutivo que levantou sérias questões, também ao Grupo Parlamentar do PSD, e que tinha a ver com a elaboração de uma lista que teria ainda uma divulgação não pública, de facto, esse ponto resolutivo sai; ainda assim, adianto-me a dizer que o nosso voto também é desfavorável a esta iniciativa, exatamente porque os restantes pontos resolutivos — e julgo que concordará comigo — alguns, comprovadamente, ou já existem, nomeadamente as questões da divulgação da informação visível e acessível sobre o acesso à interrupção voluntária da gravidez e estão afixadas nas unidades de saúde de ilha e nos hospitais, isso é real. Já temos instituições, nomeadamente algumas

das que ouvimos, que declararam fazer um papel ativo de apoio e de divulgação. A questão do apoio psicológico, penso que levanta questões, uma vez que parte exatamente do pressuposto de que há uma necessidade de apoio psicológico quando percebemos que isso não é o que quem defende outro acesso que não o que existe, assim entenda.

Relativamente ao facto de, dentro das consultas de planeamento familiar, o tema do acesso à interrupção voluntária da gravidez ser abordado, levanta-me aqui alguma questão e, como bem imaginam, se a pessoa que faz a consulta de planeamento familiar for objetor, obviamente não poderá fazê-lo e, portanto, também não nos é possível, sabendo nós que, efetivamente, o número de objetores é o constrangimento, mas não se pode resolver este problema inibindo as pessoas de poder exercer este livre direito que assiste aos profissionais, sempre que estão perante uma situação que lhes levanta questões de ordem ética, moral, filosófica, ideológica, humanitária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E, portanto, considerando que tem aqui vários pontos resolutivos, a questão da literacia, da estigmatização, parte também de um pressuposto duvidoso. E o retrato que o Deputado Pedro Neves fez ali da tribuna, parece que estamos numa região assim obscura, onde se perseguem pessoas e isso é mais uma prova de que há uma desconfiança quando se fala de privacidade. O Sr. Deputado está aqui a pôr uma tónica naquilo que é a desconfiança sobre os profissionais de saúde que são capazes de cumprir o dever a que estão obrigados pelo sigilo profissional e, portanto, não poderemos acompanhar estes pontos resolutivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Salomé Matos, não estava à espera de outro sentido de voto que não esse, apesar de na Comissão, até ter havido alguma proximidade da Sra. Deputada que deu assim um "rasgo de esperança" ao PAN, mas se calhar foi uma interpretação completamente errada da minha parte — "Ai de mim, onde é que eu estava com a cabeça se isso acontecesse?!". Mas a esperança e a ingenuidade são daquelas coisas que eu vou levar até à minha campa. Contudo, há aqui uns pontos que eu gostava de clarificar, porque são pontos apenas interpretativos por parte da Sra. Deputada e nada têm a ver nem com aquilo que expliquei na Comissão nem com aquilo que eu disse na tribuna, nem com aquilo que está na própria iniciativa; tem a ver com a obrigação do apoio psicológico — não há qualquer tipo de obrigação, o que pretendemos é que haja uma celeridade relativamente ao ponto psicológico, se for pedido pela pessoa. E se não houver celeridade, neste caso concreto, temos aqui um problema. Isto surgiu numa conversa com a Sra. Deputada Hélia Cardoso que diz: "Então, damos psicólogos a uns e estas pessoas têm de ter logo um psicólogo?" Claro, porque só tem 10 semanas, Sra. Deputada, por isso é melhor que haja celeridade, senão temos aqui um problema relativamente àquilo que é a consagração da própria lei.

Depois, relativamente ao respeito pela objeção de consciência, em lado nenhum nós dizemos que não respeitamos a objeção de consciência; pelo contrário, é um direito de todos os profissionais. Da mesma forma que não houve nenhum obscurantismo da parte do PAN relativamente à situação, mas há sim perseguição — não estou a falar dos profissionais — ou melhor, estou a falar de profissionais habilitados de saúde, mas sim

da parte administrativa que estão também na parte da saúde e há relatos que foram ditos por várias pessoas e que têm testemunhas que isso acontece. Não estou sequer a falar mal dos profissionais de saúde; isso é uma interpretação que a Sra. Deputada quer fazer crer que o PAN olha para os nossos médicos, enfermeiros e todos os nossos profissionais de saúde como se eles não fossem corretos ou não fossem profissionais. Pelo contrário, até durante a última legislatura apoiámos imenso, como a Sra. Deputada sabe, os nossos profissionais de saúde que é uma coisa de que me orgulho ter feito.

Sobre o ponto resolutivo que eu tirei, fi-lo para que não fosse sequer discutido — mas foi obviamente, eu já estava à espera, aí já não tive qualquer ingenuidade — eu retirei apenas por uma simples razão; reparei que a interpretação dada pela Ordem dos Enfermeiros estava a ir por um caminho do qual eu também não admiti que o fosse, porque esse não era o espírito do legislador e não era sequer aquilo que eu queria, ou seja, que fosse público as pessoas que são objetores de consciência. Nunca isso poderia acontecer. Aconteceu, mas foi na Segunda Guerra Mundial e eu sou completamente contra. Aquilo que eu pretendia, é que tanto as administrações que faziam IVG e os seus profissionais, bem como a própria tutela, tivessem essa informação, para que haja uma gestão de recursos humanos. Contudo, como eu sei que há sensibilidades dentro do próprio Parlamento e que queriam usar isso para começar a cavalgar rapidamente para dar cabo da iniciativa, eu retirei. Neste caso, foi uma ajuda para que o ar estivesse um pouco mais *leve.*

Sra. Deputada Olivéria Santos, em lado nenhum a senhora verifica que o PAN incentiva a IVG. Tem de ser um pouco mais correta naquilo que lê e na sua interpretação. Se quiser fazer um *reel* ou fazer uma publicação no *Instagram* faça, mas não à custa daquilo que não é verdade. Nós não incentivamos a IVG, damos, sim, acesso a um direito para todas as mulheres, exatamente como a Sra. Deputada.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda e o PAN trazem-nos aqui um assunto que tem a ver com a consciência pessoal de cada um. E como tal, é expectável que não seja um assunto consensual.

Lendo as duas propostas, ouvindo as apresentações que foram feitas nesta tribuna, há poucos minutos, eu não consegui encontrar nenhuma referência à vida, nenhuma referência à prevenção, nenhuma referência à saúde.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não houve *nenhuma!*

O Orador: A única referência à saúde é no sentido de que a mulher como tem direito a dispor do seu corpo como bem quer, isso é traduzido pela expressão "saúde reprodutiva". E, portanto, o que temos aqui são dois partidos que vão à tribuna do Parlamento dos Açores dizer que preferem a morte à vida. É legítimo, Sr. Deputado António Lima.

Deputada Inês Sá (PS): Não é legitimo inferir isso!

O Orador: Aliás, uma das suas bandeiras é o aborto, é legítimo, tem de haver no espectro político também quem defenda isso, ou seja, para termos verdadeiramente um sistema político plural, tem de haver partidos que também defendam isso. Agora o que não pode é ficar chateado se alguém disser que a V. Exa. que defende a morte. Nós defendemos a vida, preferimos a prevenção. E o Sr. Deputado António Lima escreveu aqui nesta sua proposta…

Neste momento, o Deputado António Lima (BE) abandona a sala.

… que deveria haver na disciplina de cidadania uma componente específica para alertar os jovens para a necessidade da saúde reprodutiva e sexual? Não está e também não está na iniciativa do PAN.

E, portanto, V. Exas. não podem ficar ofendidos.

Deputado Pedro Neves (PAN): A mim, o senhor não consegue ofender!

O Orador: Srs. Deputados, temos aqui um assunto que, como comecei por dizer, mexe com a consciência pessoal de cada um e, como tal, as pessoas reagem de formas diferentes, umas de um modo mais entusiástico, outras de um modo menos entusiástico mas, obviamente, é expectável que haja essas reações e eu entendo-as e aceito-as livre e pacificamente. No entanto, não posso é aceitar que não havendo nenhum problema, que eu saiba, não é conhecido nenhum problema nos Açores relativo à interrupção voluntária da gravidez.

Neste momento, o Deputado António Lima (BE) volta a entrar na sala.

O Serviço Regional de Saúde está a dar resposta àquilo que são as solicitações.
Porque é que, de repente, este Parlamento é convocado a vir debater este assunto, como que se fosse uma espécie de urgência, uma falha total do Serviço Regional de Saúde que não dá resposta?!
Ora, isso não está a acontecer, isto é um falso assunto
Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Apoiado!
O Orador: Na apresentação na tribuna, os proponentes disseram que os hospitais dos Açores, nomeadamente o de São Miguel, estão a fazer interrupções voluntárias. Então, está sendo dada resposta a este problema. Portanto, as açorianas não estão com falta de resposta. Agora se disserem: "As mulheres do Corvo não conseguem fazer uma interrupção no Corvo". Pois não, porque não há um hospital no Corvo, também não há em Santa Maria, em São Jorge, no Pico, isto é, nas ilhas onde não há hospital, não há obstetra, não é possível. E, portanto, é nesse nível de debate que estamos. É isso que os proponentes querem, que se aloque e se crie condições materiais, físicas e tecnológicas nessas ilhas sem hospital para levar até elas os profissionais? É isso que está nas propostas? Não me parece.
O Serviço Regional de Saúde não está dando respostas, Sra. Deputada Andreia Cardoso? Ou V. Exa. conhece alguma realidade que nós não conheçamos?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vergonhoso!

O Orador: Portanto, como comecei por dizer, isto é uma matéria que mexe com a consciência das pessoas, há quem reaja de um modo mais efusivo e há quem consiga debater o assunto. E não vi nenhuma proposta para que houvesse uma ação concertada de prevenção, para que as mulheres não tivessem que cair nessa necessidade. Deveria ser isso que nós deveríamos debater: o que é que falta fazer na nossa sociedade, na organização social, quer da escola, quer dos centros de saúde, o que falta para que as mulheres não tenham que cair nessa circunstância.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Peça a resolução e leia!

O Orador: Desde 2007, existe uma lei que é aplicada e não tem havido — não há, não é conhecido — queixas e problemas graves à aplicação da lei. E, por isso, eu gostava de perceber porque é que estamos a discutir um não assunto.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, porque a intervenção que me antecedeu não merece que seja respondida, mas interpelo Mesa, para perguntar ao Sr. Presidente se acusar um deputado de defender a morte nesta Casa é dignificar o Parlamento, a democracia e a autonomia?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é um protesto!

O Orador: É dignificar o respeito que os deputados merecem e que os deputados devem ter uns para com os outros? Porque, de facto, aquilo que eu ouvi foi um conjunto de insultos e algo que ofende a minha honra, a minha dignidade e que eu não admito a ninguém, seja do CDS-PP, do PSD, do PS ou de qualquer outro partido. Aquilo que ouvimos é profundamente lamentável!

Presidente: Sr. Deputado, está a interpelar a Mesa, a fazer um protesto ou uma defesa

da honra?

O Orador: É uma interpelação, Sr. Presidente.

Interpelo a Mesa para perguntar ao Sr. Presidente, se não considera que foi uma triste intervenção?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, está registada a sua interpelação e pergunto se o senhor quer usar a palavra para a defesa da honra ou para o para um protesto?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele já fez um protesto sem direito a contraditório!

O Deputado António Lima (BE) dá indicação de que não quer usar da palavra.

Presidente: Então, vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança e Segurança Social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, este é um assunto sensível, aliás estamos a ver o tom da discussão que aqui vai, e o Governo Regional também está sensível e sensibilizado para esta causa. Desde já, porque consideramos que a objeção de consciência não pode ser utilizada como instrumento de limitação ao acesso daquilo que é um ato legal. Mas também não pode o Governo Regional obrigar os profissionais de saúde a fazerem atos para os quais estão protegidos também pelo seu Juramento de Hipócrates e não pode nem deve o Governo Regional dar essa indicação de que esses têm de ser feitos. E, portanto, tem de haver aqui respeito, separação daquilo que é uma recomendação ou daquilo que são funções obrigatórias e básicas no âmbito do desempenho das especialidades médicas e daquilo que é a vontade do profissional de saúde que temos todos de respeitar. Isto vale para aqueles que são objetores ou para os que não são objetores.

Também tive a oportunidade de dizer em sede de Comissão que a questão de objeção de consciência está sempre muito focada nos médicos, mas ela não é só dos médicos e, no Serviço Regional de Saúde, está bem documentado o número de profissionais que, nos três hospitais, e neste caso em concreto do aborto, são objetores de consciência, é um total de 58 profissionais de saúde na Região Autónoma dos Açores são objetores de consciência, desde médicos, a enfermeiros, farmacêuticos e até auxiliares que trabalham nestes serviços. E, portanto, temos de respeitar efetivamente aquilo que é a vontade destes profissionais. O nosso propósito é garantir que, perante a ausência deste serviço ser prestado no Serviço Regional de Saúde, não deixe de haver resposta. E é para isso que existem naturalmente complementaridades com outras instituições. E é para isso também que o Serviço Regional de Saúde se responsabiliza, desde já, para arranjar essa resposta e para fazer com que essas mulheres se possam deslocar da nossa Região ao continente, sem que tenham de dispensar um único euro e que tenham o devido acompanhamento.

Portanto, nesse sentido, não tenho relatos de nenhuma situação em que tenha ficado por realizar qualquer tipo de interrupção voluntária da gravidez, por falta de resposta entre o Serviço Regional de Saúde e aquilo que são os acordos a nível nacional e isso está a acontecer. Contudo, e reconhecendo que há aspetos que podem efetivamente ser melhorados, desde o dia 14 de novembro de 2023, o Governo Regional permitiu que a interrupção voluntária da gravidez fosse novamente realizada no hospital do Divino Espírito Santo através de uma simples alteração administrativa. Não teve que ver com o reforço do número do quadro de obstetras no serviço de ginecologia e obstetrícia do hospital do Divino Espírito Santo. Houve uma alteração administrativa que veio, inclusive, permitir que a Região poupasse dinheiro ao não enviar estas mulheres para fora e que a interrupção voluntária da gravidez fosse feita no HDES e que não pusesse em causa o normal funcionamento e os cuidados que têm de ser prestados no âmbito desta especialidade que é tão particular e que diariamente vimos, até do ponto de vista nacional, notícias relacionadas com dificuldades em serviços de ginecologia,

obstetrícia. E, portanto, há efetivamente uma escassez de recursos humanos que eu também tive a oportunidade de assumir em sede de Comissão, não podemos negar nem contornar. Um obstetra demora, pelo menos, 6 anos a ser formado e, portanto, o problema não é de agora, infelizmente, é um problema que já tem anos e que se tem vindo a agravar. Neste sentido, aquilo que o Governo Regional fez foi inverter uma situação que até era simples e permitia uma poupança ao Serviço Regional de Saúde e, mesmo assim, reconhecendo que podem existir situações cuja resposta não é dada no imediato, essas mulheres têm a possibilidade de fazer a interrupção voluntária da gravidez dentro do prazo legal. Não obstante tudo isto, no hospital da Horta, há um médico a tempo parcial que faz a consulta prévia. E eu recordo também aos Srs. Deputados que, no âmbito da interrupção voluntária da gravidez, não é só o médico que é necessário; são necessários dois para confirmarem o tempo gestacional, porque isso tudo está legislado e para que tudo surja conforme aquilo que é a lei. Esta tem sido a garantia dada pelo Serviço Regional de Saúde. Agora, há uma coisa que eu tenho que dizer, é que o aborto não é o método contracetivo e que nós estamos aqui a tratar o aborto como se o fosse e não é.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E também aqui outra coisa, é que o planeamento familiar está previsto na Constituição e, portanto, não é através de uma recomendação, quando há lei sobre esta matéria, com os seus objetivos bem definidos, que vamos alterar a Constituição Portuguesa. E, nesse sentido, gostaria de dizer que vejo com alguma preocupação alguns dos pontos resolutivos da recomendação do PAN, sendo certo que é uma competência que até extravasa a competência do Governo Regional.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, gostaria, em primeiro lugar, de me referir à iniciativa da Representação Parlamentar do PAN, sobre a qual ainda não tive oportunidade de me pronunciar, dizendo que aquilo que propõe é da mais elementar justiça, porque é fundamental que se faça esse trabalho de sensibilização e de informação às mulheres da Região. Há formação de profissionais, por exemplo, também. A informação, o conhecimento não é incentivo a nada, é o contrário do obscurantismo que não dá nenhum direito a ninguém; esconder as opções que as pessoas têm não é solução para ninguém.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não é deste mundo! É uma medida fora da terra!

O Orador: A informação não é incentivo. Por isso, naturalmente, nós acompanhamos o projeto de resolução do PAN que efetivamente aborda uma área que o nosso não aborda. E, nesta intervenção, gostaria de dizer que sabemos que há posições diferentes sobre esta matéria. Mas não é isso que estamos a discutir, ou seja, se a lei deve permitir ou não a IVG, já permite.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há dúvidas nenhumas sobre isso, Sr. Deputado!

O Orador: O que estamos a discutir é como conseguimos assegurar que esse direito é garantido e que não há obstáculos que possam impedir o acesso à IVG.

Diz a bancada do PSD e a Sra. Secretária, que nenhuma mulher ficou prejudicada e não houve nenhum obstáculo a nenhuma mulher.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Eu não disse isso!

O Orador: Nós não podemos ter a certeza disso, porque não podemos, ninguém pode,

afirmar se houve ou não mulheres que, perante a dificuldade, as viagens que são necessárias, o número de pessoas com quem contatam, que possam ter desistido de recorrer à IVG. Por isso, não é possível dizer tal coisa.

Apartes inaudíveis do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Em segundo lugar, eu julgo que o trabalho sobre estas propostas em Comissão foi muito importante, porque permitiu ouvir diversas entidades, profissionais de saúde e associações. E foco-me na audição da Ordem dos Médicos, representada pelo Presidente do Conselho Regional, Dr. Carlos Ponte, que foi bastante esclarecedora; permitiu esclarecer aspetos técnicos e organizacionais nos hospitais e permitiu-nos esclarecer o passado e o presente. E vamos por partes: no hospital de Ponta Delgada, sabemos que durante muitos anos realizou a IVG sem problemas que sejam conhecidos e, a determinada altura, deixou de realizar, o que causou alguma estranheza, não é?

Tive a oportunidade de questionar o Dr. Carlos Ponte sobre isso, até porque ele era diretor de serviço desse mesmo hospital, dessa mesma especialidade, e o que ele referiu, na audição, foi que, no HDES, a suspensão da realização da IVG (está no relatório da Comissão), não resultou da decisão dos médicos ou da direção de serviço…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Pois não!

O Orador: … mas sim de uma deliberação do Conselho de Administração que, a determinada altura, entendeu que as condições exigidas pelos profissionais que realizavam a IVG não estavam reunidas. Essa decisão, disse, "forçou a deslocação de utentes para o continente, em particular para clínicas de Lisboa, o que aumentou os riscos clínicos e comprometeu o sigilo." Não sou eu a dizer, é a Ordem dos Médicos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas já há dois

anos que isso não se verifica.

O Orador: E isto prejudicou as mulheres, comprometeu em si o sigilo e foi uma decisão do Conselho de Administração. Por isso, quando se diz que não houve nenhum problema, não sou eu a dizê-lo, não é o PAN, não é o Bloco de Esquerda, não é nenhuma entidade externa, é a Ordem dos Médicos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas é o Dr. Carlos Pontes enquanto Ordem dos Médicos ou enquanto especialista? Isso já não se verifica!

O Orador: E está bem escrito no relatório, o diretor de serviço. Houve um problema, foi ultrapassado e ainda bem. Saudamos que esse problema tenha sido ultrapassado e saudamos todas as partes — médicos, Conselho de Administração e Governo Regional — sem reservas. Mas vamos aos outros hospitais:

Sobre o Hospital de Santo Espírito na ilha Terceira, que tivemos oportunidade também de questionar, disse o Dr. Carlos Ponte que a Ordem dos Médicos "não deteta, no caso da Terceira, qualquer impedimento estrutural ou técnico à implementação do procedimento. Indicou que o que está em causa é essencialmente uma questão de vontade organizativa…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é!

O Orador: … sendo necessário que o diretor de serviço e a administração do hospital articulem internamente a forma de estruturar a resposta, com base nos meios humanos disponíveis e no compromisso institucional" — esta expressão é bastante interessante. Talvez esteja a faltar algum compromisso institucional e organização que, já agora, é aquilo que propomos no nosso projeto de resolução — "organizar os serviços de obstetrícia para garantir o acesso", exatamente aquilo que diz a Ordem dos Médicos. Não está escrito no nosso projeto de resolução, Sra. Deputada Salomé Matos, que se tenha de contratar profissionais não objetores, mas sim que se organize os serviços.

Deputada Salomé Matos (PSD): Não é uma proposta!

O Orador: Essa é outra questão, mas já lá vou.

Finalmente, no hospital da Horta, que também desde 2023 deixou de realizar a IVG,

diz o Dr. Carlos Ponte sobre esta matéria que "nestes casos, o diálogo entre o médico, a direção de serviço e o Conselho de Administração, é essencial para encontrar soluções que permitam a realização do procedimento, seja através de ajustamentos funcionais, compensações ou reorganização de tarefas"; mais uma vez, "reorganização de serviço, ajustamentos funcionais."

Em nenhum dos hospitais, a Ordem dos Médicos refere que há um obstáculo intransponível e que, pelos vistos, nem a objeção de consciência é um obstáculo intransponível, porque de facto eu já aqui citei noutro debate em outro tempo, que no hospital da Horta, o próprio diretor de serviço, na altura, — já há algum tempo — referiu que se declarou objetor de consciência por falta de condições objetivas para a realização do procedimento naquele hospital, ou seja, não foi por objeção de consciência, mas sim por falta de condições.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nomeadamente, porquê?! Diga lá! Porque os obstetras eram objetores de consciência!

Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

O Orador: E não sou eu a dizer. Por isso, aquilo que está claramente a faltar, segundo a Ordem dos Médicos, é organização, compromisso institucional e, diria mais, alguma vontade política.

Termino, referindo-me à contratação de profissionais não objetores de consciência. Essa matéria foi questionada por mim a vários intervenientes durante as audições na Comissão, porque de facto não está no projeto de resolução, mas é uma proposta do Conselho Nacional para a Ética e Ciências da Vida, presidido pela Dra. Maria do Céu Patrão Neves. Uma proposta que está plasmada num parecer aprovado pelo Comité de Ética para as Ciências da Vida e que, no âmbito deste projeto, nos pareceu extremamente interessante e importante perguntar aos diversos profissionais de saúde, ou representantes dos profissionais de saúde, qual era a sua opinião sobre ele. Julgo

que todos nós ficámos mais esclarecidos sobre esta matéria. Conhecemos a opinião e lançámos um debate que nos parece bastante interessante. Agora, talvez nem seja preciso chegar aí, porque segundo a Ordem dos Médicos, a organização, vontade, compromisso institucional é aquilo que é essencial e é aquilo que nós propomos fazer, isto é, garantir o acesso à IVG nos três hospitais da Região. Não podemos ter hospitais nas nove ilhas, sabemos isso, mas temos três hospitais e não há nenhum motivo para não se aprovar essa proposta que recomenda ao Governo que garanta que se cumpra a lei nos três hospitais da Região.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Diga lá como!

O Orador: É tão simples quanto isso.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Pedro Neves, para começar, eu não faço vídeos no *reels* — sou um bocadinho avessa às tecnologias — e tenho um *instagram*, mas raramente uso. Mas a gente faz vídeos e se os nossos vídeos incomodam alguém, olhe temos pena, façam também e sigam-nos.

Sr. Deputado, eu por acaso posso estar enganada, mas sempre achei que era uma pessoa que até consigo analisar textos e perceber o que é que os textos querem dizer. O senhor diz que eu entendi mal aquilo que está nos seis pontos resolutivos. Diz que, em ponto algum, se incentiva a interrupção voluntária da gravidez. É um facto, é verdade, não está aqui nada a dizer que é para incentivar a interrupção voluntária da gravidez, mas, ao ler que o senhor quer o "desenvolvimento de atividades, sobretudo junto de jovens do ensino superior e de profissionais de saúde que combatam a estigmatização e a iliteracia sobre a saúde feminina, especialmente o acesso à interrupção voluntária da gravidez". O que é que quer dizer com isso? Quer incentivar! Mais, Sr. Deputado, "…a divulgação de informação visível e acessível sobre o acesso à interrupção voluntária

da gravidez." Então, isto não é incentivar?! Sim, para mim, isto é incentivar.

Mais, Sr. Deputado, no ponto 3, "a celebração de protocolos para a realização de ações de sensibilização sobre a saúde feminina, inclusive acesso à interrupção voluntária da gravidez", e ainda "inclusão nas consultas para planeamento familiar" — que são as consultas onde a gente diz quantos filhos quer ter — o senhor quer agora que, nas consultas de planeamento familiar, haja informação sobre o acesso à interrupção voluntária da gravidez! Sr. Deputado, eu aceito a sua maneira de ver as coisas, mas o senhor também tem que aceitar as minhas.

Isto para mim é claramente incentivar as pessoas, é dizer: "olha, vais fazer um planeamento familiar; em princípio, vais ter quatro filhos, mas de repente se não quiseres um quarto não te preocupes, porque há uma ferramenta que é a IVG e depois não tens o quarto filho, porque afinal depois chegas à altura e já não podes ter o filho."

Foi assim que eu entendi, Sr. Deputado. Se eu estiver errada, peço desculpa.

Deputado José Pacheco (CH): Não estás!

A Oradora: Mas é assim que eu entendo e interpreto a sua proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu não sei se o senhor só ouve metade do que é dito ou se o senhor depois só reporta metade, porque, na Comissão, independentemente de estar de estar ou não no relatório e de, agora, estar no projeto de resolução, o senhor sabe perfeitamente que perguntou e está, obviamente, insinuando…

Deputado António Lima (BE): "Insinuando." Essa é boa!

A Oradora: Ó Sr. Deputado António Lima, o senhor perguntou, a todas as pessoas que foram lá, legitimamente,…

Deputado António Lima (BE): Qual é o problema?

A Oradora: … se essa não poderia ser uma solução, ou seja, limitar a contratação a pessoas que declarassem que não eram objetores de consciência. E o Presidente da Ordem dos Enfermeiros foi muito claro e disse-lhe que uma pessoa podia não ser objetor hoje e ser objetor amanhã, que isso não resolvia nada.

Deputado António Lima (BE): Não foi isso que responderam à pergunta!

A Oradora: Ele não respondeu isto que eu estou a dizer?!

Ó Sr. Deputado António Lima, eles não lhe responderam que isso não resolvia nada, porque a pessoa podia não ser objetor agora e ser amanhã e que, portanto, não acautelava nada?!

Deputado António Lima (BE): A essa pergunta não!

A Oradora: O senhor nem diga isso!

Passando a outra questão, esta ideia, que foi repetida na Comissão e que também na altura não a corrigi, porque não corrijo ninguém, mas o parecer do Conselho Nacional para as Ciências da Vida, o senhor disse: "ah é uma recomendação…"

Deputado António Lima (BE): É um parecer!

A Oradora: Não. O que diz expressamente, entre oito pontos, um parecer extremamente extenso que não atribui e não valoriza mais um direito do que o outro, faz um memorando de considerandos éticos, e muito bem, porque é uma ferramenta de trabalho, mas que ao fim, até tem o cuidado de apontar que não são conclusões, entre outras sete, uma delas diz "como última opção para assegurar o acesso às intervenções, a instituição de saúde **deverá poder** contratar profissionais que afirmem não ser objetores de consciência para o procedimento que seja necessário garantir." Portanto, não recomenda, diz que **deverá poder**. A nossa questão é se pode e se isso não colide, e foi aquilo que sempre se afirmou e que todas as pessoas que ouvimos afirmaram, se isto é legítimo, ou seja, se se pode sequer pôr essa condição, até usando uma brincadeira ou uma ironia feita pelo Deputado Pedro Neves que disse: "Ah, então agora também vamos dizer que queremos loiros de olhos azuis?". Portanto, não é legítimo para além de que foi bem explicado que não acautela nada, em virtude de que quem alega o direito

de objeção de consciência, poder fazê-lo a qualquer hora, em qualquer contexto.
Relativamente à questão de se fazer ou não se fazer no HDES, no HSEIT e no HH, o Sr. Deputado não está contando a história toda. O Presidente do Conselho Médico falou-nos claramente que a questão tinha a ver com o facto de, até 2021, a IGV ser feita em produção acrescida e que, efetivamente, o Conselho de Administração entendeu não estarem reunidas as condições, porque não estava autorizada essa produção acrescida pela tutela.
Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Pois, aí é que está! Não estava autorizado por despacho, e foram os senhores!

Ruído na sala.

A Oradora: Não estava prevista em portaria e o Conselho de Administração, que aqui todos alegamos deve ter responsabilidade em gerir o dinheiro do erário público, o que fez foi não permitir que se fizesse uma coisa que não estava autorizada — porque é que foi em 2023, não sei.
Relativamente ao HH e a uma situação que, como o senhor imagina, eu conheço tão bem como o senhor, está a basear-se naquilo que foram notícias de uma jornalista, foi o que soubemos (comunicação social). Mas o senhor perguntou diretamente ao Presidente do Conselho Médico e ele respondeu-lhe: àquela alegação de falta de condições, ele respondeu que não era falta de condições ou por não estarem reunidas as condições. O senhor quando diz que "é um objetor formal e não de consciência", ele explica, e se o senhor leu a notícia toda, ele referia-se ao facto de outros profissionais e aqui há bocadinho em aparte a Sra. Secretária dizia, porque estava podendo fazer a interrupção de gravidez… e aqui há uma distinção de que ainda não se falou que é interrupção ser medicamentosa ou cirúrgica e se é uma interrupção medicamentosa, estamos a falar de que temos um determinado grupo de profissionais envolvidos; se temos a necessidade de evoluir para uma interrupção cirúrgica, temos que alargar o

leque de profissionais que ficam envolvidos e, como tal, aumenta o leque de profissionais que podem alegar a objeção de consciência. E quando, à data, o Sr. Diretor do Serviço de Obstetrícia do Hospital da Horta alegou que era objetor, porque não tinha condições, é porque efetivamente ele não conseguiu conviver com o facto de ter colegas que eram objetores. E portanto, Sr. Deputado António Lima, isto é democracia, não temos de concordar todos uns com os outros; quando for votado, ganhará a maioria e pronto. O senhor tem esta ideia; ou ouviu metade ou, agora aqui, só quer contar metade.

Nós, por entendermos que nenhum dos projetos de resolução, nos seus pontos resolutivos, resolve este problema, insinuando e deixando aqui questões que nos levantam preocupações, não votaremos a favor. Se for aprovado, é aprovado! Pronto, não votaremos a favor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Olivéria Santos, eu entendo e aceito muito bem a sua posição, porque o mundo é assim; no mundo, cada um tem a sua forma de pensar e é assim que nos conseguimos mover neste mundo, por isso, aceito a sua posição. Mas também presumo que a sua posição relativamente a este tema, que é fraturante — admito — tenha sido toldada a sua própria interpretação. E estamos aqui a ter uma discussão relativamente à interpretação de mim mesmo, atacado por si que acha que pode interpretar melhor do que aquilo que é o espírito do legislador.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isto já vai!

O Orador: Isso, para mim, não bate certo. E quando ousa dizer que eu, ao incentivar algo que tem a ver com dar informação às pessoas, neste caso, por promover formação a pessoas adequadas e técnicas, isso é promover a IVG *de per si*, influenciar ou incentivar, então a Sra. Deputada está totalmente errada. E vou dar-lhe um exemplo: imagine que eu promovo informação ou uma palestra relativamente a uma discussão do programa eleitoral do CHEGA, ou o paradoxo de que o CHEGA de manhã é comunista e à tarde é liberal, eu dando essa informação às pessoas — já fazemos ali uma palestra ou até um lanchinho para ficarmos um bocadinho mais *leves* — a Sra. Deputada acha que alguma vez na vida irei ser do CHEGA apenas porque estamos a discutir aquilo que é o incentivo a ser do CHEGA, ou a discutir a informação relativamente àquilo que é o CHEGA?! São duas coisas completamente diferentes.

A Sra. Deputada, antes de ser deputada, era jornalista.

Deputada Olivéria Santos (CH): É verdade! Era e sou!

O Orador: E não pode enviesar interpretação, quando tenta agarrar em pequenas coisas apenas para tentar mudar o paradigma daquilo que não existe e daquilo que vocês estão habituados a fazer em tudo desde que o CHEGA existe!

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate tem provado efetivamente que estamos perante um assunto fraturante, um assunto de consciências.

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda diz que gostaria de ver implementado no hospital da Terceira a possibilidade de serem realizados abortos. Pois, uma vez que não é possível, porque não há meios disponíveis para investir em tudo, eu cá prefiro uma sala de hemodinâmica no hospital da Terceira para salvar vidas, do que investir para fazer

abortos, uma vez que o Serviço Regional de Saúde dá resposta a essa necessidade.

A solução para este problema não pode passar por transformar um direito fundamental dos profissionais, que é o direito à objeção de consciência, num obstáculo a remover, que é isso que estão a tentar fazer aqui, ou seja, é um direito dos profissionais, seja por ser algo que ofende a sua consciência pessoal ou porque, como o aborto exige um conjunto alargado de profissionais e de meios e equipamentos, podendo não estar reunidas todas as condições para efetuar o ato em segurança, de modo a realizar o aborto pretendido e não colocar em causa a vida da mulher, o médico pode alegar, também aí, objeção de consciência.

Deputado António Lima (BE): Não, não!

Deputado Nuno Barata (IL): Quando não quiser fazer, diz assim: não faço porque não quero fazer!

O Orador: E o que V. Exas. querem é proibir esta liberdade aos profissionais.

A Sra. Secretária foi extremamente exaustiva e esclarecedora. Há 58 profissionais no Serviço Regional de Saúde que são objetores: médicos, enfermeiros, farmacêuticos e pessoal auxiliar. Quem é que julgaria que seria necessário um farmacêutico?

As pessoas lá em casa que estão a assistir a este debate, passa-lhes pela cabeça que é preciso um farmacêutico e auxiliares?

O debate que aqui está sendo feito passa a mensagem de que basta um obstetra que faz tudo, mas não, é preciso uma equipa para a realização desse ato.

Deputado António Lima (BE): Pois, exatamente!

O Orador: E, portanto, ou o profissional tem uma objeção de consciência que é inerente à sua formação, aos seus princípios e aos seus valores ou, então, tem uma objeção, porque tem consciência de que não pode executar o ato em segurança, porque falta qualquer coisa ou falta outro profissional essencial, ou há alguma falta de equipamento, ou até nos medicamentos disponíveis para o efeito. E, portanto, são muitos os fatores que podem levar à objeção de consciência. E os senhores que estiveram na Comissão, foi-lhes explicado — até porque a Sra. Deputada Salomé

Matos já o disse aqui e repetiu — que os representantes dos médicos esclareceram que o médico pode ser objetor de consciência às 8 da manhã e não ser ao meio-dia e se ele é às 8 da manhã e não é ao meio-dia, por alguma razão poderá ser. O que os senhores estão aqui a querer criar é um impedimento inaceitável à livre consciência dos profissionais de exercerem a sua profissão em segurança. E a segurança não é do profissional, a segurança é do utente, porque esse é o princípio basilar que está no exercício de um ato clínico.

Deputado António Lima (BE): Não tem nada a ver.

O Orador: Eu acredito que haja muita gente que não consiga compreender isso, mas é assim, o primeiro dever que tem o profissional de saúde é o de colocar à frente de todos os interesses, o interesse daquele utente, naquele momento. Por isso, se é para executar um determinado ato, ele executa-o se tiver a certeza de que o pode fazer em plena segurança para aquele utente e para obter a finalidade pretendida com aquele ato. Por isso é que existe o princípio da objeção de consciência que vocês querem violar. E, portanto, nós não aceitamos que esse direito fundamental dos profissionais seja um obstáculo a remover.

O Serviço Regional de Saúde está a dar resposta a quem recorre à interrupção voluntária da gravidez. Assistindo a este debate, até parece que estamos em 1998, no tempo do primeiro referendo.

Deputado António Lima (BE): Muito para trás!

Deputada Marta Matos (PS): Pelo seu discurso…!

Ruído na sala.

O Orador: Por amor de Deus, já se fez um caminho em Portugal! Está legalizado o aborto. Ele faz-se nas unidades de saúde públicas, faz-se nos Açores. Portanto, este debate é um não assunto, como eu disse na minha primeira intervenção.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O problema é que

existe mar entre as nove ilhas!

O Orador: O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida recordou que a objeção de consciência tem tutela constitucional e, portanto, é um direito fundamental que deve ser respeitado.

O acesso à saúde deve ser garantido e é garantido nos Açores. Mas a objeção de consciência é intolerável, é intocável.

Não aceitaremos que os médicos, os enfermeiros e os profissionais de saúde sejam pressionados ou estigmatizados, por seguirem a sua consciência profissional — nem é consciência pessoal, é consciência profissional.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De um debate inútil — perdoem-me a minha expressão — que é sobre o aborto, está regulamentado, ganhou um lado da questão. Está tudo bem, têm aquilo que queriam, só acho é que querem ir um bocadinho mais além. E entrou-se aqui num debate um bocado estranho, que é o debate da liberdade.

Eu passo a vida ouvir "a liberdade dos homossexuais, "a liberdade" dos não sei quê, "a liberdade" dos não sei quantos e vim para um debate, sem querer — eu não queria vir Sr. Presidente — sobre a liberdade de ser objetor de consciência. E há bocadinho, dizia num aparte o Sr. Deputado João Bruto (eu gosto de dar a paternidade à frase) que isto é "a tese dos ocupas", porque a Constituição diz que todos têm direito à habitação.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E à vida!

O Orador: Como diz que temos direito à saúde, à educação e à vida — muito bem!

O que eu não percebo é como se faz esse jogo, isto é, trocam-se garantias e direitos umas pelas outras, é?! Uns têm direito a tudo e eu não posso discordar, o CHEGA

nunca pode discordar. Não pode, porque, para os antidemocráticos, só há uma liberdade ou uma democracia que é a deles. Não existe mais nada no mundo.

A respeito do que dizia o Sr. Deputado Pedro Neves, eu quando era miúdo havia uma frase que até foi substituída por uma outra mais recente, que é "roubar para comer não é crime.". Havia esta história. Isto é mais ou menos o que o senhor acabou de dizer, ou seja, facto de lá estar não quer dizer.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas não está! O facto é que não está!

O Orador: Como também o "roubar para comer não é pecado" — claro que é crime! Aliás, esta frase foi substituída por uma muito mais divertida, que é "roubar ao governo não é crime", porque ele rouba-nos todos os dias, pronto é o que é!

Eu, legislador que aqui estou, não posso fazer uma interpretação?!

Deputado Pedro Neves (PAN): É claro que pode!

O Orador: Os senhores disseram que a gente queria tirar os filhos dos desempregados das creches! Isso foi uma coisa torcida, uma coisa mesmo bem espremida que deu zero, bola!!

Então, nós estamos interpretando a lei que os senhores querem, aliás a recomendação, porque isto nem é lei. Eu fico parvo com isso, mas fico também preocupado com outra coisa: é que pensei que esta discussão do aborto contra a vida tinha acabado. Pronto, sim senhor, chegámos até aqui. Mas eu fico preocupado com uma coisa que às vezes nós dizemos com graça, mas que não tem graça nenhuma. Nós estamos a caminhar para uma situação — como bem dizia a minha colega — de que o aborto não é um método contracetivo, nunca poderá ser, nem pode ser, desculpa para a irresponsabilidade no século XXI, quando há tanta informação. Mas já começamos a caminhar para uma coisa que qualquer dia a criança está a nascer e a gente diz "eh pá, tá muito parecido com o padeiro, já não quero!". Ou "não gosto da cor dos olhos", "*home,* isso é a cara do senhor padre, não!". Eu peço desculpa pelo ridículo, mas já estamos caminhando para isso.

Açorianos: é para isso que nós vamos caminhar. Nós usamos o crime — as mulheres

criminosas — para substituir por tolices mesmo bacocas, do piorio, em que vamos dando um passo cada vez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mulheres criminosas?!!

O Orador: Olhem, da minha parte… não queremos que as mulheres sejam tratadas como criminosas, neste caso. Deixaram de ser, e acho muito bem, Sra. Deputada. A senhora não tinha percebido? Com certeza, estamos aqui para esclarecer e instruir.

Nós estamos a caminhar para coisas perigosíssimas que eu vejo na minha sociedade, seja nesta matéria, seja noutras, coisas perigosíssimas. Por isso é que eu gosto de ser um conservador. Eu gosto de ter as coisas que tenho, e a certeza que tenho. Eu não destruo para construir coisas ao lado que, amanhã, eu vou descobrir que não prestam, mas eu já não tenho aquilo que tinha. É assim ou não é, Sra. Secretária? Ser conservador é isto. E, da minha parte e em nome pessoal, parabéns, não temos o aborto nos Açores! Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dois partidos com assento nesta Assembleia, legitimamente representados e eleitos pelo povo, nomeadamente o PAN e o Bloco de Esquerda, trazem aqui a debate um tema muito importante que diz respeito ao acesso a cuidados de saúde, nomeadamente à saúde da mulher. Era suposto que este assunto de acesso a cuidados de saúde fosse tratado como qualquer outro assunto que diz respeito à melhoria de cuidados de saúde, ou seja, foi detetado um problema por estes dois partidos, foi identificado um problema que é trazido por um conjunto de outras instituições que trabalham a saúde da mulher, e foi identificado um problema, ou seja, um retrocesso. No fundo, tínhamos três hospitais que praticavam a interrupção voluntária da gravidez, deixaram de o fazer e,

neste momento, apenas num dos hospitais esse serviço é prestado, portanto, está mais limitado o acesso a esse serviço, está condicionado, está mais limitado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas porquê?

A Oradora: No fundo, piorou a qualidade do serviço prestado, porque se era prestado em três unidades e passou a ser só numa, está mais condicionado o acesso ou pelo menos foi em determinada altura, deixou de ser noutras.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual altura?

A Oradora: Há um condicionamento ao acesso a esses cuidados nas três unidades hospitalares da Região. E é disto que aqui se trata.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não! O problema é de recursos humanos e nenhum destes diplomas resolve!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha paciência! No seu tempo, é que era assim!

A Oradora: Portanto, estes dois partidos trazem aqui aquilo que entendem que podem ser propostas que ajudam a resolver este problema. E, nesse sentido, é disto que aqui estamos a tratar, dos seis pontos resolutivos trazidos pelo PAN e de um ponto resolutivo trazido pelo Bloco de Esquerda. Em nenhum destes pontos resolutivos, destes sete pontos, é defendida a morte. Em nenhum destes pontos resolutivos é defendido que os profissionais de saúde objetores de consciência pratiquem atos que não querem praticar, em nenhum dos pontos isso acontece. Em nenhum dos pontos resolutivos é dito, como aqui já foi referido hoje, que se quer promover a interrupção voluntária da gravidez. O que se quer é promover o acesso à informação. E, portanto, do nosso ponto de vista, tal como já foi dito, o que estamos aqui a tratar é, de facto, estes partidos darem um contributo útil para a resolução de um problema de condicionamento do acesso a cuidados de saúde por parte das mulheres que se verifica, é identificado e é assumido por todos. Portanto, eu acho que tudo o resto que aqui foi dito, no fundo, entra noutro campo ideológico, eventualmente algumas afirmações são até preconceituosas, porque tentam por outras formas que não a lei (formas

administrativas ou outras) condicionar o acesso a um direito que está instituído, conforme aqui já foi dito, desde 2007. E, portanto, até agora estivemos a discutir aqui, até no plano de melhorar cuidados de saúde e de ter menos despesa, e estas propostas o que pretendem é exatamente isso: melhorar cuidados de saúde e reduzir a despesa pública, porque naturalmente não é igual se os serviços forem prestados nas unidades hospitalares da Região ou se tivermos de promover a deslocação de doentes para o exterior, é menos despesa.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E por isso o Governo Regional fez uma proposta para permitir que isso acontecesse, Sra. Deputada!

A Oradora: E também sabemos que há toda uma situação em torno da deslocação destas mulheres para o exterior que não é favorável. Por isso, acho que tanto quanto possível, o acesso a cuidados de saúde deve ser promovido na Região. O que interessa, pelo menos a mim, é perceber que obstáculos, na verdade, existem a que estes serviços de saúde e estes cuidados de saúde sejam prestados nas unidades de saúde da Região, tanto quanto possível nas unidades de saúde da Região e não sendo possível, então o recurso a unidades no continente português.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A senhora não entre por aí!

Temos muitos exemplos de serviços que eram prestados fora da Região e que agora são prestados aqui!

A Oradora: Acho que é isto que está aqui em causa, é o acesso a um direito que o Governo deve acautelar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E está a acautelar, Sra. Deputada!

A Oradora: Ou seja, é o acesso a um direito que o Governo deve acautelar, deve promover. Por outro lado, é o papel que todos os 57 deputados aqui desempenhamos, que é o de fiscalizar a ação do Governo na garantia desse direito e por outro lado ainda, fiscalizar, mas também termos a capacidade de propor soluções. É nestes dois planos que atuamos, munidos da informação que recolhemos nas Comissões, junto da

população, dos profissionais, etc.. E, por isso, estes dois partidos trazem aqui legitimamente aquilo que entendem que podem ser propostas que ajudem a concretizar este direito. Em momento nenhum — e volto aqui a repetir…

Deputado Flávio Soares (PSD): Mas isso não está em causa!

A Oradora: … porque tudo o resto é acessório — se defendeu aqui a morte. Em momento nenhum aqui, se defendeu o incentivo à interrupção voluntária da gravidez. O que aqui se pretendeu foi dar um contributo útil para a promoção e garantia de um direito e, por outro lado também, um contributo útil naquilo que são as soluções para efetivação desse direito.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos neste debate perante duas propostas resolutivas que pretendem que, para facilitar o acesso à interrupção voluntária da gravidez, que não está impedido nos Açores nem às mulheres açorianas, mas revela dificuldades por falta de recursos humanos …

Deputado Carlos Silva (PS): Quantos recursos humanos faltam?

O Orador: … para executar o procedimento de interrupção voluntária de gravidez nas condições exigidas de segurança e para o bem-estar físico e psicológico das mesmas, perante a necessidade existente de executar esse procedimento fora da Região — como eu dizia — querem que se encontre uma solução que passa pela garantia de um direito que foi consagrado através da legalidade da interrupção voluntária da gravidez, e querem que se possa violar o direito à objeção de consciência, querendo com isso,

privilegiar profissionais que não a tenham, para que possam exercer as suas funções. Não me parece, Sra. Deputada Andreia Cardoso, que haja aqui um contributo útil…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já percebemos!

O Orador: … porque, perante um conflito entre estes dois direitos,…

Deputado Carlos Silva (PS): Qual conflito?!

O Orador: … entre o direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde, que leva a que não haja recursos humanos para a prática desta interrupção voluntária da gravidez, querem que esse direito à interrupção voluntária da gravidez se sobreponha ao outro direito. Esse contributo que estas resoluções trazem não é útil, porque não traz uma solução que resolva o problema que identifica. Os senhores trazem propostas que violam o que deve ser o funcionamento do Serviço Regional de Saúde no que diz respeito à liberdade dos seus profissionais poderem ser objetores de consciência para esta prática médica.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o contributo que a Sra. Deputada Andreia Cardoso tentou para justificar também o voto favorável do Partido Socialista a estas resoluções, não resolve o problema que as resoluções identificaram. Depois, eu penso também que temos aqui eventualmente uma questão de prioridades e renovo aquilo que foi dito no debate anterior, em que os senhores queriam fazer com que os médicos que estão no Serviço Regional de Saúde fizessem também medicina desportiva que, naturalmente, ia retirar recursos humanos desses médicos para a prestação dos cuidados que têm de fazer, nomeadamente, as consultas e outros procedimentos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu pergunto: e a ortopedia, por exemplo?

Deputado António Lima (BE): Ortopedia?! Mas o que é que a ortopedia tem a ver com a ginecologia?!

O Orador: É que telefonam-me pessoas que têm cirurgias de ortopedia em atraso, pessoas que estão a piorar a sua saúde há meses, porque não existem recursos

disponíveis para fazer um ato médico que lhes resolva um problema de saúde. Pessoas até com dificuldade em poder se deslocar para outros sítios do país onde seja possível executar aquele ato médico. Esse problema não se põe nesta questão. Vamos agora privilegiar situações, como fizemos há pouco, de os recursos humanos que temos, que já são escassos para algumas situações, como o caso dos psicólogos eventualmente, que o Sr. Deputado Pedro Neves ali identificou como tendo uma prioridade para atender a estas situações, e onde eles faltam noutras situações?

Deputado António Lima (BE): As mulheres não são prioridade?!

O Orador: Por exemplo, na prevenção do suicídio? Médicos (ginecologistas ou obstetras), por exemplo, que são necessários para atender…

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso tem a ver com a minha medida do Orçamento de 2021!

O Orador: … outras realidades e que, pela sua própria vocação e decisão pessoal, não pretendem praticar a interrupção voluntária de gravidez. E aquilo que nós sabemos do Bloco de Esquerda — até porque tivemos uma manifestação ou uma ação reivindicativa aqui à porta do Parlamento há uns meses, à qual naturalmente o Bloco não é alheio porque tinha várias pessoas do partido nessa mesma manifestação — o que o Bloco de Esquerda sempre pretendeu, com as suas perguntas em Comissão, e o que sempre quis, foi que deixasse de ser possível haver objeção de consciência quando há a necessidade de praticar a interrupção voluntária de gravidez na Região. E não se trata, mais uma vez, de impedir ninguém, mulher nenhuma dos Açores, de poder, na sua decisão consciente e da sua própria vida com o direito ao corpo que tem, praticar a interrupção voluntária de gravidez, uma vez que não está impedida, não há obstáculos e nunca em momento nenhum alguém disse, nem o Governo nem ninguém ligado às unidades de saúde ou aos hospitais, que houvesse decisões administrativas para obstaculizar esta atuação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi o que foi dito aqui!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi não!

O Orador: Não há, por parte do Governo Regional, decisões para obstaculizar o acesso à interrupção voluntária da gravidez.

Deixem-se de querer criar um caso onde ele não existe!

Como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, este é um não assunto, porque estes contributos não são úteis para resolver este problema. Como não são úteis para resolver este problema e trazem até outros problemas de índole maior, que podem até ser mais prejudiciais, nós não podemos aceitar esse argumentário de que, perante dois direitos constitucionalmente consagrados, deve prevalecer aquele que vos interessa ou aquele que os senhores defendem, porque o direito que está aqui em causa é o direito dos médicos, profissionais de saúde, enfermeiros e outros técnicos, poderem objetar pela sua consciência de praticar a interrupção voluntária de gravidez. E nenhuma mulher dos Açores ficou impedida de praticar a interrupção voluntária de gravidez por ação deste Governo ou de outro governo, porque este problema, como sabem, não é novo nos Açores e não é um problema que tenha surgido com este Governo ou com esta coligação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Aí é que está a questão!

O Orador: Por isso mesmo, o problema vai persistindo enquanto não for possível ter, na Região, os recursos humanos para que ele não persista. Mas essa existência de recursos humanos não depende nem destas resoluções, nem desta Assembleia, nem sequer deste Governo, pois não pode obrigar ninguém a deixar de ser ou passar a ser objetor de consciência na Região Autónoma dos Açores, no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ninguém pede isso!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também considero um não assunto. Aliás, fiquei surpreendida na Comissão com a falta de objetividade da análise desta questão. Mas respondendo, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado do PAN sobre o apoio psicológico, as unidades de saúde têm os seus psicólogos que fazem o atendimento. Em toda a atividade clínica, há prioridades por critérios clínicos. Aliás, nós quando vamos à urgência, primeiro deparamo-nos logo com a triagem de Manchester, conforme os sintomas, são selecionados aqueles com prioridade. Em toda a atividade clínica é assim, há seleção para cirurgias, para consultas etc.

O que eu perguntei a uma das pessoas que foi ouvida foi, está certo que a mulher que decide fazer a IVG, tem direito ou é-lhe concedida a opção de ter uma consulta com o psicólogo, mas ele também já tem consultas com os seus utentes. Se era correto, por exemplo, um psicólogo anular uma consulta em que está a acompanhar um miúdo que se automutila, para dar prioridade à mulher que só tem 10 semanas para decidir a IVG? Foi-me respondido que essa era uma área onde ele não se queria meter. São tudo questões de escolhas que acontecem e vão acontecer no dia a dia. Não vale a pena esquecer isso.

Segunda questão: a nível de concursos públicos, há uma série de critérios, licenciatura etc. e depois fico surpreendida, porque vejo que o Bloco de Esquerda coloca lá como critério não ser objetor de consciência para resolver um problema de obstetrícia, poder fazer IVG no hospital.

Deputado António Lima (BE): Diga lá onde é que isso está escrito? Se não ler…

A Oradora: Então, qual é a sua proposta?

Resposta da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros: "ah, pois se isso surgisse, nós mandaríamos para o jurista da Ordem analisar se isso é correto." Da

mesma forma que considero que isso não é correto, como também não é correto perguntar por lá um dos critérios do tipo "olhe, tenciona ter filhos nos próximos 5 anos, porque eu tenho turnos para organizar" e quem tem filhos até 12 anos tem direito a não fazer turnos para dar apoio a menores. É legítimo da parte da unidade de saúde perguntar isso, porque senão, se aquela profissional vai ter filhos, ele fica à mesma sem profissionais para organizar turnos. Mas problema seu, isso são direitos que estão consagrados, não se pode pôr como requisito de acesso aos concursos públicos.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, onde é que há condicionamento em uma pessoa ir ao continente fazer IVG? Se estamos aqui a falar de pessoas de faixas etárias de vinte e de trinta anos, que estão habituados a andar de avião, eu até pensei que a viagem de avião era uma limitação ou que trazia algum risco para a saúde. Perguntei isso à Ordem dos Médicos que me disse que não, que a viagem de avião não traz qualquer risco, após fazer a IVG, a pessoa pode viajar.

Deputado Carlos Silva (PS): É, vai de férias!

A Oradora: Então, qual é o problema de ir fazer o procedimento no lugar X ou Y? Qual foi a resposta dada? Foi que os técnico-administrativos que estão nos serviços de deslocação de doentes vão ver lá a credencial e vão ver que é para a clínica Y ou X e que toda a gente sabe que aquela clínica só faz IVG.

Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso.

O Orador: E eu perguntei: mas então aqueles profissionais que estão nos serviços de deslocação de doentes são menos profissionais, estão menos sujeitos ao sigilo do que o administrativo que está de apoio à consulta, ou do que o farmacêutico que vai dispensar os medicamentos para a interrupção, ou do que o enfermeiro? Então temos aqui profissionais de primeira e de segunda? E o Serviço Regional de Saúde tem de defender o direito à IVG daqueles profissionais de segunda que não sabem cumprir.

Temos que separar aqui duas questões: o Serviço Regional de Saúde é para prestar

cuidados de saúde e está a fazê-lo na medida das suas possibilidades, com os recursos que tem. Se estamos aqui a falar de questões como acabar com preconceitos, acabar com pessoas que se põem a avaliar a vida dos outros, se a fulana A ou B deveria fazer ou não a IVG, isso já é uma questão de educação que demora anos, não é o Serviço Regional de Saúde que tem obrigação de educar a sociedade. O Serviço Regional de Saúde só tem obrigação de uma coisa: proporcionar cuidados de saúde.

Obrigada.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho apenas mais uma vez — a não ser que seja interpelado para intervir — para dizer duas ou três coisas para concluir, da nossa parte, o debate. Em primeiro lugar, julgo que não devem restar dúvidas de que o projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresenta é sério, tem uma vontade clara, objetiva e bastante bem fundamentada de procurar encontrar soluções para um problema real na Região Autónoma dos Açores que afeta as mulheres em geral e pode vir a afetar muitas mulheres no futuro. E é com esta proposta que viemos a este debate de forma séria, não atacando ninguém e procurando fazer este debate com elevação, porque ele merece e porque o assunto é sério.

Não é como disse o Sr. Deputado João Bruto da Costa, um "não assunto". É um assunto que diz respeito a toda a população dos Açores, especialmente, a metade da população dos Açores que são as mulheres. E nós não desvalorizamos as mulheres de modo algum.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o tema, é a sua resolução!

O Orador: Nós não dizemos que este assunto não é uma prioridade nos serviços de saúde, como disse o PSD através do seu líder parlamentar. É uma prioridade, como são todas as questões de saúde e as mulheres e os seus direitos são uma prioridade política para o Bloco de Esquerda. Lamentamos que não o seja para todos os partidos e que não seja para o PSD e para os partidos que apoiam o Governo.

Para que não restem dúvidas, vou ler mais uma vez o ponto resolutivo da proposta que o Bloco de Esquerda apresenta; um ponto tão simples que não conflitua e não impede o direito à objeção de consciência…

Deputada Salomé Matos (PSD): O senhor é que justificou!

O Orador: … nem sequer aquela que supostamente existe, mas não é sequer formal, a tal que é "devido à falta de condições" que não existe na lei nem existe na Constituição essa objeção de consciência por falta de condições — não existe! Há uma objeção de consciência por questões de consciência e religiosas e não por falta de condições — isso é outra coisa. E aquilo que propomos ao Governo Regional que esta Assembleia aprove, é que "se diligencie no sentido de garantia da organização dos serviços de obstetrícia e ginecologia dos hospitais, de forma a que o acesso à interrupção voluntária da gravidez não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência, devendo, para isso, garantir a existência de profissionais de saúde, nomeadamente não objetores em número suficiente, assim como meios técnicos para a prestação efetiva, segura e atempada de cuidados relacionados com a interrupção voluntária da gravidez."

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode ler dez vezes, a interpretação será sempre a sua!

O Orador: Não queremos que nenhum direito seja prejudicado pelo outro. É isto que aqui está. E, já agora, podemos fazer o debate sobre a contratação de profissionais não objetores, certamente. E como admite o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, essa é uma situação que deve ser prosseguida, em última instância.

Poderão levantar questões constitucionais e legais? Certamente. Não sou especialista na matéria para dizer se há ou não estes problemas, mas o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida diz que esse caminho pode ser prosseguido. Mas não é isto que estamos a propor aqui e não é o que está aqui escrito. Aliás, aquilo que propomos e escrevemos é efetivamente aquilo que também diz a Ordem dos Médicos em Comissão: organização dos serviços, compromisso institucional — é tão simples quanto isso. Dizem que não há nenhum obstáculo administrativo à IVG nos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Então como é que se faz, Sr. Deputado? Como é que a Sra. Secretária Regional faz?

O Orador: Então, quando a Ordem dos Médicos diz em Comissão que houve uma deliberação do Conselho de Administração do hospital de Ponta Delgada, que, em determinada altura, entendeu que as condições exigidas pelos profissionais que realizam a IGV não estavam reunidas, se houve uma deliberação do Conselho de Administração, é ou não é um obstáculo administrativo?! Não houve um obstáculo administrativo?! Claro que houve! Está aqui claro como a água. Por isso, é com o objetivo de ultrapassar esses tais "obstáculos administrativos" e falta de vontade política que trazemos este assunto aqui, porque também tive oportunidade, na audição da Comissão do Sr. Presidente do Conselho de Administração do hospital da ilha Terceira, de perguntar se ele achava que seria possível, ou que se deveria avançar com a garantia de realização da IVG no hospital da Terceira.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas isso já não se verifica, seja sério!

O Orador: E ele mostrou abertura para isso.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas não depende dele!

O Orador: Ainda não foi conseguido, mas este projeto de resolução é um contributo para que isso seja conseguido. E já agora que pediu a palavra, Sra. Secretária, explique-nos qual é a indisponibilidade para realizar a IVG.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Eu?! Pergunte às médicas!

O Orador: Já sabemos o que é a objeção formal e informal e agora também há a nova indisponibilidade. É que são tantos os obstáculos que, de facto, é muito triste que hoje haja tantos obstáculos nos Açores ao acesso à IVG e tantos obstáculos que parecem mesmo intransponíveis. E, mais uma vez, o chumbo desta proposta é o retrato claro de que há uma maioria que quer obstaculizar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também não estava para intervir mais neste debate, mas claramente o Sr. Deputado António Lima, às vezes, está numa realidade paralela ou não quer perceber aquilo que é a realidade.

Já tive oportunidade de lhe dizer duas coisas: a primeira é que efetivamente foi corrigida essa deliberação do Conselho de Administração que evitaria que fossem realizadas as IGV num horário fora do horário normal. Realmente, é muito estranho que, durante os anos 2017 e 2020, essas IGV tenham sido feitas sem que houvesse enquadramento legal que permitisse a realização das mesmas em produção acrescida.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem era o Governo na altura?

A Oradora: O ato administrativo que foi feito veio retomar essa prática e garantir que os profissionais de saúde tinham um enquadramento legal para realizar a IVG fora do horário normal, sem interrupção, sem condicionar aquilo que é a atividade do serviço. E, portanto, foi isso que o Governo Regional fez do ponto de vista administrativo, ou seja, permitir que a produção acrescida fosse feita parcial ou totalmente e que garantisse, aliás, a prática de IVG no HDES. O que é estranho é que, durante alguns

anos, os profissionais de saúde tenham feito, sem existir o enquadramento legal por quem governava na altura (e nem vou dizer quem era!).

Em relação à discussão que aqui foi realizada, realmente o que parece e a imagem que passa, é que o Governo Regional está com má vontade em não garantir a IVG na Região Autónoma dos Açores. Isso é totalmente falso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Se há Governo Regional que tem feito de tudo para que todos os procedimentos, não só no âmbito da IVG mas de outras áreas, especialidades e técnicas que possam ser feitas na Região Autónoma dos Açores, foi este. E estou de consciência tranquila, porque o último Governo da coligação e o atual já deram provas evidentes disso mesmo. E, portanto, essa afirmação não é de todo verdade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são os obstáculos?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não há obstáculos!

A Oradora: Não está bem encaminhada, nem bem direcionada aos Governos da coligação, porque efetivamente é algo por que temos vindo a lutar, porque reconhecemos, evidentemente, que é uma mais-valia para os utentes serem tratados na sua ilha, na sua casa, na sua região, dentro daquilo que é o seu ambiente habitual, em vez de estarem a ser encaminhados para fora. Portanto, em relação a isso estou muito tranquila com essa afirmação. Mas em relação à organização de que o senhor tanto fala, realmente eu gostava muito que o senhor elencasse como é que nós ultrapassamos estas questões de organização, quando, na base destas questões de organização, estão tão somente a ausência de recursos humanos. No HDES, existem dez médicos que fazem IVG, no HSEIT existem zero, no HH existe um, sendo que são necessários dois para a prática de IVG.

Em suma, Sr. Deputado, estou à espera — porque o senhor ainda tem tempo — que o

senhor venha a debate para justificar ao Governo como é que pode fazer esta alteração à organização?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero deixar a Sra. Secretária Regional sem resposta. E digo-lhe como é. Está aqui escrito no relatório da Comissão (não sei se assistiu) que diz o seguinte: "Diálogo entre os médicos, direções de serviço, conselho de administração para encontrar soluções que permitam a realização do procedimento."

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que o senhor propõe!

O Orador: É tão simples quanto isso, faça o seu trabalho!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sabe uma coisa, Sr. Deputado António Lima, eu faço diariamente o meu trabalho e não é à custa da sua recomendação que vou deixar de o fazer! E aquilo que o senhor está a dizer não é verdade, sabe porquê? Porque eu própria já promovi o debate entre as instituições, para tentar perceber qual era a forma de deslocar os médicos do hospital

nas ilhas onde eles existem, para virem realizar as IVG aos hospitais onde eles não existem. O que me foi transmitido é que isso compromete a prática da atividade no hospital de origem. E, por isso, eu não posso deixar que as práticas sejam realizadas fora do seu perímetro de segurança e não vou contribuir para esse peditório!
Muito obrigada.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
Pergunto se há mais alguma inscrição.
Não havendo mais inscrições, vamos votar primeiro o Projeto de Resolução n.º 28/XIII – "Acesso à interrupção voluntária da gravidez", a iniciativa da Representação Parlamentar do PAN.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.
Secretária: O Projeto de Resolução n.º 28/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.
Presidente: Vamos votar agora o Projeto de Resolução n.º 33/XIII que "Recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de garantir a organização dos serviços de obstetrícia e ginecologia nos hospitais da Região para que o acesso à IVG não seja prejudicado pelo exercício de objeção de consciência." A iniciativa é do Bloco de Esquerda.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 33/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Vamos entrar no ponto 12 da nossa agenda, **Petição n.º 20/XIII –"Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC"** que tem como subscritor Hélder Tiago Vieira Soares.

Vamos começar pela apresentação do relatório da Comissão onde esta petição foi analisada, a Comissão de Política Geral.

Tem a palavra a Sra. Relatora, Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a Petição n.º 20/XIII — "Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC"

A 21 de março de 2025, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, subscrita por 411 cidadãos, dos quais 401 com correta

identificação, cujo primeiro signatário é o Sr. Hélder Tiago Vieira Soares.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Política Geral para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria de competência desta.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Comissão de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 190.º do Regimento e deliberou admiti-la por unanimidade, em reunião ocorrida 1 de abril de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Na referida reunião, a Comissão deliberou ouvir presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, o primeiro subscritor da petição, as centrais sindicais UGT e CGTP e ainda o Membro do Governo Regional com competência na matéria que, podendo e querendo, poderia fazer-se acompanhar do Presidente do Instituto de Segurança Social dos Açores.

Os peticionários vieram, através deste instrumento de participação cívica, apresentar a petição em apreço, referindo que enquanto atendedores do Instituto de Segurança Social dos Açores, estão contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicam o suplemento remuneratório similar a outros colegas assistentes técnicos da RIAC, *vide* Decreto Legislativo Regional n.º 37/2021/A, de 15 de dezembro de 2021.

Os peticionários apresentam um conjunto de argumentos que fundamentam a sua pretensão e que abaixo se transcrevem.

"Consideramos que é injusto e discriminatório para os funcionários que exercem funções de assistentes técnicos no serviço de atendimento do Instituto de Segurança Social e que temos igualmente funções complexas e diversificadas, acompanhando o cidadão desde o nascimento até à morte.

Estamos perante um conjunto apreciável, complexo e sempre crescente de temas e legislações regionais e nacionais que estão em constante atualização, como por

exemplo, a atribuição de número de identificação de segurança social, cartão europeu de seguro de saúde, prova escolar, maternidade e paternidade, adoção, apadrinhamento civil, cuidador informal, encargos com as crianças e jovens, salários em atraso, doença, invalidez, dependência, deficiência, inclusão, desemprego, carência socioeconómica, reforma, complementos regionais, morte, contribuições, regularização de dívidas, admissão de trabalhadores, suspensão ou cessação de atividade de trabalhadores, destacamento de trabalhadores, declarações eletrónicas, *layoff*, fundo de garantia social, fundo de garantia de alimentos devido a menores, contribuições, prestação jurídica.

Compete igualmente aos atendedores, garantir o correto registo e movimento contabilístico dos valores movimentados em articulação com os restantes serviços do ISSA, com competência na matéria.

O elevado grau de dificuldade das tarefas que compete aos atendedores do ISSA vai muito para além da vasta abrangência de assuntos. Para além dessa quantidade elevada que exige uma constante atualização dos colaboradores, assiste-lhes também uma elevada exigência ao nível do conhecimento em profundidade de cada assunto, de tal forma que o atendimento não é considerado de qualidade, sem que exista um razoável nível de especialização em praticamente todos esses assuntos. Acresce a estas dificuldades o facto de que qualquer informação menos clara ou precisa pode implicar elevados custos para o utente, quer ao nível dos benefícios a que poderá ter direito, quer em relação às suas obrigações para com a segurança social. Tratam-se, portanto, de tarefas de elevado grau de complexidade, com implicações práticas de grande peso do ponto de vista da proteção social dos utentes."

Apresentam também uma lista sintética da legislação central que norteia cada atendedor.

Realçam que "o universo de temáticas da segurança social é enorme e que as constantes atualizações traduzem numa maior exigência para com os trabalhadores que têm de utilizar no seu dia a dia uma variada panóplia de plataformas, além de estarmos em

constantes atualizações e estudo de legislação, de garantir de forma adequada e célere a boa tramitação dos processos e o registo de toda a informação nos respetivos sistemas de informação.

Enfatizamos que durante a epidemia do COVID, numa altura em que existiu a possibilidade de teletrabalho, esta medida não foi possível aos atendimentos, estando os atendedores sempre a apoiar e a esclarecer os utentes com as constantes alterações à legislação e procedimentos em vigor.

Consideramos ainda que as tarefas do atendedor da Segurança Social vão muito além disso. Não nos compete apenas receber os cidadãos, temos de informar e orientar os cidadãos para os seus direitos e deveres, visto que muitas vezes as pessoas não conhecem os meandros da legislação ou não sabem se expressar.

Para além disso, temos de estar aptos a dar resposta imediata às questões apresentadas pelos clientes, sendo que para isso temos de estar em constante atualização da legislação e regras.

Por outro lado, muitas vezes os cidadãos recorrem aos balcões da segurança social para questões de outro âmbito, como por exemplo da Caixa Geral de Aposentações, finanças, saúde.

É de realçar também que recebemos frequentemente ameaças verbais à integridade física, o que impede o bom funcionamento e ambiente de trabalho.

Perante o aumento dos juros e a elevada inflação, a redução do poder de compra e o agravamento do custo de vida, exigimos uma mais justa repartição da riqueza e a criação de um suplemento remuneratório de modo a combater as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida".

As audições ao primeiro subscritor da petição e à Secretária da Saúde e Segurança Social, ocorreram no dia 5 de maio de 2025, à UGT-Açores ocorreu a 27 de maio e à CGTP-A, a 14 de abril.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação desta petição, a Comissão de Política Geral aprovou por

unanimidade as seguintes conclusões:

- A Petição n.º 20/XIII foi subscrita por 401 cidadãos liderados por Hélder Tiago Vieira Soares, reivindicando o suplemento remuneratório para os assistentes técnicos do Instituto de Segurança Social dos Açores.
- Os peticionários alegam discriminação em relação aos assistentes técnicos da RIAC que já recebem o suplemento remuneratório, justificado pela complexidade e diversidade das suas funções.
- Alegam, em sua defesa, que as funções dos assistentes técnicos do ISSA incluem uma ampla gama de tarefas relacionadas com a segurança social, exigindo conhecimentos técnicos especializados e constante atualização legislativa.
- Afirmam os peticionários que as condições laborais dos assistentes técnicos do ISSA são desafiadoras, tendo muitas vezes que fazer a gestão de situações de stress por parte dos utentes e realizar atendimentos a cidadãos com situações delicadas.
- Alegam que durante a pandemia do COVID-19, os assistentes técnicos do ISSA continuaram a trabalhar presencialmente, apoiando os cidadãos, apesar das contas constantes, alterações legislativas e de procedimentos.
- Defendem a implementação de um suplemento de 20 % sobre o vencimento base, que irá abranger cerca de 113 trabalhadores, segundo estimativa do primeiro subscritor.
- Das audições realizadas, que incluíram representantes da CGTP-Açores e da UGT-Açores destaca-se, por um lado, o apoio e a legitimidade da petição por parte da CGTP. enquanto a UGT entende que as razões aduzidas e a comparação com os funcionários da RIAC não podem ser colocadas no mesmo plano de igualdade.
- A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, também ouvida em Comissão, reconheceu o valor e o desempenho dos assistentes técnicos do ISSA, mas salientou que a criação de suplementos remuneratórios exige enquadramento legislativo específico, tendo também alegado que as funções dos técnicos de atendimento do ISSA e da RIAC possuem diferenças significativas em termos de complexidade e diversidade.

- Destacou, ainda, a Secretária Regional que o Governo Regional não se revê nas palavras que indicam existir discriminação comparativamente a outras carreiras da Administração Pública Regional, destacando, em relação aos profissionais da RIAC, que estes desempenham funções complexas, sendo mais de 300 as funções inerentes ao funcionamento da RIAC e que os suplementos remuneratórios são atribuídos ou estão preconizados quando as funções exercidas têm condições mais exigentes do que aquelas que são exigidas por outros postos da mesma carreira, algo que, segundo a Secretária Regional, e do ponto de vista dos trabalhadores do ISSA, poderá não ser entendido desta forma.
- A Comissão de Política Geral conclui que a petição cumpre os requisitos legais e deve ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Membro do Governo Regional com competência na matéria. De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-se esclarecidos quanto à proteção plasmada na presente petição.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade a 26 de junho de 2025.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 20/XIII/1.ª

Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC

INTRODUÇÃO

A 21 de março de 2025, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuída o **n.º 20/XIII/1.ª**, intitulada **«Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC»,** subscrita por 401 cidadãos com correta identificação, cujo primeiro subscritor é o senhor Hélder Tiago Vieira Soares.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Política Geral, para análise, relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

Capítulo I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre *Administração Pública e Trabalho*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Política Geral, nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

Capítulo II
ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Politica Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 1 de abril de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Capítulo III
OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários, através deste instrumento de participação cívica, apresentam a petição em apreço, referindo que enquanto atendedores do Instituto de Segurança Social dos Açores estão contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicam um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistente técnicos, da RIAC, vide Decreto Legislativo Regional n.º 37/2021/A, de 15 de dezembro de 2021.

Os peticionários apresentam um conjunto de argumentos que fundamentam a sua pretensão e que abaixo se transcrevem:

"Consideramos que é injusto e discriminatório para os funcionários que exercem funções de assistentes técnicos nos serviços de atendimento do Instituto de Segurança Social e que temos igualmente funções complexas e diversificadas, acompanhando o cidadão desde o nascimento até à morte.

Estamos perante um conjunto apreciável, complexo e sempre crescente de temas e legislações regionais e nacionais que estão em constante atualização, como por exemplo:

Atribuição de Número de Identificação de Segurança Social (NISS); Cartão Europeu

de Seguro de Doença; Prova escolar; Maternidade e paternidade; Adoção; Apadrinhamento civil; Cuidador informal; Encargos com as crianças e jovens; Salários em atraso; Doença; Invalidez; Dependência; Deficiência; Inclusão; Desemprego; Carência socio-económica; Reforma; Complementos Regionais; Morte; Contribuições; Regularização de Dívidas; Admissão de trabalhadores; Suspensão ou cessação da atividade de trabalhadores; Destacamento de trabalhadores; Declarações eletrônicas; Layoff; Fundo de Garantia Salarial; Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores; Contribuições; Proteção jurídica;

Compete igualmente aos atendedores garantir o correto registo e movimento contabilístico dos valores movimentados em articulação com os restantes serviços do ISSA, com competência na matéria;

O elevado grau de dificuldade das tarefas que competem aos atendedores do ISSA vai muito para além da vasta abrangência de assuntos. Para além dessa quantidade elevada, que exige uma constante atualização dos colaboradores, assiste-lhes também uma elevada exigência ao nível do conhecimento em profundidade de cada assunto. De tal forma que o atendimento não é considerado de qualidade sem que exista um razoável nível de especialização, em praticamente todos esses assuntos. Acresce, a estas dificuldades, o facto de que qualquer informação menos clara ou precisa pode implicar elevados custos para o utente, quer ao nível dos benefícios a que poderá ter direito, quer em relação às suas obrigações para com a Segurança Social. Tratam-se, portanto, de tarefas de elevado grau de complexidade, com implicações práticas de grande peso do ponto de vista da proteção social dos utentes. A título exemplificativo, segue uma lista sintética da legislação central que norteia cada atendedor e que se espera ser do domínio de cada um:

- Estrutura Orgânica do I.S.S.A., I.P.R.A. - Decreto Legislativo n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, que cria o Instituto da Segurança Social dos Açores e o Decreto Regulamentar Regional n." 2/2014/A, de 24 de janeiro que aprova os Estatutos do Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Anexo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- SIADAPRA - Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2010/A, de 18 de novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2015/A, de 23 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores;
- Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, aprovadas pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro;
- Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro e posteriores alterações;
- Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e posteriores alterações;
- Regime Jurídico do Procedimento aplicável às Contraordenações Laborais e de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro;
- Regime para a Determinação das Condições de Recurso das Prestações Sociais dos Subsistemas de Proteção Familiar e de Solidariedade e outros Apoios Públicos – Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho com alterações subsequentes;
- Subsídio de Desemprego - Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 85/2006, de 29 de dezembro e posteriores alterações de redação;
- Rendimento Social de Inserção e outras prestações sociais - Lei n.º 13/2003, de

21 de maio, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho;

- Decreto-Lei n.º 283/2003, de 08 de novembro - Regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que cria o Rendimento Social de Inserção e posteriores alterações de redação;
- Subsídio de Doença - Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro e posteriores alterações de redação;
- Prestações Familiares - Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto e posteriores alterações; Parentalidade - Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril e posteriores alterações de redação;
- Invalidez e Velhice do Regime Geral da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio e posteriores alterações;
- Morte e Sobrevivência - Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro e posteriores alterações;
- Prestação Social para a Inclusão - Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro e posteriores alterações e Portaria n.º 31-B/2023, de 19 de janeiro.

Realçamos que o universo de temáticas da Segurança Social é enorme e que as constantes atualizações se traduzem numa maior exigência para com os trabalhadores, que têm de utilizar no seu dia-a-dia uma variada panóplia de plataformas, além de estarmos em constante atualizações e estudo de legislação, de garantir, de forma adequada e célere a boa tramitação dos processos e o registo de toda a informação nos respetivos sistemas de informação.

Enfatizamos que durante a epidemia do COVID, numa altura em que existiu a possibilidade de teletrabalho, esta medida não foi possível aos atendimentos, estando os atendedores sempre a apoiar e a esclarecer os utentes com as constantes alterações à legislação e procedimentos em vigor.

Consideramos ainda que as tarefas do atendedor da Segurança Social vão muito além disso. Não nos compete apenas receber os cidadãos, temos de informar e orientar os

cidadãos para os seus direitos e deveres, visto que muitas vezes as pessoas não conhecem os meandros da legislação ou não sabem se expressar.
Para além disso, temos de estar aptos a dar resposta imediata às questões apresentadas pelos clientes, sendo que para isso temos de estar em constante atualização da legislação e regras.
Por outro lado, muitas vezes os cidadãos recorrem aos balcões da Segurança Social para questões de outro âmbito, como por exemplo, da CGA, Finanças, Saúde...
É de realçar também que recebemos frequentemente ameaças verbais e à integridade física, o que impede o bom funcionamento e ambiente de trabalho.
Perante o aumento dos juros e a elevada inflação, a redução do poder de compra e o agravamento do custo de vida, exigimos uma mais justa repartição da riqueza e a criação de um suplemento remuneratório de modo a combater as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida".

Capítulo IV
DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 1 de abril de 2025, esta deliberou ouvir presencialmente ou com recurso a meios telemáticos o primeiro subscritor da petição, as Centrais Sindicais UGT e CGTP e ainda o membro do Governo Regional com competência na matéria que, podendo e querendo, poderá fazer-se acompanhar da Presidente do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA).

Da Audição do Coordenador da CGTPIN/Açores, ocorrida a 14 de abril de 2025:
https://video.alra.pt/Asset/Details/12af095d-1e2f-484e-ac19-4e5def6d3b7e

O coordenador da CGTPIN/Açores, João Decq Motta, disse que o parecer do sindicato sobre esta petição era o seguinte:
"*A CGTP-IN/Açores concorda com a petição apresentada e subscrita por 401*

cidadãos, para que seja atribuído um suplemento remuneratório similar ao criado pelo decreto legislativo regional n.º 37/2021/A de 15 de dezembro de 2021, aos trabalhadores do atendimento do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA, IPRA).

Tendo em conta o elevado grau de dificuldade das tarefas que competem aos trabalhadores que procedem ao atendimento no ISSA, que estão detalhadamente na petição em apreço, consideramos justa esta atribuição.

É do nosso entender que era justo o reconhecimento do esforço destes profissionais e a valorização dos seus salários através de um complemento remuneratório. Tal como referimos, no âmbito da Administração Regional dos Açores, foram criados suplementos remuneratórios próprios, que significam um acréscimo remuneratório aos trabalhadores em exercício de funções, em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes, relativamente a outros caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreiras e categorias, pelo tempo que perdurarem as condições de trabalho que determinarem a sua atribuição, sendo necessário o exercício efetivo de funções.

Relembramos que "os suplementos remuneratórios são criados por lei" como consta do n.º 6, do artigo 159.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Relembramos ainda que as Regiões Autónomas podem legislar em matérias relativas ao seu Estatuto Político-Administrativo, detendo autonomia legislativa, o que está consignado na alínea a), do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 1 do artigo 228.º da Constituição da República Portuguesa, respetivamente. A Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.º 9/87, de 26 de março, Lei n.º 61/98, de 27 de agosto e Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro consigna os Açores como um território autónomo da República Portuguesa e, portanto, dotado do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA)".

Não houve pedidos de inscrição por parte dos deputados para esclarecimentos ou questões.

Da Audição do primeiro subscritor, ocorrida a 5 de maio de 2025:
https://video.alra.pt/Asset/Details/0d245d09-8e6b-4828-b1fa-6fd8c1cf6c1a

O presidente da comissão passou a palavra ao primeiro peticionário, Hélder Tiago Vieira Soares, que começou por dizer que: *"os assistentes técnicos do Instituto da Segurança Social dos Açores enfrentam um conjunto complexo de desafios e responsabilidades que, de facto, justificam uma revisão das condições remuneratórias e a atribuição de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas abrangidos pelo decreto legislativo regional n.º 37/2021/A, de 15 de dezembro de 2021.*
A luta por um suplemento de 20% sobre o vencimento base, que reconheça a importância dos atendedores do ISSA, especialmente em um contexto de crescente carga de trabalho e complexidade das tarefas, é legítima.
É importante destacar que a função de um atendedor não se limita apenas ao atendimento, mas envolve um profundo conhecimento das legislações, normas e procedimentos que impactam diretamente a vida dos cidadãos.
As decisões e orientações dadas podem afetar o bem-estar das famílias, o que reforça a importância de um atendimento bem informado.
A especialização necessária para lidar com uma variedade tão ampla de questões deve ser reconhecida e valorizada.
É de realçar que todos os profissionais que desempenham funções equivalentes em termos de responsabilidade e complexidade, deveriam receber uma compensação justa e similar, independentemente do órgão em que desempenham funções.
Trata-se de uma questão de justiça social e de reconhecimento de um trabalho que contribui para a coesão e segurança da sociedade."
Após esta explanação, o presidente da comissão abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveu-se o deputado José Gabriel Eduardo (PS).

O deputado José Gabriel Eduardo fez algumas considerações iniciais e questionou o peticionário em relação ao número de funcionários que eventualmente esta alteração possa abranger e se têm a noção do impacto financeiro que isso pode ter naquilo que é o orçamento regional.

Considerou que as petições não são um documento determinante para a realização desta intenção, mas que, posteriormente, qualquer grupo parlamentar ou representação parlamentar pode usar dessa prerrogativa para aplicar e promover, junto do Governo, uma alteração que seja coincidente com esta reivindicação.

Em resposta ao deputado, o primeiro peticionário disse que podem estar abrangidos cerca de 113 trabalhadores. Em relação ao impacto orçamental, afirmou que as dotações orçamentais são conhecidas pelo Governo, e que basta acrescer o valor do suplemento, que são 20% do vencimento base.

O deputado António Lima, após algumas considerações iniciais, salientou que o facto de existirem trabalhadores da administração pública regional, neste caso do ISSA, assistentes técnicos, a reivindicaram melhores condições salariais, que em primeiro lugar é um sinal que na administração pública, em várias carreiras, os salários são efetivamente baixos, para as responsabilidades, para o conjunto de funções que têm e, acima de tudo, para a vida real que temos, que os aumentos salariais que têm existido estão muito aquém do aumento de custos que as pessoas têm sentido. E que isso é mais um sinal de que há, de facto, um desfasamento entre aquilo que é o salário e aquilo que é a responsabilidade que as pessoas têm depois na sua vida, para arcar com as diversas despesas.

Em segundo lugar questionou que tipo de tarefas é que desempenham os trabalhadores que fazem o atendimento ao público no Instituto de Segurança Social? E porque é que consideram que essas tarefas, a sua complexidade, a sua responsabilidade, o seu número, são suscetíveis de levar a que haja efetivamente a atribuição de um suplemento remuneratório, e não deixando de fazer essa comparação, como fazem na petição, com os assistentes técnicos que fazem atendimento ao público na RIAC.

O peticionário Hélder Soares, em resposta ao deputado, disse que as competências dos núcleos de atendimento do Instituto da Segurança Social estão plasmadas no artigo 20.º do decreto regulamentar regional n.º 2/2014/A, de 24 de janeiro, e fez um resumo:

- Efetuam o atendimento aos utentes durante a receção de documentação e registam a mesma no sistema de informação, ou solicitam a documentação adicional para o desenvolvimento dos respetivos processos;
- Prestam informação aos utentes no âmbito das prestações, da inscrição de contribuintes, estado de processo de beneficiários e contribuintes;
- Encaminham pedidos e processos do âmbito de contribuições;
- Encaminham sempre que necessários pedidos com a ação social, com os serviços competentes do ISSA;
- Registam reclamações de beneficiários e de contribuintes;
- Procedem ao lançamento de processos relativamente a prestações e contribuições, em articulação com o departamento de prestações e contribuições;
- Avaliam a conta corrente dos beneficiários e contribuintes, de forma a poder evitar movimentos geradores de dívida para com a segurança social, articulando, sempre que necessário, com o gestor;
- Procedem à análise de requerimentos e emissão de declarações de situação contributiva;
- Prestam esclarecimentos relativamente à conta corrente dos contribuintes;
- Asseguram a emissão de certidões de dívida;
- Implementam processos e medidas de melhoria.

Referiu que podia continuar, mas que, em suma, uma pessoa que vai a um balcão da segurança social pode entrar com uma questão relativamente a um abono, mas que a mesma questão pode estar relacionada com várias outras temáticas e que é necessário que o atendedor esteja a par, esteja sempre atualizado acerca da legislação, das normas e dos procedimentos em vigor. Para além de terem de saber gerir o stress, porque muitas vezes as pessoas falam com os atendedores aos gritos, devido a situações, por vezes,

muito delicadas, que é necessário gerir e dar informação com base na legislação, e dar uma resposta que o utente queira ouvir.

No uso da réplica, o deputado António Lima colocou uma questão adicional. *"Nós estamos a falar de trabalhadores que estão distribuídos pelas nove ilhas da região?"*

O peticionário respondeu que sim, onde existem balcões da segurança social.

Da Audição Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, ocorrida a 5 de maio de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/f5d419e7-418c-463e-b109-a9b70e14a4f9

A secretária Regional da Saúde e Segurança Social, Mónica Seidi, começou a sua intervenção dizendo que esta petição é um documento elaborado por um conjunto de cidadãos que se veem discriminados em relação a outros.

Esclareceu que, em primeiro lugar, o Governo Regional não tem qualquer intenção, nem se revê nas palavras que indicam haver discriminação comparativamente a outras carreiras da administração pública regional.

Reconheceu o trabalho destes profissionais do Instituto da Segurança Social, que têm um papel e desempenham funções meritórias, essenciais ao normal funcionamento do próprio instituto.

Estabeleceu um ponto de situação, na medida em que é feita uma comparação com os funcionários da RIAC, que possuem um suplemento remuneratório que lhes foi atribuído através de um decreto legislativo regional, que é o mecanismo legislativo indicado para este tipo de atribuição de suplemento, e que será sempre, a partir de um decreto legislativo regional, que todo o processo se desenrolará, e nunca através de uma petição, uma vez que a mesma não tem essa função.

Revisitou o decreto legislativo regional que atribui o suplemento remuneratório aos funcionários da RIAC, referindo que está lá plasmado a justificação para esta atribuição, na medida em que os trabalhadores da RIAC desempenham um conjunto

de funções complexas e diversificadas, que requerem uma constante atualização de vários tipos de diplomas, tanto de legislação nacional como regional, o que requer uma constante atualização, que extravasam e estão associadas a várias áreas, e não apenas cingida a uma delas.

Salientou que, na atualidade, as funções destes profissionais da RIAC são complexas, sendo mais de 300 as funções inerentes ao funcionamento da RIAC.

Reforçou que o enquadramento legal seria sempre feito através de um decreto legislativo regional, além de que, os suplementos remuneratórios são atribuídos, ou estão preconizados, quando as funções exercidas têm condições mais exigentes do que aquelas que são exigidas por outros postos da mesma carreira. Acrescentou que este é um pressuposto que tem de estar inerente à decisão de atribuir um suplemento remuneratório, suplemento esse que não deve exceder 1/3 da remuneração base dos trabalhadores.

Referiu que existe aqui uma comparação feita entre estes dois organismos, ou seja, entre o ISSA e a RIAC. Contudo, a complexidade e a exigência do trabalho que os trabalhadores da RIAC exercem, especialmente aqueles que prestam serviços de atendimento ao público, têm condições mais exigentes quando comparadas com os outros AT da RIAC. Aludiu que esta diferenciação é exigida para que haja o direito a um suplemento remuneratório, algo que, do ponto de vista dos trabalhadores do ISSA, poderá não ser entendido desta forma.

Esta posição discriminatória, como já mencionou, não é algo que o Governo Regional se reveja, nem quer alimentar este tipo de postura. Quer sim, antes, reconhecer todas as funções e o desempenho dos técnicos dos núcleos de atendimento do Instituto da Segurança Social, que são essenciais para o normal funcionamento do instituto.

Da Audição do Presidente da UGT/Açores, ocorrida a 27 de maio de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/bc1e05ac-f43b-48b6-b018-118efb003a1b

O presidente da UGT/Açores, Manuel Pavão, começou a sua intervenção lendo um parecer sobre a petição em análise, dizendo que: *"a petição apresentada por um grupo de cidadãos que reivindica para os assistentes técnicos que exercem funções de atendimento público no ISSA/IPRA - Instituto de Segurança Social dos Açores, um suplemento remuneratório similar aos trabalhadores da RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, nos termos do decreto legislativo regional n.º 37/2021/A de 15 de dezembro de 2021, é um direito que lhes assiste, conforme previsto no artigo 52º, direito de petição e direito de ação popular, da constituição.*

Razões e pressupostos para a reivindicação: para o efeito, evocam no exercício das suas funções uma discriminação em relação aos trabalhadores da RIAC, face a um vasto conjunto de tarefas e funções que estão obrigados a prestar aos cidadãos, desde o nascimento até à morte, alegando elevada complexidade e uma constante atualização de legislação nacional e regional.

Mais acrescentam que, para além da elevada abrangência de assuntos e do grau de complexidade das tarefas, é-lhes exigido um profundo conhecimento das matérias em questão com grandes implicações na vida dos cidadãos tendo em vista uma prestação de serviços no âmbito funcional do ISSA/IPRA de forma eficiente e eficaz, demonstrado através de um vasto e diversificado conjunto de legislação e diplomas.

Para o efeito, para além do esforço físico e mental, alegam ainda a perigosidade ocasional perante as ameaças verbais e da própria integridade física, face ao comportamento de alguns cidadãos descontrolados ou menos bem formados quanto a direitos e deveres de cidadania.

Fundamentos para a atribuição do suplemento remuneratório na RIAC: a ideia de criação de uma estrutura adaptada às condições específicas de dispersão da Região Autónoma dos Açores, data de 1999, surge na linha da designada loja do cidadão na República, deu origem ao decreto legislativo regional n.º 42/2006/A, de 21 de outubro, que criou a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, na modalidade de

Instituto Público.

Tal como a loja do cidadão, o seu objetivo visava facilitar o acesso do cidadão à administração pública e de responder com eficiência e eficácia às suas necessidades, através da prestação de serviços de proximidade assentes em critérios de qualidade, rapidez e comodidade.

Como é do conhecimento público, aliás, e por transcrição do próprio, que está no próprio preâmbulo do diploma, «o funcionamento da RIAC, veio depois integrar um conjunto muito vasto de áreas, desde emissão de documentos à venda de produtos ou a marcação de consultas, entre muitas outras, abrangendo mais de 300 serviços, distribuídos por diversas plataformas e aplicações informáticas com natureza e complexidade muito diversas, asseguradas por trabalhadores da carreira e categoria de assistente técnico.» «Esta circunstância requer, dos referidos trabalhadores, uma exigente disponibilidade mental, polivalência funcional e conhecimento técnico, requisitos indispensáveis à qualidade de serviços que prestam e que, por isso, os distingue dos demais assistentes técnicos da administração pública regional.»

«Em presença de tal especificidade considera-se justa a atribuição de um suplemento remuneratório aos trabalhadores da RIAC inseridos na carreira e categoria de assistente técnico e que prestam serviço de atendimento ao público, enquanto perduram aquelas condições de trabalho e haja efetivo exercício de funções.» Fim de citação da tal transcrição do preâmbulo.

Nesta conformidade, e de acordo com o refletido no preâmbulo do decreto legislativo regional n.º 37/2021/A, de 15 de dezembro, foi aprovado um suplemento remuneratório com as alterações introduzidas em 2021 no decreto legislativo regional n.º 42/2006/A, que atribui um acréscimo de 20% sobre o vencimento daqueles trabalhadores, a concretizar gradualmente em 3 anos, até atingir aquele valor, em 2024. Ou seja, 10% em 2022, 15% em 2023 e finalmente os 20% em 2024, portanto já está completamente atingido o compromisso, o objetivo do aumento daquele suplemento remuneratório.

Síntese conclusiva: Não obstante compreendermos os argumentos e razões aduzidas na petição em apreço, julgamos não se poder colocar as duas situações no mesmo plano de igualdade, porque:

Os assistentes técnicos de atendimento na RIAC colaboram, sem separação de funções ou tarefas, com cerca de 50 entidades, trabalham com mais de 30 plataformas externas e tem de estar à altura de responder a mais de 300 e tão diversificados serviços, que vão desde: carta de condução, de marinheiro, de caçador, passaportes, cartão de cidadão, preenchimento de declarações de IRS, cobrança de água e luz, requerimentos e preparação de candidaturas a diversos programas públicos, etc.;

Esta circunstância requer dos referidos trabalhadores uma exigente disponibilidade mental, polivalência funcional e conhecimento técnico, requisitos indispensáveis à qualidade dos serviços que prestam e que, por isso, os distinguem dos demais assistentes técnicos da administração pública regional;

Na ausência de algum colega num outro posto de atendimento ao cidadão-PAC, que não o seu habitual do mesmo concelho, os assistentes técnicos da RIAC estavam sujeitos a deslocações em viatura própria ou por sua conta, sem qualquer contrapartida ou reembolso da respetiva despesa, (situação entretanto alterada depois de muita insistência e grande contestação da sua parte), e além disso estão sujeitos a um horário de trabalho diferenciado, por exemplo, lojas dos centros comerciais;

Concluindo, a nosso ver, é a partir da petição agora apresentada que se deverá fazer a comparação entre trabalhadores, com base na lei, e perceber se, no que diz respeito aos

assistentes técnicos que exercem funções de atendimento no ISSA/IPRA, se nos encontramos perante situação semelhante que justifique a atribuição de um suplemento remuneratório, como previsto no artigo 159.º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Pública, o qual deve ser lido em conjugação com o artigo 2.º, do decreto de lei n.º 25/2025, de 6 de fevereiro."

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES E PARECER

Considerando a pretensão do peticionário e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 20/XIII/1.ª, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Petição n.º 20/XIII/1.ª foi subscrita por 401 cidadãos, liderados por Hélder Tiago Vieira Soares, reivindicando um suplemento remuneratório para os assistentes técnicos do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA);
2. Os peticionários alegam discriminação em relação aos assistentes técnicos da RIAC, que já recebem um suplemento remuneratório justificado pela complexidade e diversidade das suas funções;
3. Alegam em sua defesa que as funções dos assistentes técnicos do ISSA incluem uma ampla gama de tarefas relacionadas com a Segurança Social, exigindo conhecimentos técnicos especializados e constante atualização legislativa;
4. Afirmam, os peticionários, que as condições laborais dos assistentes técnicos do ISSA são desafiadoras, tendo muitas vezes que fazer a gestão de situações de stress por parte dos utentes e realizar atendimento a cidadãos com situações delicadas;
5. Alegam que durante a pandemia de COVID-19, os assistentes técnicos do ISSA continuaram a trabalhar presencialmente, apoiando os cidadãos apesar das constantes alterações legislativas e de procedimentos;
6. Defendem a implementação de um suplemento de 20% sobre o vencimento base, que irá abranger cerca de 113 trabalhadores, segundo estimativa do primeiro subscritor;
7. Das audições realizadas que incluíram representantes da CGTP-IN/Açores e da UGT/Açores, destaca-se por um lado o apoio e a legitimidade da petição

por parte da CGTP, enquanto a UGT entende que as razões aduzidas e a comparação com os funcionários da RIAC não podem ser colocadas no mesmo plano de igualdade;

8. A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, também ouvida em comissão, reconheceu o valor e o desempenho dos assistentes técnicos do ISSA, mas salientou que a criação de suplementos remuneratórios exige enquadramento legislativo específico, tendo também alegado que as funções dos técnicos de atendimento do ISSA e da RIAC possuem diferenças significativas em termos de complexidade e diversidade;
9. Destacou ainda a Secretária Regional que o Governo Regional não se revê nas palavras que indicam existir discriminação comparativamente a outras carreiras da Administração Pública Regional, destacando em relação aos profissionais da RIAC, que estes desempenham funções complexas, sendo mais de 300 as funções inerentes ao funcionamento da RIAC, e que os suplementos remuneratórios são atribuídos, ou estão preconizados, quando as funções exercidas têm condições mais exigentes do que aquelas que são exigidas por outros postos da mesma carreira, algo que, segundo a Secretária Regional e, do ponto de vista dos trabalhadores do ISSA, poderá não ser entendido desta forma;
10. A Comissão de Política Geral concluiu que a petição cumpre os requisitos legais e deve ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
11. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Velas, 26 de junho de 2025

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do governo Regional:

Começo esta minha intervenção por saudar o primeiro peticionário, o Sr. Hélder Tiago Vieira Soares, bem como os 401 cidadãos que subscreveram esta petição. É sempre importante estas manifestações da sociedade, pois também servem para nos alertar e para nos chamar a atenção de situações que andam a afligir a população. Neste caso em particular, os peticionários requerem que seja atribuído um suplemento remuneratório, similar ao que é atribuído aos trabalhadores da RIAC, aos trabalhadores do atendimento do Instituto de Segurança Social dos Açores.

O CHEGA já o disse várias vezes, e volto a repetir, é sempre justo que cada trabalhador seja reconhecido pelo esforço do seu trabalho, desde logo, pela valorização dos seus salários. É uma situação que importa sempre ser revista, caso a caso, com cautela, avaliando todas as situações para também não se cair no erro de serem criadas injustiças.

No âmbito da Administração Pública Regional dos Açores, foram criados suplementos remuneratórios próprios por diversas razões, que significaram um acréscimo no salário destes trabalhadores que, no exercício das suas funções, apresentam condições mais exigentes. Esta petição veio alertar para a necessidade de serem revistas as tabelas salariais de alguns trabalhadores da Administração Pública Regional, neste caso, dos assistentes técnicos do ISSA, que entendem que o que auferem atualmente não é condizente com as funções e as responsabilidades que desempenham no seu posto de trabalho. Ora, reconhecendo a importância de todos os trabalhadores, bem como o desempenho e o empenho de todos, pois são todos essenciais para o normal e o bom

funcionamento do Instituto da Segurança Social, nesta petição em particular, o CHEGA entende que o motivo que levou a esta petição e à assinatura dos 401 peticionados, deve ser avaliado e deve ser apreciado mais a fundo, de modo a que se consiga perceber se estamos efetivamente perante casos de injustiça ou não e, em caso afirmativo, como é que se poderá resolver esta questão e então combater estas injustiças.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudamos os cidadãos que subscreveram esta petição, é sempre positivo que os açorianos façam ouvir a sua voz nesta Casa da democracia.

Reconhecemos, sem reservas, o valor e a dedicação dos assistentes técnicos da segurança social; são profissionais que lidam com questões que tocam a vida de todos nós, muitas vezes em momentos difíceis e merecem o nosso respeito pelo seu trabalho.

Mas também temos que ser claros: a criação de suplementos remuneratórios não pode ser feita por comparação direta com outras carreiras. Cada situação deve ser analisada em função das suas especificidades. Foi isso que aconteceu com a RIAC, onde as funções são muito distintas, abrangendo centenas de serviços de múltiplas áreas. Foi também isso que o Governo Regional deixou claro: não existe postura discriminatória em relação aos trabalhadores do ISSA, existe, sim, reconhecimento pelo valor do seu trabalho e uma reafirmação de que estas matérias têm de ser tratadas com responsabilidade por via legislativa adequada.

O CDS-PP é sensível às reivindicações dos trabalhadores, mas não alimenta falsas expetativas. As soluções têm de ser justas, equilibradas e sustentáveis, sempre com base em critérios objetivos e num quadro legislativo adequado.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por cumprimentar os mais de 400 peticionários que subscrevem esta petição na pessoa do primeiro peticionário, o Sr. Hélder Tiago Soares, petição que se intitula "contra a postura discricionária do Governo Regional", que reivindica também a criação de um suplemento remuneratório similar aos colegas assistentes técnicos da RIAC. Ora, estes trabalhadores, assistentes técnicos do Instituto de Segurança Social salientam, em primeiro lugar, as funções que desempenham no Instituto de Segurança Social que, não há dúvidas, são várias. As competências da segurança social e o conjunto de apoios que são atribuídos e o conjunto de legislação que envolve estas questões, são vastos, complexos e, como salientam os peticionários, alvo de recorrente atualização.

Evidentemente, na Administração Pública, ao contrário do que muitas vezes se diz, uma grande maioria das carreiras tem salários e níveis remuneratórios bastante baixos. Os salários da carreira de assistente técnico têm, como muitas carreiras da Administração Pública, níveis remuneratórios que são muito baixos e este problema da baixa remuneração leva claramente a que haja um sentimento geral na Administração Pública de que se ganha mal para as responsabilidades e tarefas que são chamados a desempenhar. Por outro lado, como é evidente e já foi reconhecido, há na Administração Regional, e não só, vários serviços, várias carreiras, onde existem suplementos remuneratórios criados para compensar, de certo modo, a complexidade adicional ou a penosidade adicional que algumas funções exigem. Por isso, é natural que estes trabalhadores considerem que há, nas funções que desempenham, esse mesmo critério e que essas funções cumprem os critérios que outras funções. Por isso, é natural que, perante outras situações, estes trabalhadores queiram também ver vista a

criação de um suplemento remuneratório para os assistentes técnicos do Instituto de Segurança Social que prestam atendimento ao público.

Posto isto, nós consideramos que esta reivindicação é compreensível e, em grande medida, é justa e, portanto, não basta dizer que esta é uma matéria que tem de ser resolvida pela via legislativa. É verdade, mas quem legisla é este Parlamento. Pode ser resolvida pela via legislativa, em primeiro lugar, numa negociação prévia com o Governo e com as estruturas representativas dos trabalhadores que levaria a uma proposta a esta Assembleia para a criação de um suplemento remuneratório, já que naturalmente parece difícil — e os peticionários não reivindicam — a criação de uma carreira especial, que eventualmente não se justifica. Mas perante a recusa do Governo Regional, ouvido em Comissão, a atender à reivindicação destes trabalhadores, há que dar resposta a estes mesmos trabalhadores. E é por isso que o Bloco de Esquerda irá fazer isso mesmo, isto é, irá apresentar um projeto de decreto legislativo regional que dá resposta a esta reivindicação e cria um suplemento remuneratório, para que este assunto seja debatido, não apenas como uma petição, mas como uma iniciativa legislativa. Mais uma vez, perante a recusa do Governo, cabe naturalmente ao Parlamento discutir o assunto, não apenas como petição, mas como proposta, para que ele possa ser devidamente esclarecido, possa ser mais bem explorado e possa ser votado e decidido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, nesta primeira fase, cabe ao Grupo Parlamentar do PSD saudar todos os 401 subscritores e o primeiro subscritor desta petição, o Sr. Hélder Tiago Soares, que nos explicou bem, na sua audição na Comissão, os seus propósitos e, em representação de todos os seus outros colegas que, cremos, sejam 113. Explicou, de forma muito

clara, o que estes trabalhadores sentem na pele todos os dias perante as funções que desempenham no ISSA. Aliás, creio que muitos de nós aqui a analisar por vezes petições deste género, podemos ter a tentação de comparar trabalhadores, de resto, como a própria petição o faz, porque os trabalhadores do ISSA reportam ao suplemento remuneratório que foi criado para a RIAC, mas acho que devemos fugir desta tentação de comparar os trabalhadores. Cada trabalhador, no seu posto de trabalho, nas suas funções diárias, sente a sua própria dor, perante aquilo que está a fazer e, ao compará-los, pode incorrer numa certa injustiça, porque são diversos os setores de atendimento ao público e cada pessoa encara as suas funções de uma ou de outra maneira diferente. Este Governo Regional não o ia fazer, porque como toda a gente sabe, o Governo nem pode falar durante as petições. Mas, de facto, o executivo — e esta semana já falámos nisto, várias vezes — na senda da sua governação, trata dos trabalhadores, trata das pessoas, valoriza carreiras, aumenta salários, valoriza salários e não terá qualquer medo, achando justo, de criar suplementos remuneratórios como, aliás, já o fez. Não posso, no entanto, também deixar de exprimir aqui uma outra consideração. Ainda ontem, quando estávamos a ter uma outra discussão sobre outro diploma, quando o Grupo Parlamentar do PSD referiu que aquele diploma podia criar injustiça e discriminação em relação a outros trabalhadores, é exatamente este o exemplo que temos aqui agora, ou seja, o próprio título…

Deputado António Lima (BE): Tem de olhar para trás!

A Oradora: Deixe-me explicar.

Já toda a gente percebeu o que é que quis dizer. Se quer implicar com aquilo que eu estou a dizer, faça o favor de implicar, mas de uma só vez, posso ouvir, não há problema nenhum.

O que quero dizer com isto é que o próprio título da petição diz que é contra a postura discriminatória do Governo Regional dos Açores entre estes trabalhadores e os trabalhadores da RIAC. Pois, normalmente, é isto que acontece na perceção do trabalhador que se vê prejudicado quando se legisla apenas para um grupo. E o Governo

Regional dos Açores já disse e já referiu várias vezes que estas análises devem ser ponderadas, que não devem ser criadas falsas expectativas nos trabalhadores, porque naturalmente, quando estas matérias são efetuadas, é um direito adquirido e revertê-lo é extremamente difícil e ninguém está aqui para reverter absolutamente nada. O que quero dizer com isto é que, na Comissão de Política Geral, temos ainda várias iniciativas que versam sobre matérias de vários setores, de vários trabalhadores que estão a pedir suplementos remuneratórios. E o Bloco de Esquerda, o que tem feito é pegar numa petição e transforma-a numa iniciativa. Ainda bem, estamos aqui para discuti-las todas a par e passo.

O problema tem sido que é sempre uma para uma Capelinha e, portanto, estas análises para todos estes trabalhadores de vários setores, no nosso entender, devem ser feitas de forma global. Hoje, as necessidades já não são as necessidades de há 10, 15 ou 20 anos, são necessidades diferentes. E cremos que o Governo Regional dos Açores estará também naturalmente empenhado em avaliar todas estas necessidades a par e passo.

Deputado António Lima (BE): Ou não!

A Oradora: Sim, Sr. Deputado António Lima, como têm inscrito nos diversos orçamentos, desde 2020, a progressão, a integração e a valorização salarial dos trabalhadores nos Açores.

Não sei qual é o espanto para si, o senhor até de uma petição quer fazer uma briga. É uma coisa impressionante!

Deputado António Lima (BE): Eu não posso falar baixo? Eu não estou a falar consigo.

A Oradora: Com todo o respeito que deve este Parlamento a todos os peticionários que a nós se dirigiram, sim, concordamos que todas estas matérias devem ser profundamente avaliadas, de forma global, na Administração Pública Regional para que não se crie as tais expectativas que depois podem eventualmente ser defraudadas e que efetivamente a senda da valorização salarial seja uma realidade num futuro breve e mais além, nos Açores, com este Governo, naturalmente.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.
(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Na apreciação desta petição, quero começar por saudar o primeiro peticionário, o Sr. Hélder Soares, todos os subscritores da mesma e tal como não podia deixar de ser, também cumprimentar todos os colaboradores do Instituto de Segurança Social dos Açores.
Esta petição, mais do que uma mera questão salarial, é um apelo à justiça, à equidade e ao reconhecimento do valor do trabalho na Administração Pública Regional.
Os peticionários denunciam uma situação que consideram discriminatória para os trabalhadores com funções de elevada complexidade, exigência técnica e contato direto com os cidadãos muitas vezes em contextos de grande fragilidade social e não veem esse esforço refletido, de forma justa, na sua remuneração.
A reivindicação dos funcionários baseia-se no que já foi aplicado por este Governo para os funcionários da RIAC, mais especificamente na implementação de um suplemento de 20 % sobre o vencimento base.
O Instituto de Segurança Social dos Açores tem cerca de 113 funcionários, tal como nos foi dito pelo primeiro peticionário.
Durante estes trabalhos, ouvimos, na Comissão de Política Geral, tal como referi há pouco, a CGTP e a UGT, o primeiro peticionário e a Sra. Secretária Regional, tendo a mesma reconhecido o mérito e a importância do trabalho desenvolvido por estes

trabalhadores. Alertou que qualquer suplemento remuneratório carece de enquadramento legislativo próprio e de uma análise cuidada da diversidade funcional existente. O essencial é claro, a diferença de tratamento entre trabalhadores com responsabilidades e exigências incomparáveis propaga desigualdades no seio da Administração Pública Regional.

Esta petição não é apenas um pedido de suplemento remuneratório, é uma chamada de atenção para a valorização do serviço público e para a dignificação de quem assegura diariamente um pilar do Estado — a segurança social.

Cabe agora a esta Assembleia, que tem competência legislativa nesta matéria, e também ao Governo, refletir sobre aquilo que estes peticionários vêm requerer através desta petição apresentada, que deve ser entendida como um sinal claro de que os trabalhadores açorianos exigem mais do que palavras; exigem reconhecimento efetivo sobre esta desigualdade identificada e a valorização, de forma justa, do trabalho destes profissionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para apreciação desta petição.

Creio não existir.

Consideramos, assim, apreciada esta petição e avançamos, na nossa agenda, para o ponto 13, **Proposta de Resolução n.º 11/XIII – "Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2026"**.

Como é habitual, o orçamento foi elaborado pelo Conselho Administrativo e mereceu parecer e aprovação da Mesa. Foi apresentado também na reunião da Comissão competente, em razão da matéria, que elaborou o respetivo relatório que foi distribuído.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA, como naturalmente tem feito, irá abster-se na votação deste orçamento.

Temos uma região pobre, andamos uma semana inteira a discutir "tira daqui, mete ali". Ou seja, o dinheiro não estica, o dinheiro não é elástico, mas a verdade é que temos um orçamento da Assembleia pesado.

Eu não quero dizer com isso que temos que — alguns defendem isso mas eu não — cortar naquilo que é a democracia e o papel que os partidos legitimamente eleitos têm aqui dentro. Isso também é outro problema, é que são os partidos que vão a votos depois, já são os deputados, mais isso é outra discussão. Não é isso que eu estou a dizer. Também reconheço, e tenho que fazer isto publicamente, que os partidos têm feito algum esforço no sentido de cortar na despesa, não usando tudo a que têm direito.

Onde é que nós detetamos o defeito? Naquilo que já temos dito há muito tempo e lançamos este desafio — que um dia vai ter de ser, um dia vamos ter de discutir isto ou a banca não aguenta (e a banca, neste caso, é o povo). Temos que reduzir o número de deputados nesta Assembleia e, consequentemente, há uma grande parte da despesa que vai reduzir. Temos que dar esse exemplo. E eu não compreendo, o povo não compreende e ninguém compreende, até os entendidos não compreendem, porque é que temos 57 deputados. Não percebo como é que vamos fazer isto. Estamos abertos à discussão, mas vamos começar esta discussão. Queremos reduzir o número de deputados nesta Assembleia e queremos reduzir também este orçamento que, no nosso entender, é demasiado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução n.º 11/XIII – "Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

para o ano de 2026", proposta pela Mesa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução n.º 11/XIII foi aprovada com 22 votos do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN e com 5 votos de abstenção do CH.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou que os pontos 15 e 19, se forem aprovadas as urgências, serão discutidos em conjunto.

Então, eu propunha a seguinte metodologia: vamos primeiro discutir e aprovar as urgências dos pontos 14 e 18; sendo aprovadas, discutiremos ambas as iniciativas em conjunto.

Para o ponto 14, **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Proposta de Resolução n.º 49/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que preserve a utilização pública do complexo desportivo do Lajedo."**

É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH):Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Justificamos a urgência pelo facto de todos já sabermos que existe um contrato, um protocolo, uma *folha de couve* (não tem outro nome) da cedência do campo do Lajedo ao Clube Santa Clara. Achamos isso errado. Peço desculpa ao Santa Clara, clube pelo qual tenho enorme carinho, mas não tenho carinho por este tipo de situações. A urgência prende-se até por haver um contrato que foi assinado há meses e que não conhecíamos e continuamos a não conhecer, a não ser de forma informal.

Está, portanto, justificado desta forma, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a discussão deste pedido de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD não vai votar a favor deste pedido de urgência por uma circunstância muito objetiva e que creio que todos compreenderão.

Esta matéria é objeto de uma petição que está a ser tramitada no nosso Parlamento naquilo que são as responsabilidades e competências da Comissão de Assuntos Sociais. Nessa petição que tem exatamente por objeto esta matéria que o CHEGA e o Partido Socialista aqui trazem sob a forma de resolução, recomendando ao Governo Regional tenha um determinado procedimento, dizia eu, que na Comissão de Assuntos Sociais apenas foi ouvido o primeiro subscritor da petição. E, do nosso ponto de vista, um princípio elementar da democracia é o direito ao contraditório.

No âmbito das diligências que foram fixadas para apreciação da petição, há um conjunto de entidades, entre as quais também o Governo Regional, que ainda não foram ouvidas. E, portanto, a Comissão de Assuntos Sociais não tem a informação, nem o conhecimento suficiente ainda sobre esta matéria, por não ter ouvido um conjunto de entidades que estão — vou usar esta expressão — arroladas para ser ouvidas. Não só os clubes envolvidos, não só o Governo Regional, mas também, entre outros, os estabelecimentos de ensino que se situam nas proximidades do complexo desportivo do Lajedo e que utilizam aquelas instalações. E, portanto, nessa medida nós entendemos que é não só uma ultrapassagem, mas até um desrespeito para com as entidades que estão previstas serem ouvidas e, no fundo, com os peticionários que são ultrapassados por estas diligências feitas agora, a toda a pressa, pelo CHEGA e pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 49/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos agora discutir o ponto 18, **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 51/XIII – "Complexo Desportivo do Lajedo deve permanecer público."**

É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista assenta esta urgência em dois fatores; um deles prende-se com o arranque do ano escolar e também, simultaneamente, com a época desportiva. E parece-nos importante ser analisado e também explicado, atendendo a este *timing*, mas também porque subsistem dúvidas relacionadas com a utilização e ocupação do complexo desportivo do Lajedo, uma vez que as informações que vêm a público têm sido contraditórias.

Deputado Flávio Soares (PSD): Quais são as fontes dessa informação?

A Oradora: E atendendo a que estamos a arrancar o ano escolar, existem 2 mil crianças e jovens envolvidos na comunidade escolar e mais cerca de 800 jovens que estão nas corporações desportivas, pretendemos percecionar nesta Casa em que moldes é que se vai efetivar este protocolo.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente a urgência do CHEGA e vai votar favoravelmente também a urgência do Partido Socialista.

Desde logo, pela primeira razão invocada pelo Grupo Parlamentar do PS, que me parece de todo importante salvaguardar. Não sem antes dizer que a Iniciativa Liberal entregou um requerimento, nesta Casa, no dia 24 de abril deste ano, ao qual apenas teve resposta hoje…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que coincidência!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Antes nem resposta havia!

O Orador: … ou seja, mais de 4 meses depois e que não nos permitiu estar na posse dos documentos necessários para fazer uma iniciativa do género daquela que foi apresentada pelo PS e pelo CHEGA. A partir do momento em que tivemos conhecimento dessas iniciativas, não é nosso costume apresentar iniciativas de igual teor e, por isso, vamos discutir as que estão aqui em cima da mesa.

Nesse sentido, queria apenas dizer e reforçar que a Iniciativa Liberal votará favoravelmente a urgência do projeto de resolução do Partido Socialista, como votou a do CHEGA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da mesma forma que votámos favoravelmente a urgência do CHEGA, iremos votar favoravelmente a urgência do PS.

Obviamente, o PAN não fez uma iniciativa, porque não tinha a informação veiculada pelo Governo, porque nós enviámos, no dia 7 de maio, um requerimento relativamente a esta situação e só hoje recebemos a resposta às questões feitas por um parlamentar.

Deputado Mário Tomé (PS): Só hoje?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E se recebesse amanhã reclamava que não tinha recebido a resposta!

O Orador: E devido a isso...

Apartes impercetíveis.

Estou à espera de que o Sr. Deputado ria de tudo.

Devido a isso, é que nós não fizemos uma iniciativa e, como é nosso apanágio, nós também não fazemos iniciativas iguais às dos outros partidos. Daí que, obviamente, vamos votar favoravelmente a iniciativa do CHEGA também a do PS. Foi uma repetição aqui da IL. Gostaram? Pode rir-se outra vez Sr. Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Parecendo não haver, vamos votar o Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 51/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 51/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovados os dois pedidos de urgências, vamos então apresentar e debater as iniciativas.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 49/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que preserve a utilização pública do complexo desportivo do Lajedo."**

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O complexo do Lajedo foi criado para o desporto escolar, nomeadamente para apoiar os escalões de formação, para apoiar a nossa juventude, as nossas crianças.

Naquilo que o CHEGA tem defendido, e espero ser acompanhado…

Ruído na sala.

O Orador: Posso falar?! Posso ou não posso?!

Naquele princípio de que defendemos que o desporto serve também para prevenirmos de outros caminhos que não queremos para a nossa juventude, não compreendemos que, desde 2021, andamos nesta discussão de utilização do campo do Lajedo pelo Santa Clara.

As denúncias que fomos recebendo, e na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), já algumas pessoas denunciavam a forma abusiva como aquele campo estava a ser utilizado. Ficámos surpreendidos; em fevereiro, tínhamos feito um requerimento a perguntar o andamento desta questão, porque não estava resolvida. Tivemos uma resposta *redonda*; ao menos a IL e o PAN parece que tiveram uma resposta mais objetiva. Nós tínhamos um requerimento preparado que, por mera sorte, não entrou na Assembleia, a questionar novamente; quando somos surpreendidos, (aí sim é que a coisa me deixa preocupado) que afinal há um contrato, há um protocolo — que só Deus sabe o que é! — de cedência daquele campo ao Santa Clara. Isto deixa-nos a todos muito preocupados. Então vamos lá ver aqui uma coisa: um clube profissional que lida com milhões, que contrata estes, pede aquele, vem o Zequinha, o Kiki e o Jacaré e depois pede aos contribuintes que lhes dê um campo de treinos?! Isto é, no mínimo,

uma coisa estranha. Eu nem vou falar do resto, porque não gosto de falar de aviação, mas é muito estranho.

Aparte impercetível.

Eu gosto mais de restaurantes. Por exemplo, gosto muito do Solar dos Presuntos, é um sítio agradável de se ir.

Ó Sr. Presidente, não é isso que defendemos!

Sra. Secretária, não é isso que defendemos!

Nós defendemos que, se calhar, precisamos de mais um campo, precisamos de melhorar para os clubes amadores. E, neste sentido, Sr. Presidente, a ferramenta que temos é trazer aqui a voz do povo, que é dizer: "reverta-se imediatamente esta coisa." Uns dizem que é um protocolo, outros dizem que é um contrato… para mim é uma *folha de couve*, até porque eu acho que nem é legal ceder um equipamento. Olhe, eu gostava de ter o Palácio de Santana, não sei se posso mudar para lá. Talvez fazemos um protocolo, vamos todos para lá. Eu vou para lá, mas não vos quero lá. Não é assim que a vida funciona. Não podemos exigir aos contribuintes como levamos a semana toda, com a história da despesa. Exigimos aos contribuintes porque precisamos de mais uma escola, mais melhorias naquilo e acolá e depois temos equipamentos fundamentais ao desenvolvimento das nossas crianças e jovens junto das escolas e entregamos a um clube milionário.

Eu sou do Santa Clara, nem que o Santa Clara esteja na última divisão de todas (que eu não sei qual é, não percebo nada de futebol). Criei-me com o Santa Clara por isso gosto do Santa Clara. O que eu não gosto mesmo é de *trafulhice* e cheirou-me fortemente a trafulhice. Cheirou a toda a gente.

Eu só não percebo quem é que não percebeu que era uma *trafulhice*, porque um contrato que é feito nas costas do povo e deste Parlamento é uma trafulhice quando havia informações que o negócio ia andar e que até se ia lançar um concurso

internacional. Eu gostava de saber porquê. Retirar aos nossos jovens e crianças um equipamento desportivo é um crime!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Está apresentada a iniciativa. E, agora, tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto para apresentar o Projeto de Resolução n.º 51/XIII do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Considerando o desporto como um motor de desenvolvimento social, educativo e económico na Região Autónoma dos Açores, promovendo hábitos de vida saudáveis, coesão social e integração comunitária;
Considerando o papel fundamental do complexo desportivo do Lajedo na vida da comunidade escolar, proporcionando condições para a realização de aulas de educação física e outras atividades desportivas que contribuem para a formação de valores como a disciplina, o trabalho em equipa e a resiliência;
Considerando que o complexo desportivo do Lajedo enquanto esteve sob gestão pública, sempre esteve acessível a todos, à comunidade escolar, clubes e associações numa prática desportiva, inclusiva e democrática, sem restrições impostas por interesses privados;
Considerando que, em março de 2025, foi celebrado um protocolo entre a Direção Regional do Desporto e o Santa Clara Açores Futebol SAD que atribui o uso exclusivo do complexo desportivo do Lajedo a esta entidade por um período de 5 anos, isentando-a ainda do pagamento de taxas num valor estimado superior a 230 mil euros anuais;
Considerando que tal protocolo compromete o acesso da comunidade escolar e de diversos clubes e associações da ilha, prejudicando mais de 900 atletas e limitando

igualmente mais de 2000 estudantes que dependem do Lajedo para a realização das suas aulas de atividade física e outras atividades desportivas;

Considerando que o complexo desportivo do Lajedo deve permanecer sempre ao serviço da comunidade, assegurando a sua função social, educativa e desportiva de interesse público.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que recomende ao Governo Regional que declare a invalidade administrativa com fundamento em ilegalidade do protocolo de utilização do complexo desportivo do Lajedo, celebrado a 20 de março de 2025, entre a Direção Regional do Desporto e o Santa Clara Açores Futebol SAD e garanta ainda que o complexo desportivo do Lajedo permaneça sob gestão pública, assegurando a sua plena utilização pela comunidade escolar, clubes e associações desportivas da Região.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria do campo de futebol de relva natural do Lajedo é uma matéria que tem apaixonado algumas pessoas que fazem vida e, nalguns casos alimentam-se, de especulações, dissertações e paixões, mas agora muito em voga nas redes sociais. E é pena que alguns políticos com responsabilidade se deixem levar por algumas dessas diversões à volta disto.

Deputado José Pacheco (CH): Vai chamar um *boato*?

O Orador: Vamos ser rigorosos. Em primeiro lugar, Sr. Deputado José Pacheco e Sra. Deputada Cristina Calisto, não se trata do complexo desportivo do Lajedo. A senhora sabe que infraestruturas é que constituem o complexo desportivo do Lajedo? Quais são?

O complexo desportivo do Lajedo é constituído pelo pavilhão Sidónio Serpa, que não é objeto desta matéria; integra um polidesportivo de relva sintética, que não é objeto desta matéria; um polidesportivo de piso sintético…

Deputado Carlos Silva (PS): O protocolo diz "complexo"!

Deputado Francisco Lima (CH): O que é um complexo?

O Orador: Não está nisto.

O complexo desportivo do Lajedo integra uma pista de atletismo, que também não foi cedida ao Santa Clara; integra um pavilhão de ginástica aeróbica, que também não foi cedido ao Santa Clara.

Portanto, o que está em causa, com rigor, não é o complexo desportivo do Lajedo, é, sim, o campo de relva natural que é utilizado exclusivamente pelo Santa Clara desde o ano de 2003.

Vou repetir: é utilizado exclusivamente pelo Clube Desportivo Santa Clara, e bem, desde o ano de 2003 (portanto, há 22 anos), correção que se impõe nesta matéria. Daí decorre uma outra correção: o campo de relva natural do Lajedo nunca foi utilizado com regularidade pelos alunos das escolas Domingos Rebelo e Canto da Maia. Ou seja, os alunos dessas escolas só realizaram ali o torneio anual, um dia, nos anos escolares. Eles utilizam as pistas de atletismo, nunca utilizam o campo.

Deputado Carlos Silva (PS): Agora nem as pistas podem usar!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando há instantes, eu disse que era importante primeiro ouvirmos todas as entidades que foram propostas para audição na Comissão dos Assuntos Sociais sobre a petição, entre elas, está também o Conselho Executivo da Escola Secundária Domingos Rebelo, para que pudessem confirmar aos

Srs. Deputados aquilo que eu vou dizer (hão de permitir com alguma autoridade, porque sou docente daquela escola). Em nenhum ano letivo, desde 2003, o campo relvado do Lajedo entrou no mapa de instalações que o departamento de educação física tem ao seu dispor para fazer a distribuição das atividades da disciplina de educação física. Portanto, é falso quando é dito, fora e aqui dentro deste Parlamento, que é preciso devolver o campo de relva do Lajedo aos alunos e à comunidade escolar, porque o campo de relvado nunca foi dos alunos.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor está mal informado!

O Orador: Outra imprecisão que também tem de ser corrigida e eu desafio os Srs. Deputados, não só os que intervieram na apresentação dos diplomas, mas os demais a dizer qual é o clube de Ponta Delgada que alguma vez treinou no campo de jogos e teve como espaço de treino o campo de jogos do Lajedo e que agora está prejudicado? Não há um clube de Ponta Delgada ou arredores ou da ilha de São Miguel que tenha usado o campo de relva natural do Lajedo para treinos.

Pergunto também novamente aos mesmos Srs. Deputados, os que intervieram e os demais, quais são as competições da Associação de Futebol de Ponta Delgada que se realizam ou realizaram, no campo de jogos do Lajedo até à assinatura, em maio, deste protocolo entre o Governo Regional…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Em março.

O Orador: Em maio ou março é a mesma coisa. Se quiserem só até aos anos em que o Partido Socialista era o Governo, porque aliás, o protocolo que agora foi assinado tem os termos dos protocolos que foram assinados, desde 2014 ou 2016, pelo Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

Os senhores é que atribuíram o exclusivo, mais ninguém atribuiu o exclusivo!

O Orador: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vou lembrar o que acontecia no tempo do seu governo sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem responsabilidades enormes nesta Região, naquilo

que nós somos hoje, para o bem, mas também para o mal! E o Sr. Deputado nunca se digna participar nos debates em que tem responsabilidade direta da matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah! O senhor agora é que vai dizer o que vou falar!

O Orador: Mas, da última fila da bancada do Partido Socialista, atreve-se, digamos, tem o desplante de apontar o dedo a quem está na governação que mais não tem feito, ao longo destes 5 anos, do que fazer a reparação das malfeitorias que foi deixando nesta Região.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O Santa Clara, no tempo em que o senhor era Presidente do Governo, utilizava aquele campo com toda a exclusividade como fez até há 2 dias.

Qual é a diferença? Que alunos? Sabe para que é que o campo…

Aparte impercetível.

Sr. Presidente, permita-me, mas eu tenho de lembrar aqui uma utilização que aquele campo de relvado do Lajedo teve para a comunidade de Ponta Delgada.

Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso (PS).

Claro, a senhora já adivinhou, aliás, não é novidade, já disse a alguns Srs. Deputados na Comissão de Assuntos Sociais.

Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso (PS).

Sra. Deputada, isto é na minha área de formação, portanto, não tenho forma de fugir a isso.

Mas aquele campo, que eu me lembre, teve, por exemplo, uma utilização pela comunidade de Ponta Delgada, para fazer uma festa no 10.º aniversário do rendimento mínimo garantido — era assim a designação na altura — em que a Dra. Luísa César esteve a presidir, para largar uns balões todos contentes. Foi uma utilização que aquele campo relvado teve. Fora isso, a comunidade de Ponta Delgada que é tomada como os destinatários da revogação da medida do Governo, vão usar, como sempre usaram, ou seja, o Santa Clara.

Em síntese, o complexo desportivo do Lajedo não está em causa; o pavilhão Sidónio Serpa não foi atribuído ao Santa Clara; a pista de atletismo não foi atribuída ao Santa Clara; o pavilhão de ginástica aeróbica não foi atribuído ao Santa Clara; o polivalente de relva sintética não foi atribuído ao Santa Clara; o polivalente de piso sintético não foi atribuído ao Santa Clara e os alunos da Domingos Rebelo e da Canto da Maia nunca usaram aquele relvado e os clubes de Ponta Delgada nunca treinaram lá.

Eu fico à espera de me darem um exemplo de um clube que tenha treinado naquele campo e de uma utilização regular daquele relvado pelos alunos da Escola Secundária Domingos Rebelo ou da Canto da Maia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra apenas para alguns esclarecimentos e para complementar um pouco aquilo que disse o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Há uma grande diferença entre aquilo que disse o Sr. Deputado Joaquim Machado e a realidade, desde logo, porque há uma infraestrutura do complexo desportivo do Lajedo que fica afeta ao Santa Clara Futebol SAD, que não foi referida pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, e que são os alojamentos ou o dormitório…

Deputado José Pacheco (CH): É verdade! O dormitório!

O Orador: … que, entretanto, não sei se foram utilizados muitas vezes ou não pelos atletas desta Região. Se não foram é uma pena, porque de facto é uma estrutura interessante. Provavelmente, vai passar a ser utilizada, se isto não for revogado, pelos brasileiros que a Santa Clara Futebol SAD traz para experimentar, promover e tentar vender.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Os jogadores! Os brasileiros?

O Orador: Vamos nos cingir ao campo relvado do Lajedo. E numa coisa o Sr. Deputado Joaquim Machado tem razão: o campo do Lajedo nunca foi utilizado pelos alunos das escolas circundantes, mas devia ter sido e deve passar a ser, porque faz falta à comunidade escolar daquela zona. O campo relvado do Lajedo foi utilizado desde 2003 pelo Clube Desportivo do Santa Clara. E poderia continuar a ser, mas agora vai ser utilizado pela Santa Clara Futebol SAD que é uma coisa **muito diferente** do Clube Desportivo do Santa Clara. E isto faz toda a diferença.

O campo de futebol relvado do Lajedo nunca foi utilizado pelas camadas jovens de qualquer clube de Ponta Delgada, para qualquer tipo de treino e atividade física. Mas deve passar a ser, porque Ponta Delgada tem falta de espaço para as equipas de formação fazerem o seu trabalho, que é importantíssimo.

Os clubes de Ponta Delgada treinam todos os escalões no Marquês de Jácome Correia, que vai ficando degradado por cada intervenção que se faz, porque, como é óbvio, tem uma pressão enorme, e não podem ter outra possibilidade. Além disso, o Santa Clara, e agora o Santa Clara Futebol SAD, ainda usa o campo de futebol ou o relvado das Laranjeiras que também é um complexo desportivo escolar da Região. E, portanto, há aqui uma diferença de coisas. Uma coisa é o Santa Clara — Clube Desportivo — com uma longa história no desporto e no futebol açoriano e outra coisa é a Sociedade Anónima Desportiva Santa Clara Futebol SAD, que é uma empresa privada, de capitais totalmente privados, que visa o lucro, e bem e, como tal, não tem que ter uma cedência

desta natureza, até porque isto configura um atropelo à contratação pública. Ou alguém tem dúvidas que isto não configura um atropelo à contratação pública? Quanto é que vale? São 75 mil euros do ajuste direto? Quanto é que vale a utilização daqueles dois complexos desportivos, quer o do Lajedo quer o das Laranjeiras?

Ninguém sabe quantificar. Nós sabemos os custos que havia. Aliás, um dos argumentos para ceder é deixar de se ter esses custos. E, portanto, que mais não seja isso, temos como forma de avaliar se isto se enquadra na contratação pública, ou não, na violação do Código da Contratação Pública, ou não, em vigor na Região Autónoma dos Açores com as suas especificidades. E essa é a grande diferença. E acho que até se fala do Clube Desportivo Santa Clara propositadamente, porque chama ao coração das pessoas e eu percebo isso, mas o que está aqui em casa não é o Clube Desportivo Santa Clara, é a Santa Clara Futebol SAD.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, pede a palavra?

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) *Texto não revisto pelo Orador*.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

Partido Socialista (PS)

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Os Serviços de Redação